

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM LETRAS**

**UM PERFIL LEXICAL DO PORTUGUÊS FALADO EM COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS EM BARREIRINHA (AM): UM ESTUDO DIALETOLÓGICO**  
**VOLUME II**

**QUEZIA MARIA REIS DE OLIVEIRA BARBOSA**

**MANAUS – AM**

**2013**

QUEZIA MARIA REIS DE OLIVEIRA BARBOSA

**UM PERFIL LEXICAL DO PORTUGUÊS FALADO EM COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS EM BARREIRINHA (AM): UM ESTUDO DIALETOLÓGICO  
VOLUME II**

Dissertação apresentada como requisito exigido para obtenção do grau de mestre ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Amazonas – UFAM – Estudos da Linguagem, sob orientação da Professora Doutora Maria Luiza de Carvalho Cruz-Cardoso.

**MANAUS - AM**

**2013**

**Dedicatória**

Ao meu esposo, Enéas;  
Meu filho, Enéas Junior;  
Minha filha, Kassia Sabrith  
E ao meu caçula, Ênio Lincon

Por fazerem parte da minha vida.

## **Agradecimentos**

Desde 2011, quando iniciei esta longa e sinuosa caminhada com muitos obstáculos, o curso de mestrado, ganhei várias certezas. A principal delas: Deus existe e meu primeiro agradecimento deve ser a Ele que me amparou, protegeu e capacitou para que alcançasse os objetivos que me colocaram nessa estrada.

Sou grata também à Professora doutora Maria Luiza de Carvalho Cruz-Cardoso que me deu a honra de orientar o meu trabalho.

Às professoras doutoras Raynice Geraldine Pereira da Silva e Ana Carla Bruno que participaram da minha banca de qualificação e contribuíram grandemente para o redirecionamento e aprimoramento deste trabalho.

Ao Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia – ICSEZ – da Universidade Federal do Amazonas em Parintins – AM pelo incentivo e liberação. À coordenadora acadêmica, Prof<sup>a</sup>. Msc. Sandra Damasceno pela compreensão e apoio. Ao colegiado de Pedagogia e sua coordenação na pessoa da Prof<sup>a</sup>. Msc. Maria Eliane Vasconcelos pela compreensão e paciência com minha ausência neste último semestre quando me foi necessário uma prorrogação para a conclusão deste trabalho.

Às comunidades de São Pedro, Santa Tereza do Matupiri e Boa Fé por sua receptividade e colaboração.

Ao meu esposo e filhos que com resignação, estiveram tanto tempo sem minha presença e auxílio. Devo aqui fazer um agradecimento especial ao meu filho Ênio Lincon Oliveira Barbosa que com sua criatividade e habilidade criou um novo modelo de cartas linguísticas e me assessorou na confecção das mesmas.

Ao meu pai Genésio Oliveira (em memória) e minha mãe Maria da Glória Oliveira por terem me encaminhado e incentivado à busca de conhecimento.

Ao meu irmão Ozias G. Oliveira e Queila G. Oliveira pelo auxílio intelectual.

Aos meus irmãos Uziel G. Oliveira e Quenésio G. Oliveira e famílias pela paciência, hospedagem e caronas.

Ao meu sobrinho Adean Bernardes de Oliveira pelas eventuais socorros prestados na área da informática.

Enfim, a todos os que de forma direta e indireta colaboraram para que esse sonho se concretizasse.

## **Resumo**

A pesquisa geolinguística permite que se apontem características e tendências linguístico-culturais extremamente importantes para o registro e o resgate da identidade cultural de um povo. Também oferece subsídios para o estabelecimento de uma rede de pesquisas linguísticas, tanto do ponto de vista dialetológico, quanto sociolinguístico. A dialetologia, ramo da linguística que se interessa pelo estudo das diversidades diatópicas e ultimamente também diastráticas e diafásicas, tem obtido progresso considerável tanto em nível de Brasil, quanto de Amazonas. Este trabalho, de natureza dialetológica, descreve um recorte da linguagem utilizada em três comunidades do município de Barreirinha – AM, três grupos humanos que se autorreconhecem como quilombolas. Expõe o registro em forma de cartas linguísticas semântico-lexicais e apresenta, ainda, algumas breves considerações de cunho etimológico sobre o léxico coletado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dialetologia, geolinguística, léxico, quilombolas.

## **Abstract**

The research geolinguistics allows us to point features and linguistic-cultural trends extremely important for the register and the rescue of the cultural identity of a people. Also offering provides grants for the establishment of a network of linguistic research, both from the point of view dialectological, the sociolinguistic. The dialectology, branch of linguistics that is concerned with the study of regional diversities and lately the of social classes and diaphasic diversities too, has achieved considerable progress in Brazil and also in Amazonas. This work, of dialectal nature, describes a clipping of the language used in three communities in the municipality of Barreirinha - AM, three human groups that recognize self as Maroons. It exposes this description in the form of letters linguistic lexical-semantic. It also presents some brief considerations of the nature etymological about the lexicon collected.

**KEYWORDS:** Dialectology, geolinguistics, lexicon, Maroons.

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1-Atlas regionais publicados ou apresentados como tese de doutoramento.....	27
Tabela 2- Quadro demonstrativo dos estudos dialetais no Amazonas.....	39
Tabela 3-População residente no Estado do Amazonas, censo 2010.....	45
Tabela 4- Símbolos representantes das lexias nas legendas das cartas linguísticas.....	85
Tabela 5- Formas para designar arco-íris no Brasil.....	89
Tabela 6- Origem etimológica no campo semântico, meio físico, a terra e os rios.....	111
Tabela 7- Origem etimológica no campo semântico, meio físico, fenômenos atmosféricos.....	111
Tabela 8- Origem etimológica no campo semântico: meio biótico, aves.....	111
Tabela 9- Origem etimológica no campo semântico: meio biótico, peixes.....	111
Tabela 10- Origem etimológica no campo semântico: meio biótico, quelônios e mamíferos.....	112
Tabela 11- Origem etimológica no campo semântico: meio biótico, flora aquática e terrestre.....	112
Tabela 12- Origem etimológica no campo semântico: meio antrópico: o homem.....	112
Tabela 13- Origem etimológica no campo semântico: meio antrópico, alimentação e saúde.....	112
Tabela 14- Origem etimológica no campo semântico: meio antrópico atividade de produção, a roça; o cultivo da mandioca; caça e pesca.....	113

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1- Variação lexical do conceito “pomo-de-adão”.....	91
---	----

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	13
1.1 LÍNGUA E CULTURA .....	13
1.2 A LÍNGUA .....	13
1.3 LÍNGUA E DIALETO .....	14
1.4 A DIALETOLOGIA .....	18
1.5 A DIALETOLOGIA NO BRASIL .....	19
<b>1.5.1 Os Atlas Regionais</b> .....	21
a) O Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) .....	22
b) Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG).....	22
c) Atlas Linguística da Paraíba (ALPB) .....	22
d) Atlas Linguístico de Sergipe (ALS I).....	23
e) Atlas Linguístico do Paraná (ALPR).....	23
f) Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) .....	23
g) Atlas Linguístico Sonoro do Sergipe (ALS II) .....	24
h) Atlas Linguístico do Pará (ALISPA).....	24
i) Atlas Linguístico de Amazonas (ALAM) .....	25
j) Atlas Linguístico de Mato Grosso do SUL (ALMS).....	25
k) Atlas Linguística do Estado do Ceará (ALECE) .....	25
l) Atlas Linguístico do Mato Grosso (Não concluído) .....	26
m) Atlas Linguístico do Acre (Em curso).....	26
<b>1.5.2 Atlas Linguístico do Brasil</b> .....	27
1.6 OS ESTUDOS DIALETAIS NO AMAZONAS .....	28
<b>1.6.1 O falar do ‘caboco’ amazonense: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semântico de Itacoatiara e Silves</b> .....	28
<b>1.6.2. Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM</b> .....	29
<b>1.6.3 O alicamento das vogais posteriores em sílaba tônica: um estudo do português falado em Borba no Amazonas</b> .....	30
1.7 OS NOVOS RUMOS DA DIALETOLOGIA NO AMAZONAS .....	31
1.8 ESTUDOS DO LÉXICO.....	39
2. OS NEGROS NO BRASIL .....	41
2.1 PRESENÇA NEGRA NO AMAZONAS .....	45

2.1.1 Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a introdução dos cativos africanos na região do Amazonas .....	47
2.1.2 Procedência dos africanos no Grão-Pará.....	50
2.2 O CONCEITO DE QUILOMBO .....	51
2.3 OS REMANESCENTES DE QUILOMBO.....	55
2.4 OS REMANESCENTES E A TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS .....	57
2.5 O AUTORRECONHECIMENTO E A TITULAÇÃO DE TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES INVESTIGADAS .....	59
<b>3. A GEOLINGÜÍSTICA – O MÉTODO DE EXCELÊNCIA DA DIALETOLOGIA .....</b>	<b>61</b>
<b>4. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>66</b>
4.1 LOCALIDADES .....	68
4.1.1 Santa Tereza do Matupiri .....	70
4.1.2 Boa Fé.....	72
4.1.3 São Pedro .....	73
4.2 INFORMANTES .....	73
4.2.1 Informantes de Santa Tereza do Matupiri .....	74
4.2.2 Informantes de Boa Fé.....	75
4.2.3 Informantes de São Pedro .....	76
4.3 O QUESTIONÁRIO .....	77
4.3.1 Questões que não geraram cartas .....	78
4.4 TRANSCRIÇÃO DOS DADOS .....	81
4.5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS .....	82
<b>5. ESTUDO DOS DADOS.....</b>	<b>84</b>
5.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O LÉXICO COLETADO .....	85
5.2 TUPI, LÍNGUA GERAL E NHEENGATU.....	108
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>11010</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>115</b>
<b>8. ANEXOS.....</b>	<b>121</b>

## INTRODUÇÃO

A despeito do mistério e complexidade de origem da língua e de debates em torno de sua procedência, estrutura, valores sociais atribuídos às diferentes línguas e variações, todos concordam que a língua é um dos temas mais instigantes e apaixonantes. Refletir e aprofundar-se sobre esse sistema que permite a interação entre as pessoas, construção de referenciais comuns entre usuários, relacionamentos, organização de famílias e sociedades tem sido a preocupação de grande parte de estudiosos provenientes das mais diferentes áreas do conhecimento.

Particularmente, meu interesse pelo estudo da língua, em sentido geral, iniciou-se há muito tempo.

Quando ainda era professora de língua portuguesa, em escolas públicas de Ensino Fundamental, antes de cursar letras e conhecer os estudos propiciados e empreendidos por linguistas e sociolinguistas, eu compartilhava da ideia de que todas as formas linguísticas que não estavam em acordo com as regras impostas pela gramática normativa eram defeitos da língua que precisavam ser corrigidos.

Na época, tendo cursado apenas o segundo grau com habilitação em magistério e curso adicional que me conferiam capacitação para ministrar aulas de língua portuguesa até a sexta série do ensino fundamental, e, em havendo carência, até a oitava, sentia-me angustiada por ver muitos de meus alunos deixando transparecer certa baixa autoestima por não conseguirem dominar a língua, ou melhor, a variedade que a escola exigia deles.

Mais tarde, entendi, ao fazer o curso de Letras, que isso não é só uma questão de insucesso de crianças vindas de classes desfavorecidas pela descontinuidade entre o ambiente familiar (cultura, costumes, falares) e o ambiente escolar, como diriam Bourdieu e Passeron (1975, apud Aranha, 1989, p.130), mas sim uma questão muito mais política que linguística.

Esse entendimento fez surgir certa necessidade de compreender as questões relacionadas às variedades linguísticas.

No primeiro semestre de 2010, já trabalhando no Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia – UFAM, pude participar como colaboradora de um projeto intitulado “A reeducação das relações étnico-raciais no sistema público de ensino de

Parintins” coordenado pelo professor doutor Carlindo Fausto Antônio que com muita propriedade dirigiu estudos sobre: Ensino público e naturalização do racismo; Política de branqueamento a partir de alguns teóricos; Ideólogos do embranquecimento político, ideológico e corpóreo; Gênese da ideologia de democracia racial; O currículo escolar e silenciamento; Tratamento dado a negros e índios pela historiografia e pelo material didático; Negros e índios nas telenovelas e narrativas brasileiras; Estudos do pesquisador Kabenguelê Munanga sobre a mestiçagem e sua história no Brasil; Racismo, preconceito e discriminação na Educação; A contribuição negro-indígena para civilização brasileira; Estudos e pesquisas que revelam a dimensão dessas contribuições na história, na geografia, na música, na ciência nas manifestações culturais artísticas, nos aportes linguísticos etc.

O contato com esses assuntos fez nascer o desejo de empreender um estudo sobre variedades linguísticas relacionado com a temática afrodescendente.

No Brasil, ainda que a língua falada fosse a mesma de Portugal, seu estudo e registro seria necessário pela condição dinâmica do povo (seja qual for) que a utiliza. Sendo esse sistema em muitos aspectos divergentes daquele utilizado e descrito nas gramáticas normativas da língua portuguesa, muito maior se torna essa necessidade.

Logo, imperioso é o estudo dos fatos e fenômenos linguísticos reais, isto é, como verdadeiramente acontecem no país, para que um dia possa a comunidade acadêmica brasileira propor uma gramática que normatize, amparada em fatos linguísticos realmente procedentes.

Em Jean Dubois et al. (2006, p. 378) lemos que “[...] *língua* é um instrumento de comunicação, um sistema de signos vocais *específicos* aos membros de uma mesma comunidade” [grifo nosso]. Logo, é necessário o abandono da comodidade de estudar a língua apenas pelas pesquisas bibliográficas, e compêndios gramaticais que descrevem os fatos linguísticos de outro povo, para estudar e observar os fenômenos linguísticos à luz da história e formação do povo que a utiliza.

Muito já se têm debatido sobre as diferenças entre o português falado no Brasil e o português de Portugal. Há os que defendem até mesmo outros nomes para a língua falada pela nação brasileira.

Tornou-se lugar-comum dizer que o português do Brasil é diferente do de Portugal. É uma questão polêmica que exaltam as paixões há mais de um século (Pinto, 1978). Nos debates para as Constituições de 1824, 1890 e 1946, apareceu como possibilidade a denominação de “língua

nacional”, “língua brasileira” e até de “brasileiro”, mas nenhum chegou a ser concretizada. Entretanto é uma ideia que está caminhando (Dias, 1996; Pinto, 1978). Assim a língua brasileira passou a ser ordinariamente chamada de “português brasileiro” (Roberts/Kato, 1993; Couto, 1986) e muitas vezes de “brasileiro”. Mas, segundo Marcos Bagno, teremos que esperar uns 500 anos para que essa designação seja oficializada (Bagno, 200:177). No entanto, é um real problema que, a qualquer momento de sua história, o Brasil terá que enfrentar e resolver, friamente, porque não é somente um problema de terminologia (NARDI, 2010).

Que a língua falada no Brasil não é exatamente a mesma falada do outro lado do Atlântico, isso ninguém discute. Mas para que possa dar o “grito do Ipiranga” também no âmbito linguístico, o Brasil tem muito a fazer.

Segundo Nardi (2010), é uma questão de cultura e de sociedade. E, poderia ser acrescentado, de vontade, de empenho político, de estudo e descrição da realidade das variedades dialetais tanto horizontais quanto verticais.

Felizmente, segundo Matos e Silva (2004), refletindo sobre “a sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro” considera estar se ampliando, na linguística brasileira, o interesse pela linguística histórica na sua acepção mais ampla, abarcando também a história externa da língua.

Para essa autora, o interesse desencadeou-se a partir do crescente conhecimento da realidade linguística brasileira sincrônica graças aos empenhos de dialetólogos desde a segunda metade do século XX e posteriormente pelos sociolinguistas empenhados no estudo da heterogeneidade das variantes do português brasileiro, apoiados pela teoria laboviana que relaciona variação sincrônica e mudança diacrônica, responsável por levar linguistas e sociolinguistas brasileiros a voltar o olhar para o passado, motivados pela realidade presente.

A língua portuguesa no Brasil historicamente conviveu com as mais diferentes línguas. Nos primeiros anos da colonização portuguesa, algumas das línguas nativas eram faladas inclusive pelos próprios colonos como atestam vários relatos sobre a época. Também fizeram parte dessa babel do Brasil colonial, numerosas *línguas africanas* chegadas pelo tráfico negreiro cujo início não se pode precisar exatamente quando se deu.

Em Artur Ramos (1979), lemos que já nos primeiros engenhos de cana-de-açúcar da capitania de São Vicente, negros africanos trabalhavam, conforme opinião de vários historiadores. “Alguns historiadores também julgam que a caravela encontrada por Martim Afonso de Souza, na Bahia, em 1531, já se empregava no serviço de

transporte de escravos”. Ramos (1979) menciona os cálculos do historiador João Pandiá Calógeras que apontam em cerca de 4 a 18 milhões o número de negros entrados com o tráfico de escravos.

Em Castro (2005 p.62) lê-se:

A [...] densidade demográfica estimada em cinco a oito milhões de africanos introduzidos para substituir o trabalho escravo ameríndio, o que originou um contingente populacional de 75% de negros e mestiços em relação ao número de portugueses e outros europeus, conforme o censo oficial de 1823, um ano após a independência do Brasil [...]

Percebe-se aí dois importantes fatores que podem ter contribuído para que as línguas africanas adentradas em território brasileiro influenciassem a língua que mais tarde seria a língua oficial: Tempo de convivência e superioridade numérica de falantes nas colônias onde era falada a língua portuguesa.

A autora aponta ainda outros fatores intensificadores dessa influência.

[...] isolamento social e territorial em que foi mantida a colônia pelo monopólio do comércio externo brasileiro até 1808 condicionou um ambiente de vida de aspecto conservador, mais aberto à aceitação de empréstimos culturais mútuos de interesses comuns e tendência niveladora [...] (Op. cit.p.63)

Para esses empréstimos culturais concorreram situações como da “ação socializadora da mulher negra servindo de mãe preta”. Primeiramente, atuando no papel de mãe postiça como ama de leite, depois como babá (primeira educadora dos filhos brancos do colono) e mais tarde como dama de companhia. A situação do “tráfico de influência exercido pelo escravo ladino”, que cedo aprendia o português, por isso atuava tanto no ambiente sociolinguístico dos escravos quanto dos senhores, levando e trazendo informações e recados, disseminando traços da língua de *um* no contexto social do *outro*. A pesquisadora destaca ainda o papel sociolinguístico de sacerdotes e sacerdotisas negros detentores de linguagem litúrgica de base africana que tem sido prestigiado até hoje por grande número de adeptos afrodescendentes ou não, apesar da perseguição sofrida por essa (s) religião (ões).

Outra razão de significativa importância para seleção do tema da pesquisa foi a lei sancionada pelo ex-presidente Lula e publicada em 11/03/2008 no Diário Oficial da União que torna obrigatória as aulas de história e cultura do povo indígena e substitui a lei 10.639/03, que já previa a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira em todas as escolas do país. O objetivo dessa lei é valorizar os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a

partir desses dois grupos étnicos. Esse dispositivo propõe que esses temas passem a fazer parte da grade curricular de todas as escolas públicas e particulares do país.

Para uma nação formada a partir do entrelaçamento das mais diversas etnias, essa medida é de grande importância. E para que seja efetivamente implementada é preciso investimento acadêmico nessa área, pois muita pesquisa ainda se faz necessária até que se possa inventariar o patrimônio imaterial indígena, africano e europeu que de uma forma ou outra passou a fazer parte do que hoje se reconhece como cultura brasileira.

Assim, com o intuito de contribuir para o registro e compreensão do léxico falado presentemente no Brasil e, mais especificamente, no Amazonas foi realizado um levantamento a partir de um questionário semântico-lexical da variedade linguística de três comunidades afrodescendentes situadas no município de Barreirinha – AM.

Este trabalho estrutura-se em cinco capítulos: o primeiro, capítulo da fundamentação teórica, faz uma abordagem em termos gerais sobre a dialetologia e sobre os estudos dialetológicos no Brasil, apresentando também o desenvolvimento dessa área de estudos no Amazonas. O segundo capítulo apresenta informações e discussões concernentes à presença africana no território brasileiro e especificamente no Amazonas. O terceiro trata do método geolinguístico, uma vez que a pesquisa faz uso dessa metodologia. O quarto capítulo trata dos fundamentos metodológicos envolvidos na pesquisa. O quinto capítulo faz uma breve análise de algumas das formas lexicais utilizadas por essas comunidades, apontando as origens ou possíveis origens etimológicas. O sexto capítulo diz respeito às considerações finais. O sétimo é o das referências bibliográficas seguida de uma oitava parte, a dos anexos. Há ainda um segundo volume: o das cartas linguísticas semântico-lexicais através das quais se registra itens lexicais pertencentes aos falares das comunidades pesquisadas. Não é o objetivo deste trabalho apresentar a análise das cartas, mas registrar um perfil do léxico das comunidades investigadas através das cartas linguísticas e buscar identificar a etimologia das lexias encontradas.

# 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 1.1 LÍNGUA E CULTURA

Segundo Silva Neto (1955), a dialetologia está compreendida no vasto campo da etnografia que estuda a cultura, aí entendida, como a herança social de um povo. Sendo a língua parte dessa herança, optou-se pelo método da dialetologia, para o alcance dos objetivos deste trabalho, que visa ao registro das variantes linguísticas usadas pelos comunitários afrodescendentes em questão.

Entende-se aqui, a língua como parte integrante dessa cultura como expressou Matoso Câmara Jr.(apud BRANDÃO, 1991, p. 5),

A língua é uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente [...], é o resultado dessa cultura, ou, em sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir.

Por meio da língua, o homem constrói-se como ser humano, segundo os valores e costumes de seu grupo social, compartilha conhecimentos e experiências, atribui sentido às coisas e sensações. Mas ao mesmo tempo, em que o homem torna-se mais ou menos uma espécie de produto da cultura mediada pela língua, é também sujeito agente e atuante na manutenção e construção dessa cultura, pois,

A cultura é [...] a *transformação* que o homem exerce sobre a natureza mediante o trabalho e os *instrumentos* e as *ideias* utilizadas nessa transformação, bem como os produtos resultantes. E, mais ainda, nesse processo, o *homem se autoproduz*, se faz assim mesmo um homem. (ARANHA, 1989, p. 4)

E da mesma forma que o homem é *sujeito e objeto* em relação a sua cultura, ele o é em relação a sua língua.

## 1.2 A LÍNGUA

A língua - sistema de sinais acústico-orais que funciona na intercomunicação de uma coletividade é resultado de um processo histórico-evolutivo. (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p.11).

Segundo Saussure (1960, p. 22), a língua constitui-se de uma “parte social e essencial da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só, não pode criá-la, nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade.” e de uma parte individual, a *fala* a que chama

(*parole*). Tem-se então, um conjunto formado por uma parte concreta, a língua em execução, a que Saussure chama *parole*, e outra abstrata, por ele denominada, *langue* (língua), formada pela soma da *parole* existente em cada indivíduo.

Entendimento semelhante ao de Bloomfield (apud Borges Neto, 2004, p. 98) que da mesma forma que Saussure, considera a *langue* ou língua “a totalidade dos enunciados que podem ser feitos numa comunidade linguística”.

A parte concreta é a parte individual e a parte abstrata, a social. Ambas dependem uma da outra.

A parte social, abstrata, forma-se a partir da execução ou participação individual e concretade cada membro da comunidade de fala. Da mesma forma que a parte individual, pouco a pouco assimilada pela criança, constitui-se a partir da necessidade do indivíduo de aprender e internalizar, pelo menos uma parte, do todo social e exterior da linguagem.

Nas palavras de Saussure (1960, p.21),

[...] Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.

Pode-se dizer que a parte social não existiria sem a individual, nem a individual sem a social. Há uma interdependência entre elas. Da mesma forma que o indivíduo constrói-se como ser pensante, humano, através da língua – parte social da linguagem. Também é válido dizer que a língua é formada a partir da ação e execução do falante – parte individual da linguagem.

### 1.3 LÍNGUA E DIALETO

Falar de Língua portuguesa ou de qualquer outra é operar uma abstração e uma generalização consideráveis uma vez que sob essa denominação de língua há uma gama de variações, consequência direta da diversidade de seus usuários. E porque não existe uma língua unificada, porque não existe um monobloco linguístico, é que se costuma associar ao conceito de *linguaa* ideia de abstração. Diz-se, portanto, com muita procedência, que a língua entendida como um *sistema* é uma abstração, uma vez que como substância, concretizada nos atos de fala, ela já aparece diversificada. (FERREIRA; CARDOSO, 1994).

A língua concretizada nos atos da fala aparece diversificada. E não poderia ser diferente.

Um grupo humano, seja uma família, seja uma comunidade ou nação, compartilha de características comuns formadas a partir de elementos culturais e fatores biológicos. Esses elementos tornam mais ou menos semelhantes os membros e contribuem para o fortalecimento de vínculos e desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade.

No entanto, nem só de características comuns são constituídos esses grupos, pois cada pessoa é única, como se pode verificar através do DNA, o código genético.

Pode-se comparar o DNA à questão linguística. Queila Oliveira, pós-graduada em biologia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, (informação oral<sup>1</sup>) diz que ele é igual em todos os seres vivos na sua composição química e estrutura física. No entanto, cada espécie pode ser identificada pelo seu próprio DNA, e dentro de cada espécie, cada indivíduo torna-se único. O DNA, ao mesmo tempo em que é igual, é também diferente em todos os seres vivos. Assim, é a homogeneidade da língua, e talvez fosse a partir desse ponto de vista que Saussure (1960, p. 23) atribuisse à língua um caráter homogêneo.

As línguas têm características comuns entre si, como os *universais* propostos por Chomsky, mas ao mesmo tempo, possuem elementos que as tornam diferentes uma da outra.

Uma língua, ou o que se convencionou chamar língua, à primeira vista, pode parecer um todo homogêneo por se estruturar ordenadamente e permitir que diferentes usuários dela desfrutem e através dela consigam conviver, interagir, compreender-se e desenvolver vínculos. Entretanto, observações mais próximas mostrarão que elementos de ordem semântica, lexical, fonética e sintática a tornam diferente em cada grupo social que compõe o todo falante de uma dada língua. E no seio de cada subgrupo social, ainda serão encontradas particularidades de ordem social ou situacional que lhe denunciarão um caráter não exatamente homogêneo. Isto é, ao mesmo tempo em que uma língua é homogênea, é também heterogênea.

A heterogeneidade da língua se dá graças ao trabalho coletivo empreendido por todos os seus falantes cada vez que eles se põem a interagir. Daí, na concepção de

---

<sup>1</sup> Em discussão sobre o tema, durante a execução deste trabalho em 11 de janeiro de 2013.

sociolinguistas, a língua ser “intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável” (Bagno, 1992, p. 36).

Estudos sobre essa variação apontam três tipos fundamentais de diferenças:

1. diferenças de espaço geográfico ou **diferenças diatópicas**;
2. diferenças entre distintos estratos socioculturais de uma mesma comunidade idiomática, ou **diferenças diastráticas**;
3. diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, de estilos distintos, segundo as circunstâncias em que se realizam os atos de fala ou **diferenças diafásicas**. (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 11 e 12).

Para Ferreira e Cardoso, essas diferenças “correspondem a três tipos de subsistemas que possuem internamente relativa homogeneidade garantida pela soma dos traços linguísticos coincidentes.”. Assim, a partir dessas coincidências pode se dizer que existem **unidades sintópicas**, **unidades sintráticas** e **unidades sinfásicas**. Em cada unidade sintópica, há diferenças diastráticas e/ou diafásicas. Isto é, os falantes de uma mesma língua, mas de regiões distintas, tem características diversificadas. E se pertencem a uma mesma região também não falam da mesma maneira, tendo em vista os diferentes estratos sociais e as circunstâncias diversas de comunicação. As autoras afirmam que a partir desse raciocínio é possível chegar mais próximo do conceito de **dialeto**, especialmente, através da observação e revisão da noção de **isoglossa**.

**Isoglossa**, segundo as autoras, é uma linha virtual que marca o limite também virtual de formas e expressões linguísticas que podem delinear contrastes e semelhanças. As **isoglossas diatópicas** mostram contrastes e semelhanças linguísticas em espaços geográficos; as **Isoglossas diastráticas** podem mostrar contrastes e semelhanças linguísticas socioculturais e as **isoglossas diafásicas** podem configurar diferenças de estilos.

Uma isoglossa, quanto à natureza dos fatos linguísticos analisados, pode ser lexical, **isoléxica**; pode ser fônica, **isófona**; pode ser morfológica, **isomorfa** e também pode ser sintática.

Um **dialeto** então seria “um **feixe de isoglossas**, ou seja, um conjunto de isoglossas que se somam e que, portanto, mostram uma relativa homogeneidade” garantida pela soma dos traços linguísticos coincidentes dentro de uma comunidade linguística e que se confronta com as de outras comunidades linguística (FERREIRA; CARDOSO, p.12-17).

A partir deste raciocínio, pode-se dizer que a denominação de **dialeto** não é só pertinente às variações diatópicas, mas também se pode falar em dialetos sociais e por analogia dialetos estilísticos.

No entanto, este não é o raciocínio nem a nomenclatura utilizados por todos os linguistas. Como se vê no discurso a seguir,

[...] os dialetos geográficos espaciais, dentro de sua relativa homogeneidade, resultante de uma soma de isoglossas, são subsistemas organizados, do ponto de vista fônico, morfosintático e lexical, enquanto que as variações diastráticas (de níveis) e as diafásicas de (estilo) são subsistemas incompletos, isto é, são formas parcialmente divergentes dentro de um mesmo dialeto. (COSERIU, 1982, apud FERREIRA E CARDOSO, 1994).

Coseriu entende que apenas a soma de isoglossas diatópicas pode ser considerada dialeto e que as isoglossas diastráticas e diafásicas são subsistemas incompletos, formas parcialmente divergentes dentro de um mesmo dialeto. Reforça sua tese, argumentando que “os dialetos geográficos podem, no curso da história, transformar-se em novas línguas autônomas, [...] enquanto que os níveis estráticos e os estilos não têm essa possibilidade.” (COSERIU, 1982, apud FERREIRA E CARDOSO, 1994).

Outros autores, como Travaglia (2000), entendem que as línguas apresentam dois tipos de variedades: a variação dialetal e a variação de registro (estilo). Segundo Travaglia, o primeiro tipo ocorre em função das pessoas que usam a língua, já os registros são variedades que ocorrem em função do interlocutor, da situação e uso que se faz da língua. Por essa concepção, **dialetos** seriam apenas as variações que ocorrem em função do espaço geográfico, da classe social, da idade, do sexo e da geração.

Silva Neto (1955, p.19) por considerar **dialeto** um termo muito vago, prefere utilizar o termo **falar** ao qual conceitua como “**feixe de traços linguísticos distintivos**”. Castilho (1972, p.116) entende por **falares** a variação espacial ou horizontal em que ocorrem pequenas alterações no foneticismo e no material léxico, sem prejuízo de uma fácil compreensão e como **dialetos** as variações espaciais que apresentam uma diferenciação mais avançada, que atinge também a morfologia e chega a acarretar dificuldades à comunicação.

Essa distinção, no entanto, oferece alguns problemas visto que muitas línguas, assim consideradas, se encaixam nessa situação. E ao se utilizar como critério a inteligibilidade entre falantes de comunidades linguísticas que se aproximam chegar-se-á também a outra discussão: a que tenta fazer a distinção entre o que é uma língua e o

que é um dialeto como se pode ver em Chambers; Trudgill (1998) e Finegan (2004, p.14 e 15).

#### 1.4 A DIALETOLOGIA

Segundo Brandão (1991), os estudos dialetais tiveram origem ainda no século XIX, na esteira dos estudos comparativistas, quando em busca da reconstituição da protolíngua do indo-europeu, estudiosos lançaram-se à comparação de famílias e subfamílias de línguas. Daí surgiu o interesse pelo estudo dos dialetos, considerados importantes para compreensão do modo como se teriam ocorrido as transformações em fases anteriores das línguas.

Outro fator que impulsionou estudos nessa área, no fim do século XIX, foi o polêmico princípio proposto pelos neogramáticos segundo o qual as alterações fonéticas obedeciam a leis rígidas, que, à semelhança das leis naturais, não admitiam exceções. Embora as pesquisas dialetais não tenham contribuído para corroborar essa teoria e sim para refutar as ideias dos neogramáticos, contribuíram para o progresso dos estudos linguísticos.

Em 1881, na França, a dialetologia passou a fazer parte do currículo regular da *École Pratique des Hautes Études*, de Paris.

Inicialmente o estudo da variação espacial “se fez de um modo assistemático: o pesquisador recolhia os elementos que fosse reconhecendo ocasionalmente, depois tecia alguns comentários sobre o material levantado — em via de regra, muito desigual — e isso era tudo” (CASTILHO, 1972). A renovação do método se deu com Jules Gillieron. O pesquisador verificou que para o sucesso do trabalho era necessário: 1º) rapidez na recolha de dados de modo a permitir a comparação sincrônica do material; 2) homogeneidade do método de pesquisa de modo a permitir a comparação dos falares (SILVA NETO, 1955).

Primeiramente, como se pode perceber, a dialetologia apenas interessava-se pelo estudo das diversidades diatópicas porque seu interesse estava atrelado à evolução histórica das línguas (BRANDÃO, 1991. p.8).

Mais tarde, no século XX, Coseriu ainda estabelece que “a dialetologia tem como centro de interesse estudar as unidades sintópicas e, sobretudo a diversidade diatópica,” por entender como **dialeto** apenas as variações geográficas ou feixe de isoglossas diatópicas. (FERREIRA e BRANDÃO, 1994. p.17).

No entanto, Blanch (apud FERREIRA; BRANDÃO, 1994) argumenta que se a dialetologia tem como finalidade geral o estudo das falas terá que se ocupar tanto do estudo das falas regionais quanto das sociais. Reforça seu pensamento reportando-se ao dialetólogo espanhol Garcia de Diego que define língua como “um complexo mosaico de dialetos regionais mas também como uma superposição de dialetos sociais” e considera que o fato de a dialetologia “ter dedicado o melhor do seu esforço ao estudo das falas regionais” não deve ser interpretado como fato definidor, mas circunstancial e acrescenta que à dialetologia interessa não apenas a variedade rural, mas também a urbana (BLANCH apud FERREIRA; BRANDÃO, 1994).

Assim, a dialetologia, tanto no Brasil quanto no exterior, tem se ocupado do estudo de dialetos rurais e urbanos. No país, embora a maioria dos estudos tenham sido dedicados aos dialetos rurais, há aqueles que se estenderam também às falas urbanas como o Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) de 2002, o Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALISPA) de 2004 e o próprio Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) que incluiu entre seus pontos de inquérito todas as capitais brasileiras com exceção de Brasília ( PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 2013).

Outro exemplo de trabalho de dialetologia urbana é o Projeto de Estudos da Norma Linguística Culta (PROJETO NURC) que,

[...] estuda a modalidade oral de pessoas com formação universitária em cinco cidades brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.). O projeto NURC parte de uma metodologia comum que permite confrontar a variedade culta das cinco capitais, levando em consideração algumas variáveis extralinguísticas como sexo, idade e tipo de registro. (FERREIRA e CARDOSO, 1994).

Como demonstrado, nesse exemplo, a dialetologia tem estendido seu interesse para além das variações diatópicas rurais e tem considerado também as variações que ocorrem em razão de causas sociais. Atitude bem anterior ao surgimento da sociolinguística como explicam Ferreira e Cardoso (1994, p. 18 e 19).

## 1.5 A DIALETOLOGIA NO BRASIL

Segundo BRANDÃO (1991), a dialetologiano Brasil pode ser dividida em duas épocas, separada pelos eventos ocorridos no período de 1957 a 1959 quando se realizaram Colóquios Internacionais de Estudos Luso-Brasileiros, Congresso Brasileiro de Etnografia e Dialectologia, Simpósio de Filologia Românica e a publicação da

primeira parte das *Bases para elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* de Antenor Nascentes. Eventos de grande importância para os estudos dialetológicos nacionais.

A primeira época seria marcada pelos estudos de Amadeu Amaral, responsável pela primeira tentativa de descrever um falar regional, onde “procura dar conta das peculiaridades fônicas, mórficas sintáticas e lexicais” do que o autor considerava um aspecto da dialeção da língua portuguesa em São Paulo. Embora o estudioso não tenha alcançado o êxito que alcançaram dialetólogos em alguns lugares da Europa, por uma série de razões explicadas pela autora, serviu para chamar atenção de estudiosos para o assunto e incentivou a realização de diversos trabalhos da mesma natureza.

Outro a contribuir grandemente para os estudos dialetológicos no Brasil foi Antenor Nascentes com a publicação de “O Linguajar Carioca” em 1923 e especialmente com sua segunda edição datada de 1953 que tem servido de ponto de partida a todos que estudam o português do Brasil.

Sobressaindo aos que se preocuparam com essas questões, surge Serafim da Silva Neto que ao longo dos anos 40 e 50 procurou através de seus livros, artigos e cursos universitários demonstrar a importância e os passos para o desenvolvimento dos estudos dialetológicos no Brasil.

Ainda dessa época, podemos contar com a contribuição de Celso Cunha para o conhecimento da variante brasileira através da divulgação de modernas teorias linguísticas e ainda a realização de numerosos eventos que colaboraram para o desenvolvimento dos estudos dialetais.

A segunda das duas épocas, mencionadas por Silvia Brandão, iniciou-se na segunda metade da década de 50. Período marcado pela produção de trabalhos buscando descrever os fenômenos que caracterizavam não só o aspecto semântico-lexical, mas também fonético-fonológico e morfossintático de uma determinada área. Em 1963, por iniciativa de Nelson Rossi, publica-se o primeiro atlas regional brasileiro e de acordo com Cruz (2004) a linha de pesquisa inaugurada por essa experiência baiana tem sido expandida significativamente no país, apesar das dificuldades inerentes a projetos dessa natureza.

Há ainda outras propostas de divisão acerca dos estudos dialetológicos no Brasil. Ferreira; Cardoso (1994) apresentam uma visão tripartida da história dos estudos dialetais. Segundo essa visão, a fase inicial é compreendida conforme propõe o histórico de Nascentes. Do ano de 1826, data de publicação de uma lista de palavras que apresenta um rol de oito nomes que mudam de significação e outro de cinquenta nomes,

usados exclusivamente no Brasil, de Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, e vai até o ano de 1920, data da publicação de *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral. A segunda fase inicia-se em 1920 e finaliza em 1952, ano do decreto de criação da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa que definia como objetivo principal a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil. Na terceira fase, iniciada em 1952, fase em que se destacam Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi implanta-se um novo momento para a dialetologia brasileira: o início dos estudos sistemáticos no âmbito da geografia linguística.

Para Cardoso (1999),

A terceira fase da história dos estudos dialetais tem, assim, como marca identificadora o início dos estudos sistemáticos no campo da geografia linguística, objeto de maiores considerações no item que se segue. Não ficam, porém, ausentes desse período estudos de natureza teórica, a produção de léxicos regionais e de glossários, bem como a elaboração de monografias sobre regiões diversas. O levantamento de teses de doutorado e de dissertações de mestrado produzidas no período de 50 anos [...] 1939 a 1989 — aponta um número considerável de trabalhos no campo da Dialectologia, como se pode ver da consulta à *Bibliografia indexada de dissertações e teses de Letras e Linguística defendidas em universidades brasileiras*, organizada por Ulf Gregor Baranow e publicada em 1990 sob o patrocínio da ANPOLL- Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística. São apresentados 1.589 trabalhos entre teses de doutorado e dissertações de mestrado na área dos estudos linguísticos, dos quais 98 se debruçam sobre aspectos dialetais nos seus mais diferenciados enfoques.

Desde a década de 60, período de publicação do primeiro atlas linguístico regional publicado no Brasil, vários outros trabalhos, de caráter regional, surgiram, tendo-se, inclusive, implantado o projeto do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB.

### **1.5.1 Os Atlas Regionais**

O Brasil possui atualmente uma diversidade de atlas regionais criados primeiramente pela dificuldade de se elaborar um atlas nacional pela extensão do país. Esse mapeamento linguístico de regiões foi indicado pelos primeiros dialetólogos brasileiros e tem sua importância, uma vez que permitem uma investigação de aspectos mais específicos de cada área/região (PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL, 2013). Na sequência, serão apresentados os atlas regionais por ordem de publicação ou de apresentação no caso de teses de doutoramento. As informações são baseadas em Cruz (2004) e em dados constantes em Projeto Atlas Linguístico do Brasil (2013).

a) O Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) -1966

O APFB foi publicado em 1963 por Nelson Rossi e desenvolvido com técnicas rigorosas de coleta de dados em 50 localidades, através de questionário de 179 perguntas numeradas e algumas desdobradas em *a*, *b* e *c*. As questões desse questionário eram essencialmente léxico-semânticas, dividindo-se em quatro grandes áreas: Terra, Vegetais, Homens e Animais. Os dados eram transcritos no momento em que se obtinham as respostas dadas pelos informantes. Estes em número de 100 eram todos analfabetos ou semianalfabetos, com idade variando entre 25 e 60 anos. Em cada localidade, eram inquiridos dois participantes, sem, contudo haver a preocupação de que fossem representantes de ambos os sexos.

b) Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG) - 1977

O EALMG foi planejado por José Ribeiro, Mario Zagari, José Passini e Antônio Gaio para ser publicado em quatro volumes. No entanto, apenas um de seus volumes foi editado, em 1977. Os inquéritos foram realizados por correspondência, em 302 localidades através de questionário e de forma direta em 116 pontos selecionados. Em cada ponto de inquérito, contou-se com um informante e um auxiliar, sendo eles analfabetos e de nível superior. Neste atlas, seus autores conciliam os métodos tradicionais da geolinguística com métodos mais modernos da sociolinguística americana (<http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/AtlasNacionais>).

c) Atlas Linguística da Paraíba (ALPB) - 1984

Este atlas foi planejado por Maria do Socorro Aragão e Cleusa Bezerra Menezes para ser publicado em três volumes, embora apenas dois tenham sido editados, em 1984. Faz parte de um projeto do curso Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Paraíba. Sua rede de localidades teve 25 municípios onde foram entrevistados de três a dez informantes de 30 a 75 anos, através de um questionário com 289 questões envolvendo os campos semânticos: terra, homem, família, habitação, utensílios domésticos, aves, animais, plantação e atividades sociais. Em suas cartas lexicais e/ou fonéticas, analisam-se formas estruturas linguísticas, enfocando aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos.

d) Atlas Linguístico de Sergipe (ALS I) - 1987

Publicado em 1987, de autoria da mesma equipe de professores da Universidade Federal da Bahia que elaborou o APFB, também foi realizado sob a orientação de Nelson Rossi. Foi constituído a partir de questionário com cerca de 700 perguntas que recobriam as mesmas áreas semânticas do APFB, mas apresenta algumas inovações em relação à metodologia daquele atlas.

Nesse trabalho, seus organizadores, além do adensamento de pontos de inquérito, gravação das entrevistas, ampliação do questionário, controlaram rigidamente a variável de gênero. Os dois informantes de cada um dos 15 pontos de inquérito são sempre um do sexo masculino e outro do sexo feminino, de 35 a 52 anos entre analfabetos e alfabetizados (CRUZ, 2004).

e) Atlas Linguístico do Paraná (ALPR) - 1990

Desenvolvido como tese de doutorado por Vanderci de Andrade Aguilera da Universidade Estadual de Londrina - São Paulo. Seus dados foram recolhidos em 65 localidades pela aplicação de questionário contendo 318 questões de tipo descritivo e 06 do tipo narrativo. Abrange os campos semânticos: Homem, Terra e os sub-campos: a) natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo; b) flora: árvores, frutos; plantas, medicinais; d) fauna: ave, insetos, outros animais; e) partes do corpo, funções, doenças; f) vestuário, calçado; g) agricultura, instrumentos agrícolas; h) brinquedos e jogos infantis. Os informantes em número de 130, (um homem e uma mulher em cada localidade), eram agricultores ou com ascendência rural, da faixa etária de 27 a 60, de escolaridade zero ou primária.

Esse atlas constitui-se de dois volumes. O primeiro compõe-se de 191 cartas lexicais, 70 fonéticas e 29 isoléxicas e isófonas. O segundo contém informações de caráter metodológicas (CRUZ, 2004).

f) Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) - 1990

Teve início em 1980 com publicação em 2002. Foi desenvolvido por uma equipe de pesquisadores do sul do país, sob a coordenação de Walter Koch, Mário Silfredo Klassman e Cléo Vilson Altenhofen. É o primeiro a não se limitar a apenas um estado, mas abrange os aspectos linguísticos e culturais dos três estados da região sul do país. Sua rede de pontos constituiu-se de 275 pontos de inquéritos em ambiente rural e

urbano e 19 na área urbana onde foram aplicadas 700 perguntas de questionários semântico-lexical, morfossintático e fonético. Em cada ponto foram inquiridos um homem e uma mulher com idade entre 28 e 58 anos, analfabetos ou com grau de instrução até a 4ª série do Ensino Fundamental. Seus organizadores selecionavam seus informantes dando preferência a casais.

Constitui-se de dois volumes. O primeiro trata de questões metodológicas e o segundo apresenta cartas fonéticas e morfossintáticas.

g) Atlas Linguístico do Sergipe (ALS II) – 2002

Apresentado como tese de doutoramento de Suzana Cardoso em 2002, Tinha o objetivo de dar segmento ao atlas publicado em 1987, aproveitando o potencial de dados coletados e não explorados. Os registros analisados formam um conjunto de 108 cartas. Destas, 105 são semântico-lexicais que apresentam as respostas para cada item considerado, acompanhadas de gráficos que indicam os percentuais de ocorrências das formas segundo o gênero do informante.

A rede de pontos constitui-se de 15 localidades, contando, cada ponto, com dois informantes, sendo um representante de cada sexo, escolhidos conforme os critérios configurados como básicos para os estudos dialetais — nascidos na cidade objeto de estudo, filhos, preferentemente, de pais da mesma localidade, não alfabetizados ou semialfabetizados, com afastamento nulo ou por pouco tempo (<http://twiki.ufba.br>).

Este atlas difere de todos os demais, porque suas cartas são comentadas. Além do registro em mapas geolinguísticos, há a interpretação dos fenômenos anotados.

h) Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALISPA) - 2004

Iniciado em 1996 e publicado em 2004 sob a forma de CD-ROM por uma equipe de três professores da Universidade Federal do Pará foi coordenado por Abdelhak Razky. A recolha de dados se deu em 57 pontos distribuídos por seis mesorregiões do Estado do Pará (CRUZ, 2004). Envolveu áreas urbanas e rurais e as 159 perguntas dos questionários foram aplicadas a 4 informantes por localidade estratificados por sexo, idade e escolaridade até a 4ª série. (um homem e uma mulher nas faixas etárias de 18-30 e 40-70) (<http://www.ufpa.br/alipa/>).

i) Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM) - 2004

Foi desenvolvido como tese de Doutorado na UFRJ e apresentado em 2004, por Maria Luiza de Carvalho Cruz. Os dados foram coletados em nove municípios representativos das nove microrregiões do Estado do Amazonas. Em cada um foram entrevistados seis informantes naturais das localidades selecionadas. Em cada ponto de inquérito foram investigados 1 homem e 1 mulher em três faixas etárias: de 18-35 anos, de 36-55 anos e de 56 em diante, com escolaridade máxima de até a 4ª. série do Ensino Fundamental. Como instrumento de coleta a pesquisadora utilizou um questionário fonético-fonológico (QFF), com 156 questões e outro, semântico-lexical (QSL), com 327 perguntas. A recolha de dados gerou 107 cartas fonéticas e 150 cartas semântico-lexicais. O trabalho é apresentado em dois volumes. O primeiro contém uma introdução de caráter metodológico e o segundo, as cartas. Segundo sua autora. “Este Atlas não teve por objetivo interpretar os resultados obtidos por meio das Cartas Fonéticas e das Cartas Semântico-lexicais, mas apresentar um panorama de alguns traços que tipificam o conjunto dos falares amazonenses”. (CRUZ, 2004).

j) Atlas Linguístico de Mato Grosso do SUL (ALMS) - 2007

O ALMS foi organizado por Dercir Pedro de Oliveira e coordenado por Dercir Oliveira, Aparecida Negri Isquierdo, Maria José Gomes e Albana Xavier Nogueira. Sua rede de pontos constituiu-se de 32 localidades. Seus informantes foram de ambos os gêneros, analfabetos ou escolarizados até a quarta série do Ensino Fundamental e dentro da faixa etária de 18 a 30 e 45 a 70. O trabalho está composto de cartas fonéticas, semântico-lexicais e morfossintáticas.

k) Atlas Linguística do Estado do Ceará (ALECE) - 2010

O ALECE, iniciado em 1978, atravessou três décadas e foi publicado em 2010. Constitui-se de dois volumes. Foi coordenado, na sua origem, por Alexandre F. Caskey, José Carlos Gonçalves, Mário Roberto Lobuglio Zágari e por José Rogério Fontenele Bessa, sendo este último, o coordenador geral e de publicação. O primeiro volume trata dos antecedentes históricos, da orientação teórica e metodologia. O segundo volume traz as cartas lexicais e um glossário, a que se seguem a bibliografia geral e as fontes lexicográficas consultadas.

As cartas, em número de 256, contemplam dados lexicais e fonéticos e mapeiam os resultados da pesquisa efetuada em 70 localidades e com dados recolhidos a partir de quatro informantes por ponto, observando-se, na composição, igual número de homens e mulheres que se distribuem, equitativamente, entre analfabetos e pessoas com o 1º grau completo, com idade entre 30 e 60 anos.

l) Atlas Linguístico do Mato Grosso\_ (Não concluído)

Desenvolvido por uma equipe de pesquisadores. Está em fase de desenvolvimento. Foram definidos 22 pontos de inquéritos a serem investigados. Ainda não publicado.

m) Atlas Linguístico do Acre (Em curso)

Coordenado por Luiza Galvão Lessa possui uma rede de 18 pontos, distribuídas por três áreas: Vale do Acre, Vale do Juruá e Vale do Purus. Seus dados foram coletados a partir de dois informantes, um de cada gênero de três faixas etárias. Não publicado.

Abaixo, apresenta-se um quadro dos atlas linguísticos regionais já publicados ou apresentados como tese de doutoramento até agosto de 2013:

Atlas regionais	Pontos de inquérito	Informantes p/ponto	Informantes (Variáveis)			Aspecto investigado		
			Idade	Escolaridade	Gênero	Lexical	Fonético-fonológico	Morfossintático
APFB	50	2	25-60	Analfabetos ou semi	Aleatória.	X	X	
EALMG	116	1 (+ 1 auxiliar)	30-50	Analfabetos e nível superior	Aleatória.	X	X	
ALPB	25	3-10	30-75	Analfabetos a primário completo	Aleatória.	X	X	X
ALS I	15	2	35-65	Analfabetos a alfabetizados	Controlada	X	X	
ALPR	65	2	27-60	Analfabetos e primário completo	Controlada	X		

ALERS	294	2 rur. 3 urb.	28-58	Pouca escolaridade	Aleatória.	X	X	X
ALS II	15	2	35-53	Analfabetos a alfabetizados	Controlada	X		
ALISPA	57	4	18-30 40-70	Até a quarta série	Controlada		X	-
ALAM	09	6	18-35 36-55 56+	Até a quarta série	Controlada	X	X	
ALMS	33	4	18-30 45-70	Rudimentar ou até a 4ª série	Controlada	X	X	
ALECE	70	4	30-60	Analfabetos e 1º grau completo	Controlada	X	X	

**Tab. 1 - Atlas regionais publicados ou apresentados como tese de doutoramento**

### 1.5.2 Atlas Linguístico do Brasil

Em 1952, através do decreto 30.643, a ideia de um atlas linguístico do Brasil ganhou vulto por dispor como finalidade principal da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a elaboração do Atlas linguístico do Brasil.

Em 1957, durante o III Colóquio Internacional de estudos Luso-Brasileiros (Lisboa), Serafim da Silva Neto e Celso Cunha apresentaram um projeto de realização de um atlas linguístico do Brasil por regiões.

Em 1966, em Salvador, por ocasião do Seminário Nacional *Caminhos e perspectivas para a geolinguística no Brasil*, visando ao registro das áreas dialetais do português do Brasil, foi criado um comitê nacional, constituído por alguns autores de Atlas regionais já publicados e coordenado por Suzana Alice Cardoso, da UFBA, com a incumbência de implementar e dirigir o projeto do ALiB, Atlas Linguístico do Brasil.

O Projeto ALiB está atualmente em andamento e concluído na maioria dos Estados da Federação. O comitê organizador recolhe os dados a partir de questionário organizado em três seções: fonético-fonológica, semântico-lexical e morfossintática num total de 446 questões aplicadas a quatro informantes por localidade, sendo dois do sexo feminino e dois do sexo masculino distribuídos em duas faixas etárias de 18 a 30 e de 50 a 65 anos com profissão definida (nível de escolaridade alta) e escolaridade máxima de quarta série do Ensino Fundamental (<http://twiki.ufba.br/>).

O ALiB apoia a elaboração de atlas linguísticos regionais, por considerar que podem oferecer um conhecimento mais detalhado e circunstanciado de cada região.

## 1.6 OS ESTUDOS DIALETAIS NO AMAZONAS

O Amazonas é o maior estado da federação em área territorial (1.559.161,682 quilômetros quadrados) com uma população, de acordo com o Censo 2010, de 3.483,985 habitantes, dos quais 2.755.490 vivem na área urbana e 728.495 na área rural<sup>2</sup>.

Sua grande extensão, o fato de ser a maior rede hidrográfica do planeta, a falta de estradas que interliguem os municípios e o alto custo das passagens aéreas colaboram para que não apenas as cidades e povoados sejam afastados, mas que também as pessoas se distanciem. Por todos esses fatores, pela dinâmica social, cultural e histórica é natural que haja diversidade de falares.

Os elementos acima citados, além de serem causa da variedade linguística no Amazonas, são também desafios que um grupo de professores da Universidade Federal do Amazonas vem enfrentando para registrar e estudar os dialetos ou falares.

### **1.6.1 O falar do ‘caboco’ amazonense: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semântico de Itacoatiara e Silves**

O primeiro estudo de caráter dialetológico acerca dos falares amazonenses data de 1980 e intitula-se: “O falar do ‘caboco’ amazonense: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semânticos de Itacoatiara e Silves”, realizado por Hydelvídia Corrêa. Surgiu como dissertação de mestrado com o objetivo de contribuir para os estudos do português do Brasil e especialmente colaborar para o estudo do português falado no norte, ainda hoje, pouco estudado. Para esse fim, tomou como pontos de inquérito os municípios de Itacoatiara e Silves, onde fez um levantamento do falar do caboco amazonense através de entrevistas, conversação dirigida, questionários semântico-lexical e fonético-fonológico, aplicados a 42 informantes, selecionados conforme critérios estabelecidos pela dialetologia com intenção de, a partir desse estudo, depreender a existência ou não de um falar específico da região em estudo.

Corrêa (1980, p.27), em sua pesquisa detectou: levantamento do fonema /o/ que se realiza foneticamente como [u]; levantamento do fonema /e/ que se realiza foneticamente como [i]; abaixamento do fonema /u/ que se realiza foneticamente como

---

<sup>2</sup><http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados/>

[o]; redução do ditongo /ey/ que se realiza foneticamente como [e] e redução de /ow/ que se realiza foneticamente como [u].

Ao concluir seu estudo, Correa menciona o parecer de Lourenço Araujo Silva Amazonas (Apud Silva neto, 1956) que avalia que a região amazônica, por sua colonização mais recente, tenha a língua geral mais fortemente arraigada. Quanto ao questionamento inicial de seu estudo sobre a existência ou não de um falar específico da região em estudo, a pesquisadora afirma que embora o falar do caboclo apresente características próprias, não existe diferenciação profunda entre o falar rural e o urbano e que aquele já estaria a receber as influências irradiadas pela cidade de Manaus.

### **1.6.2. Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM**

Em 2004, surge, no cenário dialetológico amazonense, o Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM), elaborado por Maria Luiza de Carvalho Cruz como tese de doutorado no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ com objetivo de apresentar um panorama de alguns traços que tipificam o conjunto dos falares amazonenses.

A pesquisa foi realizada na perspectiva da Geografia Linguística e da Sociolinguística Variacionista, com a preocupação de se fazer um controle, de forma sistemática, das variáveis gênero e faixa etária.

Os dados foram coletados através de questionário fonético-fonológico (QFF) e semântico-lexical (QSL) e aplicadas a 54 informantes, 6 por ponto de inquérito. Tendo um representante masculino e outro feminino em cada uma das seguintes faixas etárias: de 18-35 anos, de 36-55 anos e de 56 em diante.

Para este trabalho,

[...] tendo em vista (a) o rígido prazo imposto para a conclusão da pesquisa; (b) a dimensão territorial do Estado; (c) o difícil acesso às localidades, em pleno século XXI; (d) a dificuldade na obtenção de verba para viabilizar um projeto dessa natureza; (e) a falta de infra-estrutura nas localidades para abrigar pesquisadores, em especial quando atuam individualmente, privilegiaram-se, apenas, nove pontos de inquérito [...] (Cruz, 2004).

De acordo com a pesquisadora, os nove municípios que constituíram esses pontos de inquérito são os municípios de maior representatividade no Amazonas e foram selecionados,

[...] segundo critérios de natureza histórica, geográfica, demográfica e sócioeconômica. Foram ainda considerados alguns pontos de inquérito sugeridos por Nascentes (1958); pontos de inquérito sugeridos pelo Projeto do Atlas Linguístico do Brasil – AliB e adivisão político-administrativa do

Estado, de 5/10/1989, que dividiu o Estado em 9 Microrregiões homogêneas, com base nas bacias hidrográficas dos principais afluentes do Rio Amazonas [...]

As 156 questões do QFF e as 327 perguntas do QSL geraram 107 cartas fonéticas e 150 cartas semântico-lexicais.

A observação dos dados coletados possibilitou a pesquisadora apresentar os seguintes resultados: levantar a hipótese de sero alçamento em contexto tônico um fenômeno em extinção; a presença de altos índices de produtividade dos ditongos /ei/ e /ow/, em contextos condicionadores da monotongação; a tendência de pronúncia fechada das vogais médias pretônicas, mesmo encontrando significativamente as abertas; e, pela ocorrência da pronúncia pós-alveolar do S pós-vocálico ter sido mais significativa em três municípios – Barcelos, Itacoatiara e Parintins – diferenciando-se da pronúncia do /S/ alveolar dos outros municípios, formula a hipótese de que no Amazonas, entre os rios Negro/Amazonas e Solimões, se possam, no futuro, traçar isoglossas que diferenciem áreas linguísticas (CRUZ, 2004).

Esse trabalho além de ser pioneiro no Estado também tem o mérito de haver desencadeado “uma mentalidade dialetológica no Estado” (Op. cit).

### **1.6.3 O alçamento das vogais posteriores em sílaba tônica: um estudo do português falado em Borba no Amazonas**

Em 2009, Maria Sandra Campos defende, como tese de doutorado, “O alçamento das vogais posteriores em sílaba tônica: um estudo do português falado em Borba no Amazonas”, esta pesquisa está atrelada a postulados fonético-fonológicos, mas a descrição e explicação do fenômeno investigado se dão pelos postulados da sociolinguística. Os dados foram coletados através de entrevistas *in loco* realizadas por meio de “fala oral maximamente descontraída” com temas relacionados à vida econômica e social do falante e seu cotidiano, crenças e costumes aplicados a vinte e quatro participantes distribuídos em três faixas etárias (14 a 20 anos, 21 a 54 anos e a partir de 55 anos), tendo um homem e uma mulher como representantes em cada faixa. A coleta se deu em 15 localidades no município, agrupadas em quatro grupos, sendo um da zona urbana e três da zona rural. O perfil dos informantes seguiu os seguintes critérios: ser nascido e morador da região e não ter se afastado por longos períodos, com idade igual ou superior a 14 anos e escolaridade até o ensino fundamental.

Ao realizar a análise qualitativa e quantitativa dos dados considerou que o alçamento é um fenômeno muito produtivo e que determinados contextos linguísticos e sociais favorecem sua ocorrência. Considerou também que embora sendo esse fenômeno muito produtivo na área investigada, em todas as faixas de idade observadas, sua menor incidência no grupo mais jovem aponta para o enfraquecimento do fenômeno (CAMPOS, 2009).

## 1.7 OS NOVOS RUMOS DA DIALETOLOGIA NO AMAZONAS

Entre 2005 e 2008, vários trabalhos de cunho dialetológico foram realizados na Universidade Federal do Amazonas - UFAM, visando preparar futuros pesquisadores. Esses trabalhos vêm sendo realizados em nível de iniciação científica e de mestrado.

De acordo com Quara (2012),

[...] a primeira questão norteadora desses trabalhos foi o possível processo de extinção pelo qual estaria passando o fenômeno do alteamento do /o/ em posição tônica. Essa investigação foi tema de três trabalhos: “Comportamento fonético-fonológico da vogal posterior média fechada /o/, em contextoônico, no falar dos municípios de Itacoatiara e Manacapuru” (MAIA, 2006); “A realização da vogal posterior média fechada /o/, em posição tônica, nos municípios de Parintins e Tefé” (MARTINS, 2006); “Comportamento fonético-fonológico da vogal posterior média fechada /o/, em posição tônica, no falar de cinco municípios do Amazonas: Barcelos, Benjamin Constant, Eirunepé, Lábrea e Humaitá” (DIAS, 2007).

Esses estudos realizados a partir dos dados coletados em conversação livre para o ALAM, comprovaram algumas hipóteses de Cruz (2004) tais como:

O enfraquecimento/extinção do fenômeno de alteamento do /o/ em posição tônica no Amazonas, uma vez que foram encontradas, nas localidades em análise, ocorrências apenas na faixa etária mais idosa.

Outra hipótese confirmada nos dados de conversação livre foi através da ocorrência das variantes pós-alveolares de -S pós-vocálico em contexto medial de vocábulos. Em 2007, com o propósito de averiguar essa possibilidade também através dos dados obtidos em elocuições livres do ALAM foram desenvolvidos dois projetos: “A pronúncia do -S pós-vocálico nos municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Tefé, Barcelos e Benjamin Constant” (MARTINS, 2007) e “Comportamento fonético-fonológico do -S pós-vocálico nos falares dos municípios de Eirunepé, Lábrea e Humaitá do Amazonas” em 2007, que confirmaram a hipótese de que, no Amazonas, entre os Rios Negro/Amazonas e Solimões, se possam, no futuro, traçar isoglossas que diferenciem áreas linguísticas. (QUARA, 2012)

A evolução dos estudos de cunho dialetológico no estado do Amazonas tem ocorrido também à medida que pesquisadores em nível *stricto sensu* laçam-se a campo, uma vez que nesse nível podem desfrutar de maior tempo para coleta de dados e com maior facilidade conseguem financiamentos que oportunizam a execução desses trabalhos.

Em março de 2010, Roseanny Melo de Brito, defendeu como dissertação de mestrado o *Atlas dos Falares do Baixo Amazonas (AFBAM)*.

Segundo Brito (2010),

[...] a pesquisa adotou como princípios metodológicos os mesmos utilizados no ALAM (CRUZ, 2004).

.....  
As localidades investigadas foram os municípios da microrregião do Baixo Amazonas (Barreirinha, Boa Vista dos Ramos, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã, Urucará), a exceção de Parintins, por já ter sido investigada pelo ALAM (CRUZ, 2004). Para cada ponto de inquérito foram previstos seis informantes, de acordo com a metodologia do ALAM (CRUZ, 2004), (um homem e uma mulher, em três faixas de idade – 18 a 35 anos, 36 a 55 anos e 56 em diante) totalizando 30 entrevistas. Na análise de dados, utilizou-se o programa computacional do ALAM, que permitiu a inserção de todos os dados coletados e gerou automaticamente um total de 132 cartas fonéticas. O AFBAM conta, ainda, com um CD por meio do qual é possível visualizar as cartas fonéticas, clicar em cada transcrição e ouvir cada realização por informante [...].

Ainda no âmbito do mesmo programa, foram realizados dois estudos na região de Itapiranga, Itacoatiara e Silves, municípios amazonenses situados na microrregião do Médio Amazonas.

A primeira pesquisa, intitulada “A realização das variantes palatais /ʎ/ e /ɲ/ nos municípios de Itacoatiara e Silves (parte do Médio Amazonas)”, foi elaborada por Francinery Gonçalves Lima Torres, com base na metodologia da Sociolinguística e da Geolinguística. Os informantes, seis em cada ponto de inquérito, foram selecionados segundo critérios utilizados no ALAM. Para coleta de dados, utilizou-se a conversação livre e aplicação direta de questionário constituído de 156 questões. (TORRES, 2009).

Esses dados geraram 156 cartas fonéticas através das quais constatou que o fenômeno da palatalização ocorre significativamente na região estudada, sendo condicionada linguisticamente pela vogal anterior alta /i/ (TORRES, 2009).

Outra pesquisa desenvolvida no âmbito do programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura da Amazônia investigou o “Comportamento da vogal tônica posterior média fechada /o/ e das vogais pretônicas /e/ e /o/ nos municípios de

Itapiranga e Silves”, defendida com dissertação de mestrado por Lúcia Helena Ferreira da Silva.

Para esse trabalho, a exemplo do anterior, foram selecionados (12) informantes, sendo (6) em cada município, um homem e uma mulher de acordo com três faixas etárias: 18 a 35 anos, 36 a 55 anos e 56 anos em diante, “obedecendo aos critérios pertinentes à sociolinguística”. (SILVA L. H., 2009)

Em suas considerações finais Silva L. H. (Op. cit.) afirma que nesse trabalho objetivou-se fazer um registro geolinguístico do comportamento da vogal tônica posterior média fechada /o/ e das vogais pretônicas /e/ e /o/, nos municípios de Itapiranga e Silves. Isso possibilitou a pesquisadora tecer as seguintes considerações:

Em relação à vogal tônica posterior média fechada /o/, a variante baixa [ɔ] concorre com a variante fechada [o]. O fenômeno do alteamento como observado e registrado em pesquisas anteriores já não ocorre da mesma maneira.

Sobre a vogal pretônica, conclui:

[...] em gênero tanto em Itapiranga quanto em Silves é maior a incidência da variante alta [i]. Nas faixas etárias, em Itapiranga, predomina a variante fechada /e/, já em Silves, predomina a variante alta [i], enquanto que a variante aberta [ɛ] tem baixa produtividade, em ambos os municípios; embora, nos dois municípios haja a incidência da variante baixa [ɔ].

A respeito da vogal pretônica /o/, diz:

[...] tanto em gênero quanto na faixa etária, em Itapiranga, predomina a variante fechada [o], enquanto que em Silves predomina a variante alta [u], embora, nos dois municípios haja a incidência da variante baixa [ɔ].

A criação do Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal do Amazonas, em 2009, promete tempos de muita produtividade para os estudos dialetais no Amazonas. No primeiro ano de sua existência, três importantes pesquisas foram realizadas.

Defendido em março de 2012, por Jeiviane Justiniano, o *Atlas Linguístico dos Falares do Alto Rio Negro – ALFARiN* foi um trabalho elaborado com a finalidade de mapear as variações linguísticas dos municípios da microrregião do Alto Rio Negro: São Gabriel da Cachoeira (a 852 km de Manaus) e Santa Izabel do Rio Negro (a 630 km de Manaus) com exceção de Barcelos, por já ter sido investigado pelo ALAMe ainda responder questões como: Que alterações fonéticas serão encontradas nessa microrregião? Os registros fonéticos realizados em Barcelos, de acordo com o ALAM,

serão também encontrados nos outros municípios da região do Alto Rio Negro? A variação fonética resulta de fatores internos ou externos ao sistema linguístico?

Para escolha da região a ser investigada, considerou os princípios da geolinguística recomendados por Carlota e Cardoso (1994 apud Justiniano, 2012), de que se deve levar em conta a situação geográfica, a realidade histórica, o tipo de povoamento, a situação econômica, demográfica e linguística dos lugares a serem investigados. Nesse sentido, a pesquisadora considerou indispensável que a microrregião do Alto Rio Negro esteja entre os pontos de inquérito das investigações linguísticas no Brasil por ser uma área de grande diversidade sociocultural.

Segundo Justiniano (2012), foram selecionados 12 informantes, de acordo com os princípios da Geolinguística, seis em cada município.

[...] além dos critérios tradicionais da dialetologia, da variável idade, a fim de verificar se as manifestações linguísticas ocorrem devido a tal fator de ordem social [...], o informante deveria ser: Nascido na localidade, com pais naturais da região pesquisada e ter, de preferência, cônjuge de mesma origem; Ter cursado até o 5º ano do Ensino Fundamental; Não ter se afastado da região por mais de 1/3 de sua vida; Apresentar excelentes condições fonatórias; Para a variável idade, foram selecionados um homem e uma mulher em cada localidade, entre 18 e 35 anos, 36 e 55 anos e 56 em diante.

O requisito da baixa escolaridade, recomendado pela dialetologia, não pôde ser observado devido dificuldades encontradas no local da pesquisa, e, para manter-se fiel ao princípio de fazer o levantamento do português falado no Alto Rio Negro, controlou outro aspecto: o informante, mesmo sendo indígena e dominando sua língua de origem, situação muito comum, deveria ser falante de língua portuguesa (bilíngue).

Para a recolha de dados foi aplicado o Questionário Fonético-Fonológico (QFF) utilizado no ALAM, por já ter sido testado.

O QFF reúne 159 questões baseadas na pronúncia dos fonemas vocálicos, em diversos contextos linguísticos, com destaque para realização das vogais mediais pretônicas. Apresenta também perguntas referentes à pronúncia dos ditongos, a fim de verificar a redução do /ei/ a [e] e do /ou/ a [o] ou [u]. Além disso, algumas perguntas concentram-se na verificação do alteamento do /o/ para [u] ou no abaixamento do /u/ para [o], encontrados por Côrrea há trinta anos, porém não significativo nos dados de Cruz (2004), no ALAM. Entre os fonemas consonantais, no QFF, há destaque para a pronúncia do /S/ em final de sílabas, das vibrantes, das laterais, bem como a realização do grupo -nd a [n]. (Justiniano, 2012)

Após a gravação e transcrição, os dados foram inseridos no Programa de Variação Linguística (MVL) que gerou automaticamente as cartas fonéticas para a composição do Atlas Linguístico dos Falares do Alto Rio Negro (ALFARiN).

Em suas considerações finais, apresenta um panorama de realizações de vogais e consoantes do português falado no Alto Rio Negro. Como por exemplo:

[...] em aspectos do vocalismo: 1) Há o predomínio de vogal média anterior e posterior pretônica fechada, mesmo em contextos linguísticos favoráveis ao alçamento; [...] presença significativa da monotongação, principalmente do [ow]; 3) Não ocorreu caso de alçamento de [o] e abaixamento de [u] em situação de tonicidade. Em relação ao consonantismo: 3) As realizações de /t/ e /d/ são categoricamente pós-alveolares diante de [i]; 4) A lateral alveolar /l/, em contexto pós-vocálico, apresenta-se semivocalizada [w] 5) A lateral palatal mostra-se predominantemente como [lj]; 6) A nasal palatal /n/ apresenta baixos índices de ocorrência, caracterizando-se como [i] ou [y]. 7) O –R, em contexto inicial e intervocálico, ocorreu como fricativa glotal surda; 8) –R em meio de vocábulo, em contexto pós-vocálico, também ocorreu majoritariamente como fricativa glotal, apresentando também índices expressivos de cancelamento e da vibrante múltipla; 9) O –S em coda silábica apresenta-se, de forma majoritária, como palatalizado [...]. (JUSTINIANO, 2012.)

A segunda pesquisa, “As vogais médias pretônicas no falar de Manaus (AM)” desenvolvida por Hariele Quara, defendida em agosto de 2012, teve como objetivo verificar o comportamento fonético-fonológico das vogais médias pretônicas /e/ e /o/ na zona urbana de Manaus.

Esse trabalho seguiu os princípios da Dialectologia, com o método da Geolinguística, desenvolveu-se através de pesquisa bibliográfica e de campo, por meio da aplicação de questionário fonético-fonológico, baseado em Cruz (2004) e Silva (2009).

Como pontos de inquérito, selecionou quatro bairros de acordo com dois critérios principais: origem (maior tempo de fundação/urbanização) e contingente populacional, sendo também analisado o papel de importância para zona a qual pertence. Sendo eles: o bairro de São Raimundo (representante da zona oeste da cidade), o Centro (zona sul), o Colônia Antônio Aleixo (zona leste) e Parque 10 de Novembro (zona centro-sul)

Para alcance dos objetivos dessa pesquisa, no âmbito fonético-fonológico, julgou-se necessária a aplicação de um questionário, que contou com um total de 101 questões do tipo palavra-coisa. Tal questionário foi elaborado tomando-se por base os QFFs do ALAM (CRUZ, 2004) e de Silva (2009) aplicado a vinte e quatro informantes, falantes de língua portuguesa, moradores de quatro bairros de Manaus, sendo, em cada bairro, um homem e uma mulher entre 18 e 35 anos, 36 e 55 anos e 56 em diante, com escolaridade máxima até o 5º ano do Ensino Fundamental.

Após a realização das entrevistas, seu arquivamento em áudio mp3 e transcrição fonética dos dados com utilização do Alfabeto Fonético Internacional – IPA, com alguns ajustes, foram elaboradas as cartas linguísticas utilizando-se os programas Microsoft Office 2007. Nesse programa, elaborou-se o mapa-base, as tabelas para a inserção das transcrições fonéticas e também foi elaborado o *layout* de carta padronizado para esse trabalho. Processo que gerou uma carta-modelo, a partir da qual foram geradas todas as outras.

As cartas linguísticas geradas formam um total de 96 cartas fonéticas, 11 de caráter introdutório e 13 cartas fonético-contextuais, as quais trazem dados estatísticos por ponto de inquérito.

Como resultado de sua investigação, nos quatro pontos de inquérito investigados, observou que contextos intralinguísticos influenciam na realização das vogais médias:

A vogal anterior /e/ é predominantemente realizada como fechada [e] em vocábulos onde a vogal tônica é fechada e quando apresenta nasalidade de natureza fonológica; A média anterior alta /e/ é predominantemente realizada como [ɛ] em vocábulos com vogal tônica aberta e vogal tônica fonologicamente nasal; A média anterior /e/ é predominantemente realizada como alta [i] em vocábulos que iniciam com a sequência DES- e nos quais a vogal média inicia sílaba travada por /S/; Na realização da média anterior /e/, em vocábulos cuja vogal tônica é alta, ao invés de se constatar a predominância do alçamento, por atuação da harmonização vocálica, o que se observa é a concorrência entre a vogal aberta e a fechada; A média posterior /o/ é predominantemente realizada como fechada [o] em vocábulos cuja vogal tônica é alta e quando apresenta nasalidade de natureza fonológica; A média posterior /o/ é predominantemente realizada como aberta [ɔ] em vocábulos cuja vogal tônica é alta e quando a tônica é fonologicamente nasal (com significativa ocorrência da vogal fechada [o]). (QUARA, 2012).

Segundo a autora, não foi objetivo desse estudo explorar de modo exaustivo os aspectos e as motivações de ordem linguística envolvidos na variação das vogais médias /e/ e /o/ em contexto pretônico, mas sim disponibilizar dados em formato de cartas linguísticas que permitam a análise contextual e comparação à luz dos estudos já produzidos na região. De modo a ver se, nesses contextos, dos dados coletados em Manaus, se manteriam os mesmos resultados que os encontrados no ALAM e nos outros trabalhos já realizados.

Ressalta também que em relação à hipótese de Nascentes (1953), constata na análise contextual, a predominância das vogais médias abertas em determinados contextos intralinguísticos.

Uma terceira pesquisa, dentro dos padrões geolinguísticos, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas, defendida como dissertação de mestrado, em agosto de 2012, por Edson Galvão Maia, intitula-se: “A realização do /s/ pós-vocálico nos municípios de Boca do Acre, Lábrea e Tapauá”.

Para esse trabalho, com o fim de registrar o comportamento do /s/ em posição pós-vocálica optou-se por utilizar o método da geolinguística pluridimensional e para análise do fenômeno investigado contou-se com os preceitos teóricos da fonologia como a teoria dos traços distintivos e da sílaba.

A escolha dos pontos de inquérito para a coleta de dados deu-se segundo os critérios recomendados pela geolinguística, como: o histórico, o demográfico e o socioeconômico. Assim, dentre os cinco municípios que compõe a microrregião do Purus, área selecionada para estudo, foram eleitos os municípios de Boca do Acre, Lábrea e Tapauá.

Para informantes, foram selecionados 18 pessoas, 6 por localidade, sendo um homem e uma mulher distribuídos nas faixas etárias de 18-35, de 36-55 e de 56 em diante, enquadrados no seguinte perfil: ser natural da comunidade investigada; possuir pais e se possível cônjuge naturais da mesma localidade; não se ter afastado da região por mais de um terço de sua vida; ser analfabeto ou ter cursado até no máximo o quinto ano do ensino fundamental e apresentar boas condições de fonação.

A recolha de dados, como é natural neste tipo de pesquisa, deu-se através de questionário e conversação livre. O questionário fonético-fonológico constituiu-se de 53 questões.

Após os inquéritos e armazenagem dos dados, os arquivos de áudio foram transformados em arquivos gráficos, utilizando-se a transcrição fonética dos vocábulos para análise do fenômeno em questão. Essa transcrição foi feita com os símbolos do Alfabeto Fonético Internacional – IPA.

Os dados foram contabilizados em programa computacional Excel que gerou os percentuais e gráficos.

As 70 cartas linguísticas produzidas com apoio dos programas *Word*, *Excel* e *Paint*, subdividem-se em: 6 introdutórias; 51 cartas fonéticas, que apresentam as transcrições e os gráficos com percentuais; e 13 cartas fonético-contextuais.

Em suas considerações finais, o pesquisador afirma ter observado que a variante mais frequente entre os sujeitos da pesquisa foi a alveolar e que determinados contextos fonológicos privilegiam o uso de uma ou outra variante. Tais como:

A variante pós-alveolar é produtiva em contexto medial antes de oclusiva [t]; a variante aspirada, em contexto medial anterior a nasal, lateral e africada; o apagamento, (zero fonético), em contexto final quando o /s/ pós-vocálico é morfema de plural.

Uma possível explicação, segundo o autor, é que quanto mais soante na escala for o segmento posterior ao /s/ pós-vocálico, mais este se torna enfraquecido.

Observou que “o traço de sonoridade condiciona a variante utilizada, de modo que se o segmento posterior é sonoro, o /s/ apresenta traço [+sonoro], se é surdo apresenta um traço [-sonoro]”. Notou ainda, por meio da análise das variáveis gênero e faixa etária, que a variante alveolar se mostra como conservadora e a aspirada como inovadora. (MAIA, 2012)

A seguir apresenta-se um quadro demonstrativo e resumitivo dos estudos dialetais no Amazonas apresentados como tese de doutorado e dissertação de mestrado:

Estudos dialetais no Amazonas	Pontos de inquérito	Informantes por ponto de inquérito	Informantes (Variáveis)			Aspectos		
			idade	Escolaridade	Gênero	Lexical	Fonético-fonológico	Morfossintático
O Falar do ‘caboco’ amazonense... H. CORRÊA	2	21	Acima de 30	Analf. – escolaridade de mínima	Aleatória	X	X	
ALAM M.L.C. CRUZ	9	6	18-35/ 36-55/ 56+	Até a 4ª série	Controlada	X	X	
O acento das vogais posteriores em sílaba tônica... M.S. CAMPOS	15	6	14-20/ 21- 5455 +	Até o Ens. Fundamental	Controlada		X	
AFBAM R. BRITO	5	6	18-35/ 36-55/ 56+	Até a 4ª série	Controlada		X	
A realização das variantes palatais... F.G.L. TORRES		6	18-35/ 36-55/ 56+	Até a 4ª série	Controlada		X	
Comportamento da vogal tônica média fechada... L.H.F. SILVA	2	6	18-35/ 36-55/ 56+		Controlada		X	
ALFARIN J. Justiniano	6	2	18-35/ 36-55/ 56+	Até 8 anos de escolaridade	Controlada		X	
As vogais médias pretônicas no falar de Manaus...	6	2	18-35/ 36-55/ 56+	Até 5º ano fundamental	Controlada		X	

H.Quara								
A realização do /s/ pós-vocálico... E. G. Maia	3	6	18-35/ 36-55/ 56+	Até 5ºano fundamen Tal	Contro- lada		X	

**Tab. 2: Quadro demonstrativo dos estudos dialetais no Amazonas**

## 1.8 ESTUDOS DO LÉXICO

A língua é estudada cientificamente desde os primórdios do século XIX abrangendo diversos domínios, e o estudo lexical é um desses domínios. Segundo Biderman (1978, apud OLIVEIRA S.R., 2010),

[...] o léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é o somatório de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura [...]

O estudo de uma língua envolve consideração pelos seus contextos socioculturais. No aspecto lexical, é de extrema importância que os estudos linguísticos se deem, levando-se em consideração esse contexto, justamente porque o léxico, o conjunto vocabular de uma determinada comunidade, vai ser a somatória das experiências vividas pelos seus falantes, incluindo ainda a herança herdada de seus antepassados.

Por esse ponto de vista, podemos dizer que o léxico da língua oficial brasileira compõe-se em parte de contribuições africanas ou afrodescendentes e que o registro dos falares de comunidades afrodescendentes pode contribuir para compreensão da dimensão aproximada dessas contribuições.

Jost Trier (1931 apud Abbade, 2011) entendia que o estudo das palavras deve visar ao setor conceitual do entendimento, mostrando que elas constituem um conjunto estruturado onde uma está sob a dependência das outras.

Dessa forma, compreende-se que o significado de uma palavra depende do significado de suas vizinhas conceituais, onde cada palavra só têm sentido como parte de um todo. Para o entendimento de uma lexia, é necessário observá-la no seu conjunto de campo.

A coleta para esse registro da variedade linguística de comunidades quilombolas deu-se através de questionário organizado em campos semântico-lexicais, e as lexias registradas partem do método onomasiológico onde o estudo das designações, propõe-se a investigar os vários nomes atribuídos a um conceito.

A organização do questionário em campos semântico-lexicais facilita a compreensão das perguntas. Pode-se exemplificar isso com a questão de número 060 do questionário utilizado que se refere ao conceito: LUA.

**Durante o dia nós somos iluminados pelo sol. E à noite, o que temos?**

Essa pergunta está entre outras perguntas que se referem ao campo semântico meio físico - Fenômenos Atmosféricos (astros, climas, etc)

Caso o questionário não estivesse organizado em campos semânticos, várias outras respostas possíveis a tornariam inviável e a questão necessitaria de maior número de elementos identificadores ou caracterizadores, o que tornariam a pergunta muito maior e o trabalho mais cansativo. Um inquérito deste tipo que costuma durar uma hora e vinte minutos poderia chegar a duas ou mais horas.

O informante, morador de zona urbana poderia responder essa questão com a lexia: lâmpada elétrica, o da zona rural poderia responder lamparina, lanterna, candeeiro etc.. Sendo o questionário estruturado em conjuntos ou campos semânticos a mente do informante estará sendo “direcionada” ou encaminhada a pensar e falar sobre coisas que se relacionam.

## 2. OS NEGROS NO BRASIL

Segundo Nina Rodrigues (2010, p.20) “O grande tráfico iniciou-se pouco menos de uns 50 anos após a descoberta do Brasil com alguns navios, por particulares, enviados à África [...]”. E como foi dito em capítulo anterior, as estatísticas variam. Sabe-se apenas que com o tráfico de escravos ocorrendo durante mais de três séculos, os números podem chegar a dezenas de milhões de negros entrados no Brasil. Mas qual a procedência? E que línguas falavam eles antes e depois de sua chegada?

Apesar dos entraves e dificuldades de acesso às respostas a essas indagações, há dados que lançam luz sobre a questão.

Segundo Artur Ramos (1979), ao tempo em que esses fatos (introdução dos africanos) aconteceram, não havia o interesse de identificar a origem exata desses povos. Informa que depois do período da escravidão, estudiosos buscaram esses dados, porém esbarraram em todo tipo de dificuldades. Já haviam sido “queimados os ‘assentos’ de senhores, e destruídos os arquivos alfandegários” na tentativa de apagar-se essa ‘mancha negra’ da história do Brasil.

Alguns pesquisadores procuraram reconstituir essa história através de depoimento dos próprios negros, mas os desterrados pouco sabiam de suas terras de origem, apenas diziam os nomes das localidades. Daí a confusão na discriminação dos negros importados.

Na tentativa de corrigir as deficiências históricas, Nina Rodrigues iniciou seus estudos sobre os negros da Bahia a partir das suas manifestações culturais. E por suas investigações acentuou predominância da cultura sudanesa, no que foi criticado por outros autores. (Op. cit., p.184).

Artur Ramos (Op. cit., p.186) seguindo o exemplo de Nina Rodrigues também afirmou abandonar qualquer ponto de partida com relação a dados históricos. Para tentar reconstituir as culturas negro-africanas, guiou-se a partir do método preconizado por esse professor, pelas pesquisas realizadas por Nina Rodrigues na Bahia, pelas continuações dessas atividades através de outros investigadores e pelos resultados de suas próprias observações e pesquisas.

A partir desses estudos, Ramos apresentou três principais grupos de cultura negra: A) Culturas sudanesas, B) Culturas guineano-sudanesas islamizadas, C) Culturas Bantu.

Sobre o termo bantu, Castro (2005) informa,

[...] (< “bantu”, os homens, plural de “muntu”) foi proposto por W. Bleek, em 1862, na primeira gramática comparativa do banto, para nomear a família linguística que descobrira, composta de várias línguas oriundas de um grupo comum, o protobanto falado há três ou quatro milênios atrás. (Pessoa de Castro, 2005)

De acordo com Fernandes de Oliveira (apud Lopes 2006 p. 15), foi grafado pela primeira vez por estudiosos europeus. Os ingleses registraram conforme ouviram sua pronúncia pelos africanos, isto é, ‘bântu’[bãtu]. Os gauleses ao ouvirem o termo afrancesaram-no e em seguida flexionaram-no conforme os recursos de sua língua em *bantou, bantoue, bantous, bantoues*. Os portugueses, seguindo-lhes o exemplo, adaptaram a grafia aos recursos linguísticos do português *banto, banta, bantos, bantas*.

Pessoa de Castro (2005 p. 19) leva em consideração a recomendação do acordo ortográfico vigente para grafia das palavras em língua portuguesa de palavras de origem estrangeira para que sejam tanto quanto possível aportuguesadas as formas correntes no vernáculo.

No entanto, a forma utilizada neste trabalho será a forma *bantu* em respeito à orientação científica do Centre International des civilisations Bantu, CICIBA (LOPES, 2006).

Castro (2005) em “Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro” apresenta resultados de interessantes estudos relacionados às línguas bantu em seu contato com a língua portuguesa no Brasil.

A metodologia de seu trabalho passa pela investigação, primeiramente, das manifestações folclóricas e falares africanos “correntes nas comunidades de religião afro-brasileira e daquelas geograficamente mais localizadas em antigos núcleos de quilombos e senzalas”, para em seguida, através dos diferentes níveis socioculturais de linguagem dos falares regionais, chegar até o “português de uso corrente no Brasil”. Depois de uma imersão à bibliografia disponível, completa sua pesquisa de campo na própria África.

O corpus foi obtido através de questionário, segundo a autora, dividido em duas partes. Na primeira: 34 questões sobre história de vida do informante e do terreiro. Na segunda: 1735 questões distribuídas em diferentes áreas como crenças e costumes tradicionais, casa e família, funções sexuais, partes do corpo humano, alimentação e vestuário, flora e fauna, além de contos e cânticos.

Os dados recolhidos foram objeto de verificação de campo na África através do mesmo questionário “organizado a partir dos termos ‘africanos’ recolhidos na Bahia”.

Isso ocorreu, inicialmente entre os anos de 1972 e 1974, no golfo do Benim, enquanto ocupava o cargo de Professor-visitante na Universidade de Ifé, atual Obafemi Awolowo, na Nigéria, e, mais tarde, na região bantu, enquanto preparava sua tese de doutorado na Universidade Nacional do Zaire, campus Lubumbashi, atual Universidade de Lubumbashi.

Em sua conclusão, a partir da análise dos dados obtidos, Castro revela,

[...] historicamente, por parte das línguas africanas, as do grupo banto foram as mais importantes no processo de configuração do perfil do português brasileiro, devido à antiguidade e superioridade numérica de seus falantes e a grandeza da dimensão alcançada pela sua distribuição humana no Brasil colonial [...] constatamos que os aportes bantos estão associados ao regime da escravidão, aqueles chamados “empréstimos arcaicos” por Jacques Raimundo (1933:77), alguns já obsoletos (Cf. *mucama*), enquanto a maioria deles está completamente integrada ao sistema linguístico do português, formando derivados portugueses a partir de uma mesma raiz banto (Cf. *molambo*, *esmolambar*, *esmolambento*, etc.). Em alguns casos, a palavra banto chega a substituir completamente o seu equivalente em português, sem que o locutor brasileiro, em geral, seja capaz de discernir se aquela palavra é africana, ameríndia ou portuguesa[...].(Op. cit. p.74)

A autora apresenta ainda um rico vocabulário com itens lexicais advindos das línguas africanas onde também inclui “certas palavras e expressões que embora não tenham origem africana, mas que fazem parte do cotidiano do povo-de-santo e de suas práticas litúrgicas” ou do falar baiano em geral.

Também de acordo com Mussa (1991, p. 146 apud MATOS e SILVA),

[...] o percentual de falante bantu foi sempre superior; e quase sempre maciçamente, em todo o período de tráfico. Isso nos possibilita entender de forma bastante clara porque são precisamente os itens lexicais os itens de origem bantu os que se registram com mais anterioridade, com maior grau de integração morfológica e em maior número de campos semânticos no português do Brasil [...].

Nelson de Sena (apud LOPES, 2006) chama atenção para a insuficiência dos dicionários então existentes em relação à riqueza vocabular do português falado em nossa terra e atribuía essa carência a ignorância que “até muita gente culta, lá na Europa e cá na América” demonstrava em relação à vultosa contribuição emprestada por índios e africanos ao idioma de camões.

Lopes em seu Novo Dicionário Banto do Brasil (2006) interpreta essa ignorância observada por Sena como “fruto de uma óptica eurocêntrica que durante muito tempo norteou os estudos acadêmicos em nosso país”.

Visão que tem levado não apenas a ignorância das contribuições negras e indígenas, mas também ao seu apagamento.

No campo do léxico, um grande número de itens é veiculado tanto na literatura quanto na oralidade como sendo de origem portuguesa ou como denominam alguns, “brasileirismos”. Na escola, fazem parte das propostas curriculares os famosos radicais e prefixos gregos e latinos por suas contribuições com a língua portuguesa na sua fase proto-histórica e mais tarde, século XVI, por ocasião das ideias renascentistas que ocasionaram uma relatinização na língua. No entanto, pouco se propaga das contribuições que ajudaram a formar a língua portuguesa do Brasil.

Lopes (Op. cit.) apresenta mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo Dicionário Houaiss. Embora haja restrições a algumas dessas propostas, Evanildo Bechara, ao prefaciar a obra de Lopes (2006) afirma,

Apesar dessas incertezas, este dicionário Banto do Brasil, de Nei Lopes representa um notável acervo de propostas etimológicas que estimulam a que outros estudiosos se debruçam sobre a questão e que se difunda entre os jovens universitários brasileiros a necessidade da investigação dessa importante seção do léxico da língua portuguesa.

A política utilizada pelos portugueses quanto à distribuição dos africanos no Brasil, de acordo com a literatura sobre o assunto, envolvia uma seleção de modo a evitar formação de grupos originários de uma mesma etnia. Tal prática visava impedir que os africanos solidários de uma mesma cultura e falando a mesma língua tivessem facilidade para formação de motins nas viagens e organização de revoltas e fugas das fazendas. Embora, essa política nem sempre fosse seguida à risca, pois dependiam das relações comerciais na África, os traficantes tendiam a transportar escravos, em sua maioria, de uma mesma região.

Assim, as línguas africanas não chegaram ao Brasil com o mesmo estatuto linguístico de que dispunham no seu continente de origem. O tráfico propiciou aos africanos introduzidos no país, participação em uma situação linguística nova, transitória, “mas que pela sua duração e renovação regular, pôde influenciar a situação linguística no Brasil” (PETTER, 2006)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> 2006 apud BONVINI, E. & PETTER, M. M. T. (1998) Portugais du Brésil et Langues Africaines. Langages, 130, Paris: Larousse.

## 2.1 PRESENÇA NEGRA NO AMAZONAS

A escravidão negra na Amazônia foi menos expressiva em termos quantitativos quando comparada a outras regiões do país. Contudo, essa presença no Estado do Amazonas não é tão irrelevante como se costuma crer. Isso pode ser atestado na cor da pele, formas de boca, tipo de cabelo, conformações nasais em grande parte dos habitantes do Estado. Na verdade, cada antiga família, no Brasil, retrata em seus membros um conjunto de características de ancestrais mais próximos ou mais remotos dos três grandes troncos formadores da nação brasileira.

Além dos componentes biológicos presentes e visíveis na população amazonense, os dados do censo 2010 comprovam essa presença. De acordo com o site do IBGE<sup>4</sup>, a população total de residentes no Amazonas é de 3.483.985, assim composta,

População residente - cor ou raça	Pessoas
Amarela	31.773
Branca	740.065
Indígena	168.680
Parda	2.399.713
Preta	143.748
Sem declaração	6
Total	3.483.985

**Tab. 3 – Composição da população residente no Estado do Amazonas, censo 2010.**

Pode-se observar que aqueles que se autoidentificam como pretos não são exatamente a minoria. Além disso, o número daqueles que se declaram pardos, na realidade, está recheado de descendentes de povos nativos e africanos que não se declaram como tais. Não apenas pela miscigenação racial, mas também pela longa história de humilhação e perseguição sofridas por esses povos.

Historicamente, a população indígena foi maior na região que mais tarde seria denominada, Estado do Amazonas. Os colonos portugueses apenas se fizeram mais frequentes na região a partir do século XVII.

---

<sup>4</sup> <http://www.ibge.gov.br/>

A princípio, de forma esporádica, pois até ao final do século XVI e início do XVII a Amazônia era uma terra de conflitos. Segundo Salati et al. (1983 p. 166), era “disputada aos espanhóis e portugueses por empresários mercantilistas da Inglaterra, Irlanda, Holanda e França”.

Segundo Oliveira (2001), por esse tempo, colonos do Grão-Pará através das chamadas “tropas de resgate” enfrentaram a crise no abastecimento de escravos índios originários do litoral e baixo Amazonas ocorrida em razão de epidemias e guerras ou migração, recorrendo ao sertão do Amazonas.

Em fins da década de 1640,

[...] colonos do Grão-Pará compelidos a procurar um substituto adequado para os cativos de língua geral que alimentavam até então a produção regional. [...], apesar da distância envolvida, algumas expedições partiram a longínquos sertões e em diversas direções rio acima, para a região do alto Amazonas, conhecido como o sertão do Rio Negro.

Por muito tempo, a região hoje compreendida como Estado do Amazonas foi habitada apenas pelos nativos e visitada pelos apanhadores de escravos índios. Foi assim até que em 1755 nasceu a capitania de São José do Javari, mais tarde Capitania de São José do Rio Negro criada para que os portugueses pudessem manter o controle sobre a região (PONTES FILHO, 2000, p. 89).

Em volta dessa capitania, com auxílio dos religiosos carmelitas, grande arraial foi pouco a pouco se formando. Como se pode imaginar, não havia europeus em grande quantidade que quisessem vir morar em um lugar desconhecido e inóspito, portanto a maioria era formada por nativos da região trazidos de suas aldeias pelos missionários católicos.

Assim iniciou-se a considerada população amazonense que permaneceu subordinada ao Grão-Pará até o ano de 1850.

A presença do terceiro elemento racial formador da população amazonense se deu, de acordo com Salati et. al. (1983 p. 166 e 167), desde as incursões dos empresários aventureiros ingleses e provavelmente irlandeses que se nuclearam entre o Oiapoque e as proximidades do Tapajós, ao longo do Rio Amazonas e seus tributários de onde coletavam urucu, sementes oleaginosas, exploravam madeira, praticavam a pesca, exportavam peixe-salgado, plantavam tabaco, cana-de açúcar e comerciaram com aruans e tupinambás. Todas essas atividades eram realizadas através de “escravos negros das guinés, os trabalhadores das lavouras e dos empreendimentos comerciais”.

No entanto, de forma mais densa e sistemática essa presença só veio acontecer quando,

[...] Leis régias elaboradas pelo Marquês de Pombal e assinadas pelo rei d. José entre 6 e 7 de junho de 1755 proibiram em definitivo o cativo indígena e criaram a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que além de deter o monopólio das exportações ficou encarregada de prover o fornecimento regular de africanos à região. A introdução de escravos tornou-se prioridade para substituir a mão-de-obra indígena e levar adiante os planos metropolitanos. (SILVA M. C., 2010).

### **2.1.1 companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão e a introdução dos cativos africanos na região do Amazonas**

Como referido, a introdução sistemática dos africanos na região se deu a partir da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

O antigo Estado do Maranhão foi criado em 1621, pela coroa portuguesa, independente do Estado do Brasil, que devido a fatores geográficos, era ligado diretamente a Portugal. Abrangia as atuais regiões do Maranhão, Pará, Amazonas, Piauí, parte do Ceará, o Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins e tinha como sede dos governadores e capitães-gerais a cidade de São Luís. Em 1654, passa a designar-se Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Com a nomeação do Marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I, ao cargo de secretário de Estado do Reino, espécie de Primeiro-Ministro português, o estado maranhense foi subdividido em quatro capitanias: Maranhão, Piauí, São José do Rio Negro e Grão-Pará.

Em 1751, o governo da capitania maranhense ficou subordinado ao governador-geral do Grão-Pará ao qual cabiam, praticamente, atribuições de vice-rei e o Estado passou a ser denominado Estado do Grão-Pará e Maranhão onde cada capitania mantinha certa autonomia administrativa.

Segundo Azevedo e Silva [s.d.], na década de setenta, essas quatro capitanias passam a constituir dois estados autônomos sob a alçada de Lisboa: Estado do Maranhão e Piauí e Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Em 1775, estabeleceu-se o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, ainda com sede em Belém e com a jurisdição sobre a Capitania de S. José do Javari do Rio Negro.

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM) foi criada por Pombal na tentativa de resolver os problemas de atraso e dificuldades econômicas pelas quais passava a colônia, a qual foi concedida o monopólio (de 1755-1778) da navegação

das rotas comerciais negreiras entre São Luís, Belém, Bissau, Cacheu e Ilhas de Cabo Verde, ou seja, o tráfico de africanos, a venda de mercadorias e a compra de gêneros coloniais algodão, arroz, drogas do sertão etc.

A escolha dessa região pode ter se dado por diversos motivos:

Para Nunes Dias, (apud SILVA M. C., 2010. p. 39), ao interligar as possessões portuguesas da África com as do norte da América, Sebastião José de Carvalho aproveitou “para reivindicar exclusivamente para os portugueses o comércio da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde” evitando que outras nações (francesa, inglesa, holandesa) se apoderassem dessas regiões.

António Carreira (apud SILVA M.C., 2010, p. 39)

[...] argumenta que ao escolher a sua região de atuação na costa da África – Ilhas de Cabo Verde e suas anexas; costa da Guiné desde o Cabo Branco até o Cabo das Palmas – a companhia levou em conta a proximidade de Lisboa, a vantagem de movimentar grande variedade de produtos africanos e também a possibilidade de colocação de mercadorias euroasiáticas nessa região.

Também não se pode deixar de levar em consideração que outro motivo pode ter sido a travessia entre a área de atuação da Companhia na África (Alta Guiné) e o Estado do Maranhão, visto ser a menor de todas. E nesse caso, menor tempo de viagem poderia indicar menor mortandade de escravos e, portanto, menor prejuízo.

Corroborando os dados apresentados relativos à CGGPM quanto à origem dos cativos, os mapas de escravatura do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)<sup>5</sup> informam que de 1775 a 1799 foram inseridos um total de 32.343 escravos no Maranhão. Desses, 73% provinham de portos africanos e 27% eram provenientes de portos brasileiros. Dentre os portos utilizados, nesse período, para embarque dos cativos africanos com destino ao Grão-Pará e Maranhão:

Cabo Verde (19); Costa da Malagueta (40); Costa da Mina (184); Moçambique (371); Benguela (425); Guiné (1.972); Angola (3.237); Cacheu (6.099); e Bissau (8.821).

.....  
Os portos africanos que sobressaíram no envio de cativos à capitania maranhense foram: Angola com 3.237 (15%); Bissau com 8.821 (42%); e Cacheu com 6.099 (29%). Os demais – Benguela, Cabo Verde, Costa da Mina, Costa da Malagueta<sup>3</sup> e Moçambique – foram pouco relevantes, pois para a maioria consta apenas uma viagem com destino ao Maranhão (SILVA M. C., 2010. p. 45).

---

<sup>5</sup> Os mapas de escravatura são documentos que contêm os seguintes dados: os anos em que entraram embarcações com escravos em São Luís; o nome destas embarcações e de seus capitães; os portos dos quais provinham tais navios; a quantidade de cativos que foram embarcados e que chegaram vivos; a quem o carregamento de escravos estava consignado; o valor de venda de cada escravo e o preço total conseguido pela carga, etc. (Gomes, 2010)

Além desses, há ainda dados apresentados por Daniel Domingues da Silva (apud op. cit. p.11) que baseado no banco de dados de “The Transatlantic Slave Trade” estimou em 100.525 os desembarcados na capitania/província maranhense entre 1680 e 1846.

Desses desembarcados, de acordo com a política relatada no Livro Grosso do Maranhão<sup>6</sup>, cerca de metade era encaminhada à capitania paraense que também envolvia nessa época o atual Estado do Amazonas.

Outras pesquisas como as referidas pelo site da Comissão Pró-Índio (1995-2008) apontam que a

[...] compra de escravos negros subsidiada pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em troca do monopólio do comércio na região amazônica, No período que vigorou de 1755 a 1778, trouxe à região mais de 25 mil escravos. Desse total, aproximadamente 15 mil se estabeleceram onde hoje é o Estado do Pará.

Todos esses dados dão uma vaga ideia do número e origem de africanos que o território amazonense, nesse período, pode ter recebido. Visto que em 03 de março de 1755, a primitiva aldeia formada nos arredores da Fortaleza de São José do Rio Negro passa ao status de capitania de São José do Rio Negro, mesmo ano da criação da Companhia Geral do Comércio Estado do Grão-Pará e Maranhão e, por conseguinte, deve ter desfrutado da política de desenvolvimento da época que incluía a ocupação colonizadora e mão-de-obra escrava africana.

Mesmo a extinção da CGGPM, em 1778, não ocasionou o encerramento do tráfico de africanos para a Amazônia brasileira. Sampaio (2011 p. 20-28) cita o surgimento de outras medidas políticas e situações com objetivo de aumentar a produtividade da economia na região como:

O Indulto de Perdão dos Direitos concedidos por Sua Majestade aos que levassem a escravatura direto de Angola ao Grão-Pará, em vigor, em 1794. As isenções de impostos se estenderam além de Angola também aos portos de Cabinda e Mulembo.

Em 1797, as isenções alcançaram os navios saídos dos portos de Cacheu, Bissau e Moçambique rumo ao Grão-Pará.

---

<sup>6</sup> Livro Grosso do Maranhão. In: Anais da Biblioteca Nacional. v. 66. Rio de Janeiro, 1948. p. 78-79. Disponível em: <>. Acesso em 04 set. 2012.

Em 1798, um aviso é enviado ao conde de Resende, vice-rei do Brasil, que liberava dos direitos de entrada, os navios nos portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco que se dirigissem para o Pará com carregamento de escravos.

Após a independência, a entrada de escravos africanos no Pará foi facilitada com a isenção de impostos o que fez com que pequenos grupos desses indivíduos chegassem do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão.

A autora sugere os resultados dessas políticas de isenção fiscal a partir dos dados de Manuel Barata que apresentam uma média anual de 545 escravos introduzidos na província enquanto que durante o período de atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão a média anual era de 629.

Além desses meios de introdução de escravos Salles (1971), aponta cinco modalidades de tráfico:

A primeira seria o *assento*, carregamento de escravos sob a responsabilidade da fazenda real a partir do estabelecimento de contrato com particulares realizados entre o século XVII e XVIII;

A segunda seria o *estaque ou estanco*, o monopólio atribuído as companhia de comércio;

A terceira modalidade seria a da iniciativa particular realizada por particulares após o fracasso da Companhia de Comércio do Maranhão;

A quarta seria o contrabando, comércio ilegal, alternativa utilizada como resposta ao monopólio que prejudicava a livre concorrência.

A quinta modalidade viria a ser o comércio interno caracterizado pela negociação entre diferentes praças da colônia realizada pelos comboieiros através dos sertões.

### **2.1.2 Procedência dos africanos no Grão-Pará**

Sobre a origem desses desterrados do continente africano, Meireles (2009 p. 132) afirma:

[...] na minha pesquisa de mestrado, fiz um levantamento da entrada de cativos africanos na região por meio de ‘registros de viagens’ e das ‘visitas da saúde’ às embarcações negreiras, entre os anos de 1779 a 1799.3 Foi possível compilar 203 viagens negreiras para o Maranhão, sendo que 131 desses registros são de tumbeiros vindos da África [...]

As viagens negreiras para o Maranhão apontam a saída de mancípios de sete localidades africanas. De Bissau partiu a maior quantidade de embarcações para cá, perfazendo um total de 61 viagens [...].

O embarcadouro de Cachéu figurava também como importante ponto de ligação do comércio de escravos na parte ocidental do continente

africano. No tráfico de escravos para o Maranhão, Cachéu aparece como o segundo porto mais importante, presente em 39 viagens compiladas.

O quadro maranhense no comércio negreiro tem ainda a representatividade de Angola com 9 viagens. Essa região dispunha de três importantes portos que faziam a conexão da África Central no tráfico de escravos: Luanda, Benguela e Cabinda [...].

Por esses dados entende-se que dentre os portos africanos de onde teriam partido navios com carregamento de escravos estão em primeiro lugar, portos Bissau; em segundo, o embarcadouro de Cacheu, localidades da África Ocidental e em terceiro lugar, portos de Angola, na África Central.

Corroborando com esses dados estão os apresentados a seguir:

[...] entre os portos mais representativos, estavam os de Bissau – de onde partiram cento e uma viagens com o total de 25.147 cativos – e Cacheu com cinquenta e cinco partidas, totalizando 14.104 escravos. A segunda área a se destacar no envio de cativos foi a África Centro-Ocidental, dela partiram vinte e quatro viagens, sendo a maioria (vinte e uma) oriunda do porto de Luanda. Só deste porto desembarcaram 9.545 cativos na capitania maranhense entre os anos de 1785 e 1806. (SILVA M. C., p. 67, 2010)

Sampaio (2011, p. 30) considera que,

As informações dos inventários permitem o esboço (impreciso é certo) do perfil dos plantéis africanos do Grão-Pará nas primeiras décadas do XIX. A incontestável predominância das populações deslocadas da África Central Atlântica, nesse período, vincula o Grão-Pará ao mesmo fluxo que alimentava os portos no tráfico do Rio de Janeiro.

Baseada em dados de Antônio Carreira, a autora apresenta os números (59,3%) vindo da África Ocidental e o restante (40,7%) vindo da África Central no período pombalino. E para períodos posteriores diz que Anaíza Vergolino e Napoleão Figueiredo confirmam a reorientação das rotas em direção à África Central e em menor escala, os portos da África Oriental.

Também Castro (2005 p. 47) em seu “Esboço de mapa etnológico” aponta a presença de povos bantu e mina jejë no Pará, e, no Amazonas, indica a presença de povos bantu.

## 2.2 O CONCEITO DE QUILOMBO

O termo quilombo originou-se em línguas do grupo bantu. Segundo Lopes, (2006 p.28), em quimbundo significa acampamento, arraial, povoação, povoado; capital; união, exército.

No Brasil, o conceito é amplo e talvez indefinido. O mais antigo é do Conselho Ultramarino de 1740 que definia como quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. (Op. cit. p.27).

Para Schmitt, Turatti, Carvalho (2002), essa caracterização descritiva que se perpetuou como definição clássica de quilombo e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70, não abarca, a diversidade das relações entre escravos e sociedade escravocrata e nem as diferentes formas pelas quais os grupos negros apropriaram-se da terra.

Em desacordo com o conceito clássico, Almeida (1999:14-15 apud, SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002) propõe,

[...] a situação de quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser estrategicamente mantida numa reapropriação do mito do “bom senhor”.

É possível concordar com a proposição de Almeida e com Schmitt, Turatti, Carvalho (2002), confrontando situações históricas de comunidades negras espalhadas pelo Brasil com os elementos constituintes do conceito ultramarino, a saber: 1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza selvagem” que da chamada civilização;

O conceito ultramarino não recobre, por exemplo, casos que não incluíram fugas, mas que a situação de quilombo esteve na própria senzala, representado por formas de produção autônoma dos escravos que poderiam ocorrer – e de fato ocorriam – sobretudo em épocas de decadência de ciclos econômicos.

Também a questão do isolamento pode ser contestada. Trabalhos a respeito de comunidades negras com origem mais diretamente relacionada à escravidão têm demonstrado que a economia interna desses grupos está longe de representar um aspecto isolado em relação às economias regionais da Colônia, do Império e da República. Moura (1981 p.31-33) afirma:

O quilombo [...] nada tinha de semelhante a um quisto ou grupo fechado, mas pelo contrário, constituía-se em polo de resistência que fazia convergir para o seu centro os diversos níveis de descontentamento e opressão de uma sociedade que tinha como forma de trabalho fundamental a escravidão.

.....

Um exemplo disto é o comportamento que os quilombolas amazonenses mantinham com os grupos pioneiros de pequenos comerciantes na área do Amazonas [...]

Segundo o autor, durante muitos anos, os regatões da região amazonense estabeleceram relações comerciais com os quilombolas locais, apesar de medidas repressivas do governo. Atesta o fato transcrevendo as palavras de José Alípio Goulart “como tal comércio existisse, na realidade e às escâncaras, o governo decidiu tomar drásticas providências no sentido de interceptá-lo”. Providências que segundo o pesquisador não impediram que o comércio continuasse, especialmente através de trocas de produtos agrícolas por mercadorias que não eram produzidas no interior do quilombo. Havia grande interesse por parte dos comerciantes em manter tal prática pelos lucros que lhes proporcionava.

Pesquisas atestam que as comunidades quilombolas surgiram não apenas pela ocupação de terras livres e isoladas, mas também, há os casos de heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Outro ponto em que também se pode discordar no conceito do Conselho Ultramarino é de que quilombo seria apenas “habitação de negros”.

Historiadores revelam que os quilombos eram formados predominantemente por africanos ou afrodescendentes, mas não unicamente por eles, e sim também por índios e até mesmo brancos excluídos do sistema, como se pode ler a seguir:

Os Quilombos eram espaços de liberdade onde NEGROS, ÍNDIOS E BRANCOS POBRES, juntos, gestavam o AMANHÃ DO BRASIL. Todos os que abraçavam aquele projeto multiétnico habilitavam-se a ser construtores da nova sociedade. Era uma maneira concreta e direta de protestar contra a sociedade colonial vigente de ÚNICA ETNIA, em que índios e negros só tinham espaço na condição humilhante de escravos (SANTOS, 2007).

Essa situação multiétnica se perpetuou nas chamadas “comunidades negras rurais”.

Aqui estão algumas ocorrências que demonstram o quanto o referido conceito não retrata exatamente a realidade.

O comodismo com o antigo conceito contribuiu para a perpetuação de uma visão reduzida desses povos. Segundo Gusmão (1996 apud Schmitt, Turatti, Carvalho,

2002), isso “reflete na verdade, a ‘invisibilidade’ produzida pela história oficial, cuja ideologia, propositadamente, ignora os efeitos da escravidão na sociedade brasileira”.

Essa invisibilidade, inicialmente, servia ao poder público e classe dominante como forma de ignorar a dívida com esses povos. Situação que ainda persiste e contribui para que direitos conquistados continuem a ser desrespeitados e algumas conquistas e lutas ganhas sejam ainda empanadas pelo véu da ignorância, preconceito e conformismo, como é o caso da política de cotas, o direito a terras ditas “tradicionalmente ocupadas” etc.

Assim, moradores de comunidades negras rurais cujas histórias envolveram bravas lutas por liberdade e tentativa de garantir um lugar para viver e trabalhar pelo próprio sustento ainda se veem na necessidade de lutar pelo direito de sobreviver, de viver com dignidade, de produzir, de participar efetivamente da sociedade ou coletividade em que estão inseridas segundo sua cultura e costumes. Isto é, o tempo passou, mas as situações que levaram grupos de pessoas a lutar pelo direito de exercer sua autonomia ainda permanecem.

Estudos e debates empreendidos nessa área deverão contribuir para que mudanças sejam efetuadas na história oficial da nação brasileira que ainda continua reproduzindo o mesmo conceito. Dicionários como o *Magno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (19-- , p.745) “esconderijo de negros fugitivos no mato e, também, o local onde eram açoitados; mocambo”. O *Miniaurélio Século XXI Escolar* (2001 p. 575) conceitua o termo como “refúgio de escravos fugidos”.

Lopes, Siqueira e Nascimento (1987, p. 28) afirmam que no Brasil, o quilombo foi sempre concebido como rebelião e insurreição o que para José Honório Rodrigues é preconceituoso e que apenas, “o historiador que reconhecer o direito da vida que o senhor tinha sobre o escravo pode utilizar sem ética alguma, os significados de rebelião ou insurreição”.

O conceito de quilombo adotado neste trabalho relaciona-se com o conceito de Almeida (1999:14-15 apud, SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002) que propõe [...] a situação de quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma [...]. Pode-se acrescentar ainda que a situação de quilombo existe onde o espaço geográfico e histórico-social habitado predominantemente por afrodescendentes tem se tornado espaço de luta pela sobrevivência e onde o sentimento de penitência e a busca pela liberdade hajam contribuído para que o grupo permanecesse unido.

Após 1988 com a abolição formal da escravidão, apesar de debate<sup>7</sup> sobre a necessidade de conferir direitos específicos ao povo negro liberto, não foi garantido a esses injustiçados nenhum direito.

E assim, da mesma forma que ainda existe a luta pela sobrevivência e liberdade, o quilombo como espaço em que negros e negras buscavam por uma vida livre a partir de sua própria cultura, crença e visão de mundo ainda continuam existindo.

Não existe da mesma forma de um, dois ou três séculos atrás. A vida é dinâmica, por isso não se pode pensar em um quilombo vivendo sempre no mesmo lugar e segundo os mesmos hábitos e costumes que viveram seus antepassados.

### 2.3 OS REMANESCENTES DE QUILOMBO

O conceito de quilombo, como quase tudo o que se refere à história do negro e também dos povos nativos, permaneceu como coisa de pouco valor, ou mesmo de valor negativo. Segundo Lopes, Siqueira, Nascimento (1987, p.27), “No nordeste, [quilombo significa] uma grande confusão, ou uma festa de rua. No Sul, confunde-se com lugar público onde se instala uma casa de prostitutas.”.

Esses exemplos demonstram que os povos relacionados a essas situações, além de descaso e injustiça sofreram e sofrem discriminação e preconceito. Razões pelas quais, com o passar do tempo, alguns terminaram por abandonar o território que ocupavam para juntarem-se a população de cidades e povoados vizinhos.

Outros, no entanto, continuaram. Atualmente, “um levantamento da Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>8</sup> mapeou 3.524 comunidades quilombolas no Brasil. Há outras fontes, no entanto, que estimam cerca de cinco mil comunidades” espalhadas em pelo menos 24 estados do país.

Essas comunidades rurais formadas predominantemente por afrodescendentes, a partir da Constituição de 1988 passaram a ser definidas comocomunidades remanescentes de quilombos, como se lê no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”(www.dji.com.br).

---

<sup>7</sup>Página 08 de Território quilombola, uma conquista cidadã. Material de apoio para oficina de formação com jovens lideranças quilombolas. 2012. Disponível em <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Cartilha-forma%C3%A7%C3%A3o-com-jovens-quilombola.pdf>.

<sup>8</sup> <http://www.mds.gov.br>

Posto que haja tal dispositivo representado vitórias e avanços na luta por melhorias e justiça para os descendentes negros, para Almeida (2008), o termo aí utilizado aponta para uma volta ao passado e mantém vínculo com a definição de quilombo do período colonial.

Sales (2007) afirma que inicialmente, no momento da aplicabilidade do Artigo 68, os legisladores acreditavam que os territórios configuravam-se como sítios arqueológicos cuja condição de quilombo estaria autoevidente.

Neste trabalho, entende-se que comunidades como as que constituem o corpus desta pesquisa são situações sociais que,

[...] não se referem mais ao resto ou resíduo do que foi o quilombo no passado. Não se trata de buscar um passado 'arqueológico', 'frigorificado'. [...] Não podemos imaginar tais situações como residual como fizeram os legisladores da constituição de 1988, (FARIAS JUNIOR, 2008).

A vida humana é dinâmica e transitória. Essas características se estendem às práticas, concepções e *modus vivendi* do ser humano. Práticas produtivas, historicamente desenvolvidas em qualquer grupo humano têm sido substituídas pelo advento de técnicas mais modernas e, juntamente com elas, o modo de ver e entender a vida. O homem negro ou indígena embora não desfrute de todos os avanços tecnológicos dos últimos anos, certamente não vive imune a essas mudanças.

Isso, no entanto, não tira dessas comunidades formadas a partir da luta pela sobrevivência e autonomia, a história de luta, injustiça e opressão de que têm sido vítimas.

A opressão, discriminação e preconceito têm se materializado através de escravidão, desterramento, injustiças, assassinatos e ações políticas como a Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras que favoreceu os grandes pecuaristas e,

[...] criou obstáculos de todas as ordens para que não tivessem acesso legal às terras os povos indígenas, os escravos alforriados e os trabalhadores imigrantes que começavam a ser recrutados. Coibindo a posse e instituindo a aquisição como forma de acesso à terra, tal legislação instituiu a alienação de terras devolutas por meio de venda, vedando, entretanto, a venda em hasta pública, e favoreceu a fixação de preços suficientemente elevados das terras[...] (ALMEIDA, 2008, p. 39).

Essa medida praticamente impossibilitou o acesso de negros e indígenas e de seus descendentes à terra na transição da escravidão para o regime do trabalho assalariado.

Outra política brasileira através da qual se pode ver preconceito e discriminação materializados foi a instaurada através do decreto número 528 de 1890 que vigorou até 1907.

Uma política de imigração que visava não somente ocupar terras não ocupadas ou conseguir mão-de-obra, mas, principalmente, "civilizar" e "embranquecer" o país com imigrantes europeus. Apesar da necessidade que o país tinha de muita de mão-de-obra pouco qualificada em vários momentos históricos, depois do fim do tráfico de escravos, não se pensou em trazer imigrantes livres da África para o Brasil. Ao contrário, o tal decreto, assinado pelo presidente Deodoro da Fonseca e pelo ministro da Agricultura Francisco Glicério, determinava que a entrada de imigrantes da África e da Ásia seria permitida apenas com autorização do Congresso Nacional. “Ao mesmo tempo, consolidavam-se no Brasil teorias, consideradas científicas, que defendiam a inferioridade de negros e negras” (<http://www.incra.gov.br>).

O trabalho de negros e indígenas era bem vindo, enquanto era trabalho escravo. Quando pela abolição, encontraram-se os empregadores dessa mão-de-obra na obrigação de pagar trabalhadores foram buscá-los entre os europeus, pois estes, além do trabalho, iriam também ajudar a embranquecer o povo brasileiro.

Dessa forma, os africanos e seus descendentes trazidos para uma terra estranha tiveram que nela permanecer sem direitos, sem emprego e marginalizados do sistema de produção e de seus benefícios.

Porém, todo o racismo manifestado e a marginalização sofrida contribuíram para que esses povos se mantivessem unidos e lutando pela constituição de territorialidades próprias, seja pela ocupação de terras isoladas e devolutas, através da compra de pequenas parcelas de terras ou ainda pelo recebimento de doações de antigos senhores.

#### 2.4 OS REMANESCENTES E A TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Na atualidade,

[...] o foco da luta quilombola está direcionado para a questão do reconhecimento e titulação [grifo nosso] dessas terras, pois ao longo do período pós-abolição até os dias de hoje uma quantidade não mensurável de comunidades negras rurais vem perdendo suas terras ancestrais, vítimas de violentos e criminosos processos de expropriação. (OLIVEIRA V. P., 2007).

Após cem anos da abolição da escravatura e forte pressão do movimento negro aliado a outros movimentos sociais o Estado através da Constituição de 1988 reconheceu formalmente o direito ao território das comunidades quilombolas.

Como resultado de sua luta, hoje existem 121 títulos emitidos em benefício de 190 comunidades e 11.946 famílias distribuídas em 15 estados e o INCRA possui 1.167 processos abertos (<http://www.incra.gov.br>). Os resultados, porém, embora animadores, ainda são tímidos em relação ao que ainda precisa ser alcançado.

A constituição de 1988 mesmo mantendo definições atreladas ao passado representa para tais comunidades a possibilidade de reconhecimento de direitos e o resgate de uma dívida histórica do Brasil com a população negra.

Consoante a esse reconhecimento, Almeida (2008 p. 33), diz que o ato das disposições constitucionais transitórias, artigo 68, institui, inclusive, “nova modalidade de apropriação formal de terras para povos como os quilombolas baseada no direito à propriedade definitiva e não mais disciplinada pela tutela, como soa acontecer com os povos indígenas”.

No entanto, conforme foi dito anteriormente, os resultados da luta são animadores, mas pequenos diante das dificuldades que ainda se apresentam. Basta compararmos o número de comunidades que já conseguiram a titulação e as que estão com processo abertos. A diferença se torna bem maior se compararmos os territórios titulados com a quantidade de comunidades mapeadas. Números que foram relatados acima.

Segundo o próprio Almeida (2008), embora a constituição de 1988, através do reconhecimento da diversidade cultural e étnica, acene com promessas de uma nova relação jurídica entre o Estado e os povos, agentes de diferentes modalidades de apropriação das denominadas “terras tradicionalmente ocupadas” tais como indígenas e quilombolas as dificuldades indicam que,

[...] há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na estrutura agrária.

Além disso, embora tenha sido decretada a criação de órgãos como o Conselho Nacional de Populações Tradicionais no âmbito do IBAMA, em 1992; Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, em dezembro de 2004; a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em 2007, o Estatuto da Igualdade Racial- Lei 12.288/2010 por pressão dos movimentos sociais, não significa que agora haja por parte do Estado adoção de uma política étnica.

[...] Mesmo levando em conta que o poder é efetivamente expresso sob uma forma jurídica ou que a linguagem do poder é o direito, há enormes dificuldades de implementação de disposições legais desta ordem, sobretudo em sociedades autoritárias e de fundamentos coloniais e escravistas, como no caso brasileiro. Nestes três lustros que nos separam da promulgação da Constituição Federal tem prevalecido ações pontuais e relativamente dispersas, focalizando fatores étnicos, mas sob a égide de outras políticas governamentais, tais como a política agrária e as políticas de educação, saúde, habitação e segurança alimentar. Inexistindo uma reforma do Estado, coadunada com as novas disposições constitucionais, a solução burocrática foi pensada sempre com o propósito de articulá-las com as estruturas administrativas preexistentes, acrescentando à sua capacidade operacional atributos étnicos. Se porventura, foram instituídos novos órgãos públicos pertinentes à questão, sublinhe-se que a competência de operacionalização ficou invariavelmente a cargo de aparatos já existentes. (Almeida 2008, p. 33 e 34)

Para o relatório 2012<sup>9</sup>, o que está no cerne de indisposições à política de regularização fundiária de territórios quilombolas é o fato de se tratar de uma política que desagrada a terceiros, pois retira terras do mercado imobiliário e da exploração particular de recursos naturais, já que uma vez reconhecida, a terra não pode ser vendida, quer na sua totalidade, quer aos pedaços. O Território Quilombola é uma terra não alienável. É uma terra que não está no mercado, está reservada ao usufruto exclusivo das comunidades quilombolas.

## 2.5 O AUTORRECONHECIMENTO E A TITULAÇÃO DE TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES INVESTIGADAS

O autorreconhecimento da ancestralidade africana relacionada à opressão escravocrata ocorrida no Brasil desde sua colonização até 13 de maio de 1888 é o primeiro passo para que uma comunidade seja considerada quilombola.

A convenção 169 da OIT, de junho de 1989 reconhece como critério fundamental os elementos de autoidentificação. De acordo com Almeida (2008 p.48), nos termos do Art. 2º tem-se o seguinte:

A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá tida [sic] como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção.

Os comunitários de **Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé e São Pedro** se autorreconhecem como descendentes de africanos ou negros que em algum momento chegaram ao Rio Matupiri em busca de refúgio e liberdade.

---

<sup>9</sup> <http://www.incra.gov.br>

Esses pioneiros após radicarem-se naquelas terras uniram-se a outras pessoas das proximidades formando um povoado. Esse povoado expandiu-se e transformou-se nas comunidades de **Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé e São Pedro.**

Atualmente, no âmbito do **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**, há um processo aberto de número 54270.000299/2008-15 devidamente autuado, protocolado aguardando a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação cuja finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelas comunidades que se autorreconhecem afrodescendentes e remanescentes de quilombos.

### 3. A GEOLINGUÍSTICA – O MÉTODO DE EXCELÊNCIA DA DIALETOLOGIA

A variação não é propriamente um privilégio das línguas na atualidade. Toda língua natural é passível de mudanças. Elas mudam de acordo com a idade, com o sexo, com classe social, com a situação (formal e informal), com os objetivos do interlocutor no momento da fala etc.

Segundo Brandão (1991), a consciência dessa variação não é recente. Já os gregos distinguiam quatro variantes regionais de sua língua: o eólico, o jônico, o dórico e o ático.

Sobre a língua dos romanos, por terem uma sociedade extremamente estratificada, encontram-se menções à variação linguística de natureza social. O *sermo urbanus* seria palavra, a conversa ou fala urbana ou sofisticada, *sermo blebeius*, seria a palavra, a conversa ou fala vulgar e *sermo rusticus* seria a palavra, a conversa ou fala campestre, rural.

Mas o estudo sistemático das variações só veio a se formalizar a partir do século XIX, à época dos estudos comparativos, quando os linguistas buscavam reconstituir o protoindo-europeu pela comparação de famílias e subfamília de línguas. Através desse trabalho foi surgindo interesse pelos dialetos.

Em 1881, na França, a dialetologia ganhou vulto quando passou a compor o currículo regular da *École Pratique des Hautes Études* impulsionando-a a valorização das manifestações populares (usos, crenças, costumes, falares) e principalmente o interesse pela evolução histórica das línguas. (Op. cit., p. 8)

Gaston Paris, em 1888, notabilizou-se por defender a necessidade de se desenvolverem estudos sobre os dialetos regionais em via de descaracterização pelo rápido nivelamento cultural que se processava no país. Alertava para que esses estudos obedecessem a métodos bem definidos e com o mesmo rigor científico das ciências naturais. Exemplificou essa questão com o trabalho de Jules Gillieron, considerado o pai da geografia linguística.

Jules Gillieron com ajuda financeira do Ministério de Instrução Pública e a colaboração de Edmond Edmont lançou-se a recolha de dados em 1897 para elaboração do Atlas Linguístico da França. A coleta foi realizada em 639 localidades durante quatro anos através de questionário, que de início era composto de 1400 perguntas, mas que chegou a contar com 1920, ao final da pesquisa.

Edmond Edmont, o responsável pela recolha, foi escolhido como inquiridor devido às qualidades que Gillièron entendia serem necessárias a essa tarefa: possuía boa audição, era leigo, desenvolveu um trabalho sobre o léxico de uma localidade sem ser especialista no assunto. Gillièron considerava que a recolha de dados deveria ser realizada por um leigo, pois um linguista ou filólogo poderiam deixar-se trair por seus conhecimentos, expectativas e preconceitos linguísticos e isso resultaria em corrupção dos dados que deixariam de fornecer uma imagem fiel da realidade.

As respostas dos informantes eram imediatamente transcritas por Edmond tais como eram ouvidas. Os cadernos com material coletado eram aos poucos enviados para Gillièron que logo cuidava de sua análise. Isso possibilitou que em 1902 fossem publicados já os três primeiros fascículos de um total de 35.

Esse dialetólogo propôs dois requisitos básicos necessários aos trabalhos dialetológicos:

1º) urgência e rapidez na coleta das falas populares para que se possa comparar sincronicamente o material. Este requisito é de extrema importância quando a finalidade do trabalho é comparar os dialetos envolvidos, embora, na prática nem sempre tenha sido alcançado pelas dificuldades comuns a esse tipo de trabalho. No caso do Brasil há ainda mais um agravante, o tamanho continental do país.

2º) homogeneidade de métodos de modo a possibilitar a comparação. Este requisito também é indispensável para se efetuar a comparação.

A partir desse método e concepções surgiu o primeiro atlas linguístico.

[...] o atlas proporciona uma visão dinâmica de cada fato descrito, pela comparação simultânea com outros nele expostos, ensejando conclusões também de natureza histórica.

Ressaltam-se regiões conservadoras e inovadoras, centros de irradiação cultural, zonas de transição, o que permite que se estabeleçam, com base em combinação de traços linguísticos comuns de isoglossas, os limites entre os falares. (Op. cit., p 11)

A validade do método de Gillièron é atestada pela quantidade de atlas elaborados, tanto na Europa quanto nas Américas para onde suas ideias foram propagadas.

Os primeiros atlas da Europa foram de grande importância para que se aprofundasse o conhecimento dos processos que determinaram a dialetalização do latim e sua transformação nas novas línguas românicas. Não poucos foram os filólogos que se devotaram a reconstituição da história de palavras e sons de diversas línguas.

A despeito desses pontos positivos, Brandão faz um importante questionamento que traduz a preocupação de muitos, a respeito da geolinguística. Sendo tal método de épocas tão anteriores e mentalidade tão historicista seria ainda adequado ao português do Brasil? Ao responder seu próprio questionamento menciona a amplitude de diversidade social e linguística de que se constitui o país e da necessidade de “registrar, preservar, traços culturais de pequenos segmentos da sociedade que [...] guardam suas histórias particulares, elos de uma cadeia que não se consegue de todo reconstituir.” (Op. cit., p. 15 e 16)

O país por seu tamanho e diversidades provenientes tanto de suas condições naturais quanto da diversidade advinda do processo de povoamento e colonização a que foi submetido apresenta grandes contrastes regionais e sociais. A violência da colonização com suas armas de fogo, seu poder político e ideológico obrigaram povos nativos a buscarem, nas florestas, cerrados e campinas desertos, sua sobrevivência. Da mesma forma, muitos africanos escravizados lutando por sua autonomia e dignidade foram obrigados a enfrentar os mais difíceis obstáculos naturais e se refugiar nos lugares mais distantes e seguros que alcançassem.

Esses grupos humanos por sua tenacidade e valentia ainda hoje através de seus descendentes sobrevivem.

Passaram-se os tempos. Mas a luta continua. Antigos perseguidores cessaram pela morte, pelas leis, mas sobreviveram descendentes – herdeiros do poder político e ideologia de seus antecessores. O resultado é a diferença perceptível. Enquanto há lugares de grande desenvolvimento tecnológico e econômico, há também ambientes que têm sido mantidos na contramão desse processo, lugares onde o nivelamento cultural proposto pela chamada norma culta ainda não alcançou os falantes.

E da mesma forma que os primeiros atlas da Europa foram de grande valor para compreensão dos processos que determinaram a dialetalização do latim e sua transformação nas novas línguas românicas, o registro e estudo da variedade da língua portuguesa falada em tais lugares pode contar um pouco da história e aprofundar o conhecimento sobre como se operou a transformação, evolução e mudança da língua no país.

Na atualidade, a geografia linguística continua a ser o método para registro e comparação dialetal por excelência. Seu caráter etnográfico leva em consideração a cultura, entendida como a herança social, de fundamental importância para o estudo e compreensão do funcionamento da variedade da língua a ser investigada.

Esse procedimento pressupõe o registro de um grande número de formas linguísticas fônicas, lexicais ou gramaticais em mapas específicos mediante pesquisa. Em tempos anteriores a coleta encerrava-se em apenas um informante, como representante único de cada localidade investigada, hoje, após as contribuições da sociolinguística variacionista, os modernos atlas já controlam variáveis tais como faixa etária, sexo, escolaridade e etnia.

As localidades observadas constituem uma rede de pontos de determinado território onde o pesquisador procurará identificar os limites de uso de certos fenômenos linguísticos. Com a modernização do método, também nos atlas tem se buscado retratar peculiaridades etnográficas e variações diastráticas.

A coleta das formas linguísticas a serem registradas, observadas e analisadas faz-se através de extensos questionários uniformemente aplicados em todos os pontos de inquérito, de modo que permita checar através da comparação o grau de alteração a que a língua está sujeita num determinado espaço geográfico.

Esses questionários articulam-se por matéria: léxico, fonética, gramática.

Na seção do léxico, apresentam-se as questões por campos semânticos de acordo com as peculiaridades culturais dos grupos humanos que se investiga e o interesse da pesquisa. Comumente têm sido usados os campos: Terra, Vegetais, Animais, Tempo; brinquedos e jogos infantis; família; homem; partes do corpo; funcionamento e doenças; vestuário e calçado; habitação e utensílios domésticos; plantação e atividades sociais; agricultura, instrumentos agrícola.

Além dos questionários, Trudgil (apud Op.cit. p. 34) propõe que se utilizem elocuições livres, do tipo das realizadas em pesquisas sociolinguísticas porque em sua opinião, ao se exigir do informante, respostas de uma só palavra, está-se impedindo que emerja do informante a sua fala espontânea, fluente, sobretudo pela situação formal em que se encontra.

Cada vez mais, os dialetólogos têm considerado orientações como a de Tarallo (2007 p. 21),

O propósito do método de entrevista sociolinguística é o de minimizar o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados. De gravador em punho, o pesquisador sociolinguista, [...] deve coletar: 1. Situações naturais de comunicação linguística e 2. Grande quantidade de material, de boa qualidade sonora.

Para o sociolinguista, deve o pesquisador “tentar neutralizar a força exercida pelo gravador e por sua própria presença como elemento estranho à comunidade”. Para isso sugere que o pesquisador represente o papel de aprendiz-interessado na comunidade, seus problemas e peculiaridades, com objetivo de aprender tudo sobre a comunidade e seus falantes. Recomenda que o questionário-guia de entrevista, além de homogeneizar os dados, controlar os tópicos de conversação também provo que narrativas de experiências pessoais, pois ao relatá-las o participante envolvido emocionalmente com *o que* relata não prestará atenção ao *como* relata. Essa é a situação ideal para esse tipo de pesquisa.

A sociolinguística laboviana é um campo que abriga um conjunto de teses que adotam como fundamento a teoria da variação e a consequente prática sociolinguística:

a) Compreende a língua como heterogênea e condicionada por fatores extralinguísticos e em constante mudança;

b) Entende interação social como um fator de grande importância para o levantamento e justificativa das variantes linguísticas, sendo inseparável do domínio da linguagem.

c) Privilegia a seleção das variantes linguísticas em processo de mudança, ou seja, em curso, para poder analisar a “interimplicação” entre o domínio da linguagem e a interação social.

Assim o enquadramento teórico-metodológico desta pesquisa está fundamentado pela geolinguística por ser uma pesquisa de caráter dialetológico e também pela sociolinguística que recomenda o estudo da língua associada ao contexto social, cultural e até mesmo histórico.

#### 4. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho ampara-se na geografia linguística e sociolinguística variacionista, tendo em vista a realização de registro e breve análise de elementos lexicais de três comunidades constituídas por remanescentes de quilombos. Teve como ponto de partida a seleção de localidades que apresentassem composição e formação histórica concernentes com esses objetivos. Assim, foram selecionadas as comunidades quilombolas da região do Matupiri, afluente do Rio Andirá, no município de Barreirinha.

Definidas as comunidades, o próximo passo foi a seleção de informantes com base nas orientações dialetológicas como ser nascido na localidade, ter pouco trânsito fora de sua área ou não ter morado por mais de um terço de sua vida longe de sua terra-natal para garantir que sua fala seja representativa da localidade em que mora, ou para garantir que sua maneira de falar não tenha sofrido influência de outros padrões linguísticos (SILVA NETO, 1955 p. 28).

Ser iletrado, se possível analfabeto. Nesse critério, houve um pouco de flexibilidade pela razão de que nas faixas etárias mais baixas, percebeu-se alguma dificuldade de encontrar analfabetos.

Como já se relatou, neste trabalho, as comunidades visitadas são comunidades remanescentes de quilombo. A comunidade Santa Tereza foi a primeira a ser formada pelos descendentes quilombolas chegados à região, remonta ao ano de 1878, conforme histórico do vilarejo. As outras, São Pedro e Boa Fé, surgiram bem mais tarde, em 1986 e 1987, respectivamente. Os moradores descendentes de africanos, situados no Rio Andirá, nas proximidades do Rio Matupiri, sentindo que estando dispersos dificilmente iriam conseguir que seus filhos tivessem uma escola, também se organizaram em comunidades.

Por esse relato, percebeu-se que os habitantes das comunidades a serem investigadas apesar de pobres de bens materiais, dão grande valor à educação escolar e que seria complicado conseguir que todos os informantes fossem analfabetos.

Assim, decidiu-se por enquadrar informantes com algum nível escolar, mas cuja escolaridade tenha sido obtida apenas na própria comunidade de modo que a convivência com sua gente não houvesse cessado por muito tempo e sua identidade linguística não tivesse sofrido muitas mudanças.

Dessas comunidades, apenas a mais antiga oferece, as séries acima do quinto ano e o Ensino Médio é oferecido na modalidade não regular onde o curso é modulado,

com apenas um professor que serve como orientador ou monitor para todas as disciplinas. Nesse modelo, a escola costuma exercer influência linguística menos invasiva sobre os alunos.

Os outros critérios para seleção dos participantes a serem investigados foram embasados na sociolinguística. Oliveira e Silva (in MOLICA E BRAGA, 2004) asseguram que “o princípio mais rudimentar para permitir a inferência dos resultados da amostra para a população é o de que a seleção dos falantes seja aleatória” lembrando, no entanto, que há vários modos de proceder e propõem dois procedimentos: o Modo aleatório simples, e o Modo aleatório estratificado.

Para este estudo utilizou-se o modo aleatório estratificado. Procedimento que é indicado quando se espera que os subgrupos da população investigada, definidos como estratos apresentem ou possuam comportamentos diferentes quanto ao objetivo do estudo, como por exemplo: sexo, faixa etária, grau de escolaridade, etc.

Assim, foram selecionados, dentro dos critérios acima citados, um representante do sexo masculino e outro do sexo feminino dentro de cada faixa etária escolhida.

Uma das preocupações da sociolinguística é entender até que ponto a variável gênero/sexo está correlacionada aos fenômenos linguísticos e segundo (Op.cit. p. 33), é no plano lexical que as diferenças entre a fala de homens e mulheres são mais evidentes.

Outra razão para o controle dessa variável está em Silva Neto (1955 p. 29).

Tendo-se em conta que o vocabulário feminino é diferente do masculino e que as mulheres, como é natural, conhecem melhor determinadas atividades – as que lhe são tradicionalmente confiadas – é de bom alvitre inquirir, em cada lugar e sempre que possível, um homem e uma mulher’.

Por essa constatação e orientação, sempre que possível aplicava-se o questionário aos homens tendo ao seu lado sua esposa ou vice-versa, pois da mesma forma que as mulheres conhecem melhor sobre as atividades confiadas a elas, os homens também têm maior conhecimento sobre atividades tradicionalmente consideradas masculinas.

Na tradição metodológica da dialetologia, considera-se como informante ideal o habitante da zona rural, de sexo masculino e pertencente às faixas etárias mais elevadas. Como identificado por Chambers e Trudgill (1994, p. 57) no acrônimo NORM (non mobile, older, rural, males) e em português por Zágari (1998, p. 36 apud MOTA, 2009) com o HARAS (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário). Cintra

(apud BRANDÃO, 1991 p. 30) propõe que os questionários dialetológicos sejam respondidos por homem e mulher de meia idade.

Sobre tal orientação, Brandão (Op. cit.) assevera que grande número de linguista esteja em desacordo por verem nessa prática “um meio de se registrarem apenas as formas dialetais mais antigas em detrimento da dinâmica sincrônica dos falares”. Aconselham que sejam selecionados vários informantes de acordo com as variáveis que espelham a realidade social da região a ser analisada

Assim, foram consideradas para este estudo a variável sexo/gênero, e faixa etária além da diatópica.

#### 4.1 LOCALIDADES

As comunidades investigadas situam-se na zona rural de Barreirinha-AM que, segundo a divisão político administrativa do Estado do Amazonas, de 05/10/1989, pertence à Microrregião do Baixo Amazonas e mesorregião Centro Amazonense. De acordo com IBGE, abrange uma área de 5.750.554 km<sup>2</sup>, situado à margem do Paraná do Ramos com população de 27.355 habitantes. Dentre os habitantes com mais de 10 anos de idade, 434 declararam-se pretos, 4.940 indígenas, 2.378 brancos, 19.491 pardos. Encontra-se a uma distância 372,72 km da capital do Estado em linha reta e por via fluvial, há um trajeto de 420 km. Possui uma população de 26.645 habitantes.

A despeito do “ocultamento da presença negra na Amazônia” que se tem mantida incólume na escrita da história na região de que fala Pinheiro (1999), nesse município, situam-se cerca de 6 comunidades em fase de reconhecimento como comunidades de remanescentes quilombolas.

Após o interesse pelo estudo da variedade falada nessas comunidades, três foram indicadas como tendo sido originadas a partir de um mesmo quilombo: Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé e São Pedro. Ao se iniciarem as visitas às localidades, mais três foram apontadas pelos próprios moradores da região como sendo também formadas a partir de descendentes do mesmo grupo que originou as três primeiras. No entanto, por razões econômicas, as coletas foram restringidas às três primeiras.

Ao inquirir sobre os aspectos históricos das comunidades, ao tempo das entrevistas percebeu-se que não havia muito consenso entre os informantes. No entanto, todos são unânimes em afirmar que seu povo, sua gente, seu povoado é formado por descendentes de escravos africanos que nessa região teriam se refugiado.

Isso é compreensível, pois embora os relatos narrados por seus antepassados já comecem a cair em esquecimento, há os traços físicos a lhes contar muito sobre a origem de seus ancestrais. Nessa questão de autorreconhecimento e identidade étnica, duas atitudes são de grande importância: olhar para o espelho e olhar para trás, para os antepassados. Justamente o que fizeram os comunitários sobre os quais estamos falando.

A primeira das versões ouvida, contada pelo senhor A. (83), morador da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, diz que há muito tempo atrás houve no lugar denominado Granjaceres e conhecido como Granja, nas proximidades de sua comunidade, uma plantação de algodão que teria pertencido a certa firma sob administração de um tal Ataídes.

Essa firma tinha a seu serviço nove escravos. Segundo contava seu pai, era uma grande plantação de algodão. Aconteceu, porém, que na época da Cabanagem, revolução popular ocorrida entre 1835 a 1840, os donos ou responsáveis por esse trabalho, ficaram temerosos pela revolta que agregava índios, negros e mestiços. Por isso retiraram-se o mais rápido que puderam. Seus escravos foram obrigados a acompanhá-los, mas um entre eles, enamorado por uma indígena da região, jurou-lhe que iria, mas voltaria para casar-se com ela. Ao apresentar-se a primeira oportunidade, fugiu com outros três escravos. Assim vieram parar na cabeceira do Rio Matupiri onde mais tarde formou família com a pessoa com quem já se comprometera. Assim, aos poucos, o grupo foi crescendo pela união e reprodução.

Quanto ao aspecto educacional, nessas comunidades, de acordo com o senhor Azenilton Gomes Conceição, funcionário da secretaria municipal de educação do município de Barreirinha, o ensino não recebe ainda um tratamento diferenciado porque as comunidades ainda não possuem um registro oficial no MEC como comunidades quilombolas. Isto talvez só seja possível quando o território onde residem for reconhecido oficialmente como território quilombola. No entanto, esse é um processo demorado que demanda tempo, vontade política das autoridades estatais e mobilização popular.

As comunidades serão aqui apresentadas seguindo a disposição em que se encontram no mapa das cartas linguísticas:

#### 4.1.1 Santa Tereza do Matupiri

Esta foi a segunda comunidade a ser visitada, **Santa Tereza do Matupiri**, a mais antiga das três. Esta se encontra à margem de um braço do Rio Andirá, conhecido pelo nome de Rio Matupiri, onde iniciou a história dessas comunidades. A história dessa comunidade remonta ao ano de 1878, conforme relata o “Histórico de Santa Tereza do Matupiri”, organizado pelo diretor da única escola existente na comunidade, o Professor Everton Pedreno. Segundo o documento, por volta dessa data, um grupo de escravos negros fugiu de um navio que se dirigia ao Estado do Pará onde seriam vendidos. Fugindo do navio, chegaram à Vila Amazônia, na época, Sede do atual município de Parintins, onde se refugiaram.

Esse grupo era formado pelos irmãos Manuel Benedito Rodrigues da Costa, Duluvico Rodrigues da Costa e seus primos Manuel Trindade Rodrigues e Tereza Albina de Castro que com medo de serem recapturados por aqueles que se julgavam seus donos seguiram viagem rio acima com um comerciante que regateava no Município de Barreirinha e se esconderam nas cabeceiras do Rio Andirá.

De esconderijo, em esconderijo, chegaram à cabeceira do Rio Matupiri onde ao se sentirem seguros, juntaram-se às pessoas que moravam nas redondezas. Manoel Benedito casou-se com Dona Júlia. Da mesma forma, os outros se uniram em laços familiares com a vizinhança. Assim, gradativamente, o grupo foi aumentando até formar um povoado.

Dona Tereza Albina que era praticante do catolicismo, observando o aumento da população, comprou uma imagem de Santa Teresinha do menino Jesus e com a ajuda de outros construiu uma capela para praticarem suas devoções, e desde então a Comunidade recebeu o nome oficial de Santa Tereza do Matupiri.

São ainda comemoradas na localidade as festas de São Sebastião, de 10 a 20 de janeiro e a festa da Santíssima Trindade de 05 a 08 de maio. No entanto, a mais importante é a comemoração de Santa Tereza do Menino Jesus por ser a padroeira oficial da comunidade que se celebra de 05 a 15 de outubro.

Segundo o Histórico, suas festas seguem tradições negras, indígenas e caboclas. Como por exemplo, o levantamento do mastro no início das festividades e sua derrubada no encerramento. Onde são comuns o leilão, a novena, a procissão, o arraial e a festa dançante com músicas de gambá etc.

No aspecto cultural, há as quadrilhas, as pastorinhas, garcinha, boi-bumbá, lundum, maxixe, jaçanã, valsa, bolero, marchinha e etc., ao som de instrumentos como a

flauta, o cavaquinho, o violino, o banjo, o bombo, o violão, o maracá, o pandeiro e outros.

No aspecto Artesanal, pratica-se a confecção de paneiros, vassouras, cestas, tipiti, colares, anéis de carços, principalmente de tucumã, tupés, abanos, chapéus, balaios e outros utensílios, feitos com palhas da região. Há ainda os artesãos que atuam na fabricação de panelas, potes, alguidares, torradores, pratos, xícaras, fogareiros, vasos e assadeiras feitos a partir do barro.

Em épocas anteriores, a caça era bastante exercida pelos comunitários não somente pela carne, mas também pelo couro, que era curtido manualmente e trabalhado para fabricação de instrumentos e objetos de uso pessoal e doméstico. Também eram praticadas a pesca, a agricultura e o extrativismo vegetal como meio de sobrevivência. Os produtos advindos dessas atividades eram consumidos e o excedente comercializava-se pelo sistema de escambo, conforme suas necessidades.

No ano de 1950, foi formada a sua primeira diretoria comunitária, objetivando melhor organização e desenvolvimento. Sendo nessa ocasião, nomeado presidente o senhor Raimundo Santarém de Souza, tendo como vice – presidente o senhor Augustinho Lima da Silva.

Em 1980, Santa Tereza foi reconhecida legalmente como comunidade, tornando-se polo das circunvizinhas. Em 30 de abril de 2010, Santa Tereza do Matupiri administrada pelo presidente Sidinei Trindade Castro é elevada a categoria de Distrito pela Lei Municipal nº 096.

Sua economia atual está baseada no extrativismo vegetal, com a coleta da castanha da Amazônia, cipó, breu, jacitara e madeira. Na agricultura, o distrito dedica-se ao cultivo do guaraná, cana de açúcar, feijão, milho, abacaxi e, sobretudo a mandioca, principal produto de exportação para outras comunidades e Sede Municipal.

Sua população, segundo a agente de saúde Tarcila Maria Santos, (41), moradora daquele povoado, o vilarejo possui cerca de 500 habitantes.

Com o aumento da população, a comunidade se expandiu e outros povoados foram se formando a partir do casamento dos remanescentes dos negros quilombolas com ribeirinhos e indígenas da região.

No aspecto educacional, a comunidade conta com uma escola municipal construída em alvenaria com quatro salas de aula onde estão matriculados 254 alunos desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental. O ensino médio é

ofertado pela rede estadual de ensino em parceria com o município na modalidade de educação à distância mediada por tecnologia.

Este distrito é reconhecidamente uma comunidade de remanescentes de quilombos, pois afinal foi um grupo de negros que ao lutar por sua liberdade e autonomia fez a história de Santa Tereza do Matupiri.

#### 4.1.2 Boa Fé

A terceira comunidade visitada foi a de **Boa Fé**, situada à boca, do Rio Matupiri. Iniciada graças à necessidade que sentiram seus fundadores de ter uma escola mais próxima para seus filhos. Conta o senhor Valmir, mentor da ideia de iniciação do povoado, que na época, apenas um sobrinho estudava, e, para que isso fosse possível, era levado diariamente de canoa até a Vila de Santa Tereza do Matupiri. No entanto, isso causava transtorno à responsável pela criança, pois, por esse motivo, tinha que perder todo um dia de trabalho.

Preocupados com a situação, lutaram em prol de um terreno, onde pudessem formar um povoado. Conseguindo o terreno, juntaram-se as pessoas da vizinhança que tinham os mesmos ideais e formaram um pequeno núcleo com quatro famílias. Nesse lugar, o senhor Rozendo, doador do terreno, já havia construído um pequeno templo Adventista do Sétimo Dia, religião a qual pertenciam também os fundadores dessa comunidade.

Em 1987, obtido o terreno e formado o núcleo, conseguiram com o prefeito do município, senhor Esmeraldo Trindade, que o núcleo passasse a ser comunidade. Também receberam autorização para contratação de uma professora para o local. Nesse mesmo ano, na igrejinha construída pelo doador do terreno, iniciaram-se as aulas.

Atualmente, há uma escola em alvenaria com duas salas de aula que temporariamente está fechada para reforma. Provisoriamente as aulas acontecem em um pequeno prédio de madeira onde se oferece educação infantil e ensino fundamental até o quinto ano. A população escolar compõe-se de 35 alunos.

Segundo o senhor Valmir, cerca de catorze famílias moram no local (aproximadamente 100 pessoas). Estas sobrevivem da pesca e cultura de mandioca. No entanto, conforme o relato do Sr. Misael Rodrigues, atual presidente comunitário, a maioria dos moradores perdeu suas antigas terras, e por isso, difícil se torna esta última atividade. Algumas famílias complementam sua renda prestando serviços na forma de

diárias aos fazendeiros das proximidades. Alguns deles se beneficiam de recursos assistenciais do governo federal. A principal atividade esportiva é o futebol de campo.

Boa Fé é também uma comunidade formada a partir dos quilombolas de Santa Tereza do Matupiri.

#### 4.1.3 São Pedro

Esta foi a primeira comunidade a ser visitada. **São Pedro** fica à margem esquerda do Rio Andirá, distante da sede do município, por via fluvial, cerca de duas horas. É uma vila pouco extensa, com algumas dezenas de pequenas casas. Segundo a liderança local, possui 114 habitantes e foi fundada há 26 anos, mais precisamente no ano de 1986. Fruto da irradiação dos quilombolas do Rio Matupiri que se espalharam ao longo de certo trecho das margens do Rio Andirá.

Conforme os moradores, esta comunidade surgiu quando seus fundadores sentiram a necessidade de uma escola para seus filhos. Entenderam que ao unirem-se formando um povoado teriam mais condições de pleitear um estabelecimento de ensino com maior acessibilidade. Naquela época, a escola mais próxima ficava na comunidade de Santa Tereza do Matupiri, há alguns quilômetros de suas residências. O percurso a ser percorrido envolvia o sacrifício de remar a uma distância que podemos chamar de “considerável” quando se trata de crianças, e havia ainda o agravante de o trajeto ser via fluvial envolvendo riscos de naufrágios e afogamentos.

No local, sobrevive-se de pequenas plantações de mandioca e da pescaria. As atividades esportivas que mais se pratica na comunidade é o futebol de campo tanto masculino quanto feminino.

A religião predominante é a católica e o santo padroeiro é o mesmo que deu nome ao povoado, isto é, **São Pedro**.

Quanto ao aspecto educacional, esta comunidade conta com uma escola em alvenaria com duas salas de aula, onde estudam 48 alunos da educação infantil ao quinto ano do ensino fundamental.

#### 4.2 INFORMANTES

Para proceder-se a escolha dos informantes utilizou-se como critérios:

1. Ser pessoa do lugar, filho de gente do lugar; (para que sua fala possa representar o lugar com justiça)
2. Se casado deve também o cônjuge ser da mesma localidade; (para não haver cruzamento de formas regionais diferentes)

3. Ser iletrado, se possível analfabeto. (Pela dificuldade de encontrarem-se, em alguns casos, pessoas que atendessem a esses requisitos, também foram consultados informantes cursando nível médio em escola da própria comunidade).
4. Não ter se afastado do lugar por mais de um terço da vida, nem ter feito o serviço militar.
5. Estar na faixa etária de 18 a 36, de 37 a 55 e de 56 em diante.
6. Para cada faixa etária um representante do sexo masculino e outro do sexo feminino.

#### **4.2.1 Informantes de Santa Tereza do Matupiri**

**A.C.C.** Sexo masculino. Da primeira faixa etária, com 30 anos de idade. Natural da comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Casado com gente do lugar. Escolaridade: sétima série. Filho de pessoas naturais da mesma localidade. Profissão: agricultor. De personalidade calma e tímida. Nunca morou em outro lugar, mas esteve em Manaus e Parintins. Foi dispensado do serviço militar

**J.R.C.** Sexo masculino. Da segunda faixa etária, com 48 anos de idade. Natural da comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Casado com pessoa natural do estado do Pará. Escolaridade: segundo ano primário. Profissão: tecedor. Filho de habitantes do referido lugar. De personalidade tranquila. Nunca saiu do Estado. Foi dispensado do serviço militar.

**A.P.C.** Sexo masculino. Da terceira faixa etária, 83 anos idade. Natural de Santa Tereza do Matupiri. Casado com gente do lugar. Escolaridade: sem escolaridade, mas alfabetizado. Aposentado. Filho de descendentes diretos de escravos africanos com indígena de lugar chamado Guaranatuba, no Rio Andirá. Morou em Parintins por 15 anos. Nunca saiu do Estado. Foi dispensado do serviço militar.

**V.C.S.** Sexo feminino. Da primeira faixa etária, com 23 anos de idade. Natural da comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Casada com gente do lugar. Escolaridade: sétima série. Profissão: do lar. Filha de moradores naturais da localidade. Personalidade amistosa e tímida. Nunca morou em outro lugar. Esteve na cidade de Manaus. Nunca saiu do estado.

**T.M.S.** Sexo feminino. Da segunda faixa etária, com 41 anos de idade. Natural da comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Casada com gente do lugar. Escolaridade:

Ensino médio na própria comunidade. Profissão: Agente comunitária de saúde. Filha de pessoas da região. De personalidade amigável e bastante disposta. Morou na capital por três anos Nunca saiu do Estado.

**E.T.C.** Sexo feminino. Não soube dizer sua idade, mas é uma senhora idosa, da terceira idade. Natural de Santa Tereza do Matupiri. Solteira. Escolaridade: Sem escolaridade. Agricultora aposentada. Filha de moradores da mesma localidade. De personalidade tranquila. Pouco saiu da localidade e nunca saiu do Estado.

#### **4.2.2 Informantes de Boa Fé**

**E.C.R.** Sexo Masculino. Da primeira faixa etária, com 25anos de idade.

Natural da comunidade de Boa Fé. Casado com gente do lugar. Escolaridade: sétima série. Profissão: agricultor. Filho de moradores naturais da localidade. De personalidade dinâmica e prestativa. Morou nas cidades de Boa Vista e Barreirinha por cerca de cinco anos. Nunca saiu do estado. Dispensado do serviço militar.

**F.R.A.** Sexo masculino. Da segunda faixa etária, com 41 anos de idade. Natural nas proximidades do lugar onde mais tarde seria fundada a comunidade de Boa Fé. Casado com pessoa do lugar. Escolaridade: cursando o Ensino Médio na comunidade de Matupiri. Profissão: Agricultor. Filho de pessoas do lugar. Morou na cidade de Manaus por oito anos. Esteve nas cidades de Parintins e Barreirinha. Nunca saiu do estado. Foi dispensado do serviço militar.

**M.C.R.** Sexo masculino. Da terceira faixa etária, com 72 anos de idade. Natural da região do Matupiri. Foi casado com gente do lugar. Escolaridade: sem escolaridade. Profissão: Agricultor aposentado. Filho de afrodescendentes com pessoa de etnia saterê. De personalidade amistosa e disposta. Morou um ano na cidade de Maués. Nunca saiu do estado. Foi dispensado do serviço militar.

**J.S.A.** Sexo feminino. Da primeira faixa etária, com 27 anos de idade. Natural da localidade. Casada com pessoa do lugar. Escolaridade: terceira série primária. Profissional do lar. Filha de pessoas da localidade. De personalidade tranquila. Nunca morou em outro lugar. Nunca saiu do estado.

**F.C.B.** Sexo feminino. Da segunda faixa etária, com 39 anos de idade. Casada e seu esposo é originário do Lago do Estácio, outro distrito de Barreirinha. Natural do lugar onde mora até o momento. Escolaridade: oitava série, Ensino Fundamental na comunidade vizinha, Santa Tereza do Matupiri. Trabalha na agricultura. Filha de

peças do lugar, onde sempre residiu. De personalidade amigável. Nunca saiu do estado

**M.R.S.** Sexo feminino. Da terceira faixa etária, com 58 anos de idade. Natural da localidade. Casada com pessoa da região. Escolaridade: sem escolaridade. Profissão: agricultora, para complementar a renda faz serviços como diarista em fazendas das proximidades. Filha de pessoas da mesma localidade. De personalidade amigável. Morou por 10 anos em Manaus. Nunca saiu do estado.

#### **4.2.3 Informantes de São Pedro**

**M.T.L.** Sexo masculino. Da primeira faixa etária com 18 anos de idade. Natural da localidade. Solteiro. Escolaridade: 5ª série. Profissão: estudante e ajudante dos pais em trabalhos agrícolas e de pesca. Morou por breve tempo para morar em comunidade vizinha, Chapeleiro. Pessoa de comportamento tranquilo. O pai, presidente da comunidade, nasceu no Matupiri. Sua mãe nasceu comunidade do Chapeleiro, também formada por remanescentes quilombolas. Nunca esteve em outro município. Nunca saiu do estado. Dispensado do serviço militar.

**M.F.** Sexo masculino. Da segunda faixa etária com 49 anos de idade. Natural da localidade. Casado com pessoa da comunidade. Escolaridade: terceira série primária em escola de Santa Tereza do Matupiri. Profissão: agricultor e madeireiro. Filho de pessoas da localidade. De personalidade espontânea. Morou por cerca de três meses, enquanto esteve trabalhando em Maués e área indígena. Esteve em Parintins e Manaus. Nunca saiu do estado. Dispensado do serviço militar.

**B.S.R.** Sexo masculino. Da terceira faixa etária com 60 anos de idade. Natural do rio Matupiri. Casado com pessoa do mesmo lugar. Escolaridade: primeiro ano, alfabetizado e gosta de ler. Profissão: lavrador. Faz diária em fazendas próximas. Filho de pessoas da localidade. De Personalidade franca e espontânea. Ausentou-se de sua região por 15 anos enquanto trabalhou em outros municípios amazonenses. Nunca saiu do Estado. Dispensado do serviço militar.

**I.F.M.** Sexo feminino. Da primeira faixa etária com 25 anos de idade. Vive em união estável com pessoa de localidade próxima. Escolaridade: terceira série Profissão: Trabalha na roça e também como diarista primária. Filha de pessoas da localidade. Nunca morou em outro lugar. Nunca esteve em outro município ou estado.

**F.A.S.** Sexo feminino. Da segunda faixa etária com 48 anos de idade. Natural da localidade. Solteira. Escolaridade: sem escolaridade. Profissão: agricultora. Filha de pessoas da localidade. De personalidade tranquila. Nunca morou em outro lugar. Esteve em Parintins. Nunca saiu do estado.

**M.E.R.F.** Sexo feminino. Da terceira faixa etária com 56 anos de idade. Casada com pessoa com pessoa da mesma região. Escolaridade: primeira série do curso primário. Mãe: nascida e criada na mesma região. Pai: nascido à margem do Rio Amazonas. De personalidade amigável. Sobrevive da lavoura. Esteve em Parintins e Manaus. Nunca saiu do Estado.

### 4.3 O QUESTIONÁRIO

Silva Neto (1955 p. 23) relembra que a pesquisa dialetológica exige a realização de um inquérito linguístico que pode ser realizado via correspondência ou *in loco*. Destaca o inquérito *in loco* como ideal, devendo acontecer após trabalho preliminar que consiste na elaboração de um questionário.

Esse instrumento, segundo Silva Neto, deve abranger as mais variadas atividades da vida. Tem a vantagem de oferecer resultados mais proveitosos e dignos de confiança, além de possibilitar a investigação metódica “de determinados grupos de designação”, auxiliando a memória do inquiridor e ser aplicável a todo território, permitindo a comparação dos materiais.

Para esta pesquisa, o questionário semântico-lexical incidiu sobre as variadas atividades cotidianas comuns ao homem rural. Suas questões foram as mesmas utilizadas no ALAM \_Atlas Linguístico do Amazonas\_ (Cruz, 2004). Estão divididas nas seguintes esferas semânticas: **I. Meio físico** 1.1A terra e os Rios. 2. Fenômenos Atmosféricos (astros, climas, etc), **II. Meio biótico** 1.1 fauna 1.2 Peixes 1.3 Quelônios e Mamíferos. 2. Flora 2.1 Aquática 2.2 Terrestre, **III. Meio Antrópico**. 1. O homem 1.1 Características Físicas 1.2 Relações Familiares (parentesco) 1.3 Alimentação e Saúde (medicina caseira) 1.4 Habitação (estrutura, mobília, utensílios domésticos) 1.5 Vestuário e Calçados 1.6 Crenças, Superstições e Lendas 1.7 Relações Sociais 1.7.1 Ciclos de Vida 1.7.2 Vida Social (a) Brinquedos e Jogos Infantis (b) Festas e Atividades Esportivas. 1.8 Expressões Populares. 2. Atividade de Produção 2.1 Agricultura (a) A Roça (b) O Cultivo da Juta (c) O cultivo da mandioca 2.2 Caça e Pesca 2.3. Meios de Transporte fluvial.

Deste questionário composto de 330 questões, foram geradas 272 cartas linguísticas semântico-lexicais.

#### **4.3.1 Questões que não geram cartas linguísticas**

As 58 questões que não geraram cartas são as seguintes:

Da esfera semântica: I. Meio físico: 06

Da esfera semântica: I. Meio biótico: 10

Da esfera semântica: I. Meio antrópico: 42

##### **Do Meio Físico.**

Agravés da questão 009. POROROCA. “E aquele estrondo forte que a água do rio faz, que acontece próximo à foz do Amazonas e que pode destruir tudo o que estiver por perto?” não se obteve resposta por se tratar de um fenômeno desconhecido pelos comunitários investigados.

Dessa esfera semântica mostraram-se improdutivoas: A questão 025. MATUPÁ “E o capim dentro d’água feito de capim podre?”; 027. MARAÇANARAL “A vegetação pouco alta e entrelaçada que cresce à margem dos rios é chamada de...”; 033. CAMA “Que nome se dá ao mato pequeno e baixo, roçado com o terçado?”; 042. TERRA CAÍDA “E a terra da várzea que desmorona na beira dos capins flutuantes?”

Ainda da esfera semântica: I. Meio físico, no segundo tópico: fenômenos atmosféricos (astros, climas, etc) a questão de número 055. “Você sabe o nome de alguma estrela?” por ser uma pergunta aberta serviu para introduzir o informante em um novo assunto e suas respostas servirão a futuros trabalhos.

##### **Do Meio Biótico**

À semelhança da questão acima referida, as de número 073 e 074 “Quais os tipos de peixe que você conhece por aqui?” e “Quais as outras aves que tem por aqui, você saberia me dizer?” serão utilizadas em trabalhos posteriores.

A questão 080. PIABA “Como se chama um peixe pequeno?” Os informantes não tinham um nome específico com que generalizar o conceito peixe pequeno e as respostas eram, em geral, a repetição do termo usado na pergunta “peixe pequeno” ou respondiam com nomes variados de peixes.

Há ainda questões que não geraram cartas talvez por falta de maior detalhamento que induzissem o falante ao significado em questão, como é o caso de:

084. BRANQUINHA “Como se chama um peixe pequeno de escama que serve de isca para pegar outros peixes?”; 092. SARDINHA “E aquele peixe de escamas dos mais comuns da região. Tem escamas grandes, prateadas, com leves manchas e pode medir até 18 cm.”; 099. CALANGRO, “Animal que prejudica a cultura da juta.” Nestas questões, percebeu-se que a dificuldade das respostas seriam minimizadas ou mesmo anuladas, se junto com a pergunta fosse mostrada ao informante, a imagem para o conceito. Os seres a que se referiam as questões são existentes e conhecidos no município de Barreirinha, onde estão situadas as comunidades investigadas.

Dessa mesma esfera e tópico a questão 105. “Quais os tipos de macaco que tem por aqui? Como eles são?” ficou para trabalhos posteriores por ser do mesmo gênero das de número 055, 073 e 074.

A questão 107 do tópico 2.1 ainda sobre o meio biótico. “Existe um outro tipo de planta parecida com a vitória-régia?” não gerou carta porque suas respostas foram sempre negativas.

Do tópico 2.2 sobre plantas terrestres não foram produtivas as questões: 113. JAMBEIRO. “E o nome daquela árvore que dá um fruto bem gostoso também. É uma fruta que é pequena, branquinha por dentro, com um carocinho preto e vermelha por fora?” e 114. SAPOTILHA. “E aquela outra que dá uma fruta bem gostosa também. Que é pequena e marrom tem um carocinho preto dentro.”.

Estas não foram produtivas. Este é o mesmo caso das questões 084, 092 e 099, casos que seriam facilitados pela apresentação de imagens junto com as perguntas.

### **Do meio antrópico**

No tópico: alimentação e saúde (medicina caseira), a questão 145. CHÁ DE CHEIROSO “E o que vocês usam em casa para aliviar dor de estômago?” não gerou carta por problemas técnicos.

A 152. MIXIRA. “E a conserva de carne do peixe-boi, feita na própria banha do peixe?” não foi produtiva. Segundo informação dos moradores quase não há mais peixe-boi na região que lhes sirva de alimento. Pelo mesmo motivo não geraram cartas as questões: 155. PAXICÁ “Qual a comida preparada com o fígado da tartaruga?”; 159. SARAPATEL “Qual a comida daqui que é feita com o sangue da tartaruga?” 167. “Que tipos de comida se pode fazer com o tracajá?”.

Ainda do mesmo tópico a questão 161. TUCUPI COZIDO “Como se chama o tucupi que depois de repousado, é temperado com alho, pimenta, sal e posto para ser

fervido?”. Não foi produtiva, uma vez que os informantes respondiam dizendo “é tucupi mesmo”. Talvez a pergunta não tenha ficado clara.

No tópico 1.6, do mesmo campo semântico, Crenças, Superstições e Lendas, A questão 204, SAL NO FOGO. “O que se deve fazer quando se quer que uma pessoa se retire de um local?” também não gerou carta, os entrevistados desconheciam qualquer crença ou superstição nesse sentido.

No tópico 1.4 sobre habitação (estrutura, mobília, utensílios domésticos) a questão 188 também não gerou carta, visto ser a mesma da questão 180.

No tópico 1.7.2, Vida Social, (a) Brinquedos e Jogos Infantis ainda do campo semântico meio antrópico a questão 220 não gerou carta. É uma pergunta introdutiva e suas respostas serão utilizadas em trabalhos posteriores.

Foram improdutivas, nesse item, as questões: 226. PEGA-PEGA “E de uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas antes que alcance um ponto combinado?”; 227. CHICOTE-QUEIMADO “E de uma brincadeira em que as crianças ficam em roda, enquanto uma outra vai passando com alguma coisa na mão e deixa essa coisa cair atrás de uma delas e ela pega essa coisa e sai correndo?”; 228. GANGORRA “E aquela que tem uma tábua apoiada no meio, e nas pontas sentam-se duas crianças e quando uma sobe, a outra desce? (Mímica).” Com o auxílio de imagens, talvez se tornassem produtivas.

Ainda no tópico sobre vida social, a questão 232. “Quais as festas mais comemoradas aqui? Como são feitas?” foi muito útil para que obtivéssemos informações a respeito da comunidade, mas não gerou carta linguística.

Em 1.8, sobre expressões populares, foram improdutivas as questões 238, ESPINHELA ARRIADA. “Qual o termo usado para indicar que uma pessoa deslocou isso aqui (Apontar) e isso caiu sobre o estômago?” e 239, FICAR BOCÓ. “Como se chama a pessoa que não consegue vencer uma aposta?”

No tópico 2, Atividade de produção, as questões de 252 a 266 que se referem ao cultivo da juta, foram improdutivas, visto que esse tipo de cultura é próprio de terrenos de várzea, diferente dos tipos de terreno onde residem os informantes desta pesquisa.

Das questões relativas ao cultivo da mandioca, no tópico 2, ficou sem resposta a questão 290. TAPIRITI. “E do rolete de massa de mandioca que sai do tipiti?”

Entre as questões referentes à caça e pesca, não gerou cartas a questão 292 “Que tipos de instrumentos se usam para pescar?”, que à maneira das questões 055, 073 e 074

serviu para introduzir um novo assunto, novo tópico. Suas respostas serão utilizadas em futuros trabalhos.

Também foram infrutíferas neste item, as questões: 293. ANDAIME. “Como se chama o toro de madeira onde o pescador aguarda o peixe para arpoá-lo?”; a 305, FEITORIA “Nome do lugar onde se salgam os peixes à margem de um rio ou lago?”; a 306, FLECHADOR. “Nome daquele que fica horas à espera para conseguir apanhar tartaruga, tracajá e outros animais de casco?”; a 309, LEVAR O ANZOL. “E a maneira do peixe morder o anzol e correr com ele?” e a 312, PINAUAUACA, “Nome do peixe que serve para pescar o tucunaré, que tem as barbatanas vermelhas?”.

Do último tópico, do questionário também não foi utilizada para geração de carta linguística a questão 316. “Quais os tipos de embarcação que vocês têm por aqui?” por estar entre o gênero das 055, 073, 074 e 292. Serviram para introdução de novos assuntos e servirão em futuros trabalhos.

Desse tópico, mostraram-se improdutivas as questões 317, BANCO DE VELA. “E do banco do meio de uma canoa? E o nome do banco que fica em frente ao banco de popa?”; 319. CANOA MANEIRA. “E de uma canoa levíssima, pouco larga, mas alongada?”.

A questão de número 322. GARERA “Canoa abandonada que serve de depósito onde se guarda a massa de mandioca que sai do tipiti.” Não gerou carta porque observamos que as respostas eram as mesmas da questão 282 e será discutido na breve análise do vocabulário coletado.

As repostas à questão 330, “Com que tipo de embarcação vocês costumam pescar?” também deverão ser utilizadas em trabalhos posteriores.

#### 4.4 TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

A transposição dos textos coletados e arquivados através de gravador portátil marca SONY IC RECORDER ICD-PX312 em forma de ondas sonoras para a substância gráfica em razão da proposta deste estudo foi realizada com base na chave de transcrição “Dante Luchesi” disponível em <http://www.vertentes.ufba.br>.

Essa proposta de chave de transcrição opta pela transcrição ortográfica em detrimento da fonética e tem orientado os trabalhos de transcrição dos inquéritos realizados no âmbito do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, que, em sua primeira etapa, focalizou comunidades rurais afro-brasileiras.

Nesse trabalho, o critério básico é o de se registrarem os fatos lingüísticos que se observam na fala do informante e que constituem marcas específicas do seu dialeto, tanto no nível fônico, quanto no morfossintático.

No entanto, como os objetivos deste trabalho não alcançam o nível morfossintático. Seguimos apenas as indicações de critérios relacionados aos fatos fônicos, que são capazes de influir na variação do léxico. A chave de transcrição encontra-se na íntegra no anexo deste trabalho.

#### 4.5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados durante as atividades de pesquisa de campo foram gravados através de gravador portátil SONY IC RECORDER ICD-PX312 e transcritos ortograficamente segundo as indicações da chave de transcrição “Dante Luchesi”.

Sendo esses dados coletados a partir de questionário semântico-lexical, sob a orientação e método da dialetologia, encontram-se em forma de cartas lingüísticas de ordem onomasiológica onde o conceito é o ponto de partida.

As cartas lingüísticas foram criadas com auxílio do programa de computador *Microsoft PowerPoint 2010*, *Microsoft Publisher 2010* e *corel DRAW X6* a partir do *design* de Ênio Lincon Oliveira Barbosa, através desse *design* foram geradas todas as demais cartas. Os gráficos foram gerados no programa de computador *Microsoft Excel* pela própria pesquisadora.

O conjunto de cartas é composto de duas cartas introdutórias: a primeira mostra a posição das comunidades investigadas em relação à sede do município, ao rio Andirá e ao rio Matupiri; a segunda mostra os polígonos das comunidades traçados no programa de computador *Google Earth* pelo senhor Adjalma Nogueira, supervisor de disseminação de informações do IBGE no Amazonas. As cartas subsequentes são as semântico-lexicais numeradas de 001 a 272.

Essas cartas estão constituídas de:

1. Um mapa do município de Barreirinha;
2. Uma escala gráfica;
3. Os dados em tabelas coloridas onde a tonalidade, mais intensa ou menos intensa da cor azul indicam faixa etária dos informantes masculinos, da mesma forma que as tonalidades da cor vermelha indicam a faixa etária do gênero feminino;

4. Uma legenda explicativa dessas tabelas e dos símbolos utilizados nas mesmas;
5. Três gráficos gerados no *Microsoft Excel 2010*. O primeiro deles mostra as variantes lexicais usadas para expressão do conceito e a porcentagem de ocorrência de cada variante. Há casos em que os informantes utilizam mais de um termo para expressão de um conceito. Nessas situações, aparece no gráfico apenas a primeira lexia. As demais lexias aparecem apenas na tabela. O segundo gráfico demonstra a porcentagem de informantes masculinos ou femininos que utilizaram as variantes apresentadas no primeiro gráfico. O terceiro gráfico indica a porcentagem relacionada à faixa etária dos informantes e as variantes exibidas no primeiro gráfico.

Os símbolos apresentados a seguir, indicam também a frequência com que cada variante ocorre para expressão de um conceito. Assim, primeira forma indica que a variante representada por ela foi a que ocorreu com mais frequência, a segunda forma indica que a variante ocupou o segundo lugar em ocorrência e assim sucessivamente.



**Tab. 4- Símbolos representantes das lexias nas legendas das cartas linguísticas**

## 5. ESTUDO DOS DADOS

As palavras descritas neste capítulo são algumas das variantes coletadas através do questionário semântico-lexical aplicado aos comunitários de São Pedro, Santa Tereza de Matupiri e Boa Fé, autorreconhecidos como quilombolas. Brasileiros, como a maioria, formados a partir da miscigenação de etnias diversas, conforme se depreende da fala de um dos comunitários:

“... eu não vi meu avô, nem minha avó. Só sei que o meu avô, o pai dele era África mesmo, africano puro. [...] meu avô agarrô com uma portuguesa, né... Nós já fomos cruzados, meu pai casou com gente daqui mesmo, acho que é índio. Fiquemos tudo com o sangue cruzado”. (M.C.R.)

Uma das diferenças entre as comunidades investigadas e a maioria das outras comunidades rurais, espalhadas pelo país afora é que seus integrantes se mantiveram unidos. O povoado foi crescendo pelos casamentos e união com pessoas da vizinhança e pela reprodução, mas manteve-se nas proximidades do lugar onde os seus pioneiros, há muitos anos, chegaram e fixaram residência. O antigo povoado se transformou em comunidades com centenas de pessoas que tem em comum alguma relação histórica com esses pioneiros–africanos– segundo testemunho de grande parte dos investigados.

Estes quilombolas, amazônidas, brasileiros têm sua cultura, sua visão de mundo e sua língua da mesma forma que qualquer grupo humano. Únicos em alguns aspectos, nem tanto em outros, completamente iguais em outros.

Seu sistema linguístico não é o mesmo de outras comunidades amazônidas e muito menos será igual ao do restante das comunidades brasileiras. Da mesma forma que não é estranho nem alheio em sua comparação com outros falares quilombolas, amazônidas e brasileiros.

Uma língua, um dialeto, um sistema linguístico representa a cultura, a história a filosofia de vida e visão de mundo de seu povo. A identidade desse povo está registrada no seu léxico.

Um mergulho em uma amostra por mínima que possa parecer requisito necessário para **compreensão** e entedimento da dinâmica, característica, fenômenos que compõem a língua. Afinal para conhecer a língua, devemos consultar a língua.

As palavras comentadas neste capítulo foram selecionadas dentre as várias que compõem esta pesquisa. Serão apresentadas e discutidas as lexias que chamaram atenção pela origem ou possível origem etimológica, pela produtividade e principalmente pela comparação com os resultados obtidos pelo Atlas Linguístico do Amazonas– ALAM.

## 5.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O LÉXICO COLETADO

Para a descrição e discussão das lexias foram utilizados Bueno (1963), Cunha (1986), Ferreira (2004), Grenand; Ferreira (1989), Houaiss (2001), Houaiss (2007), Lopes (2006), Mello (2003), Silva P. I. (1945) e Yaguarê Yamã (informação oral). Abaixo, estão os 53 itens que chamaram atenção pela produtividade, origem e principalmente pela comparação com os dados do ALAM.

### **Igarapé**

Etimologia: Segundo Yaguarê Yamã<sup>10</sup> (informação oral), o termo é de origem tupi através do nheengatu, *ygara* “canoa” e *apé*, “caminho”. Para Houaiss (2007), *ïara'pe* 'pequena corrente de água entre ilhas ou trechos de um rio' (<*i'ara* 'canoa' + *pe* 'caminho').

Conceito: Pequenas ou estreitas correntes de águas navegáveis por pequenas embarcações fluviais. Na geografia, pertence aos termos hidrográficos amazônicos. Essa lexia tem seus primeiros registros, segundo Houaiss, em (cerca de) 1753 *iguarapé*, 1763 *garapé*, 1767 *guarapés* e mantém-se como termo predileto para expressão desse conceito até os dias atuais pelos falantes amazonenses como se pode constatar pelo ALAM, 2004 e também pelos dados do presente estudo.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: *igarapé*, rio estreito e **cabeceira**, esta última apresenta variação fonética de monotongação, **cabecera** nesta pesquisa.

Outras variantes lexicais para o conceito: canal, furo e estreito.

### **Cova**

Etimologia: O termo, segundo Bueno (1963), vem do latim vulgar *cõva* do adjetivo *cõvus*, variação de *cavus* “oco”.

Conceito: Buraco cavado na terra para o plantio da juta e da mandioca.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: *cova* e *manicuja*

Este último é um termo, como se pode observar nos dois trabalhos, de largo uso no Estado que possui também, segundo Houaiss (2004), origem tupi, *maniku'ya*, com elemento inicial *ma'ndi* 'maniva'.

---

<sup>10</sup> Estudioso e pesquisador do assunto, formado em Geografia pela Universidade de Santo Amaro. Foi aluno do curso de Tupi Antigo ministrado pelo tupinólogo brasileiro Eduardo Navarro na Universidade de São Paulo - USP, considerado um ícone da temática tupi, no Brasil (Informação oral).

### **Redemoinho** (do vento)

Etimologia: Segundo Ferreira (2004), redemoinho tem influência de “roda” que é do latim *rota*.

Conceito: Movimento giratório no vento; movimentação do vento em espiral que levanta poeira, folhas e outras coisas leves.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: redemoinho (na primeira pesquisa), remoinho (na segunda).

Outras variantes lexicais para o conceito: corrupio. O uso da palavra corrupio empregada para exprimir o conceito em questão configura um caso de polissemia. Houaiss (2007) dá ao termo, entre outras, a seguinte significação: “cada uma das diversas brincadeiras populares em que os participantes, especialmente crianças, rodopiam ou fazem girar alguém ou algo.” Ao investigar-se sobre o assunto, descobriu-se ter havido na região um brinquedo antigo que consistia em amarrar um pedaço de cuia, (fruto da cuiera) em um fio e fazê-lo girar segurando as duas pontas do fio, cada uma em uma das mãos. A brincadeira se dá mais ou menos como um ioiô. A diferença é que com o ioiô a brincadeira se dá na vertical e com o corrupio na horizontal.

“A principal condição para se rotular uma lexia como polissêmica é haver relação entre os significados através de coincidências de traços semânticos (semas).” (FERREIRA e CARDOSO, 1994. p. 79). A ação giratória que se dá no remoinho ou redemoinho está presente no corrupio (brincadeira) e leva o falante a estabelecer a relação semântica entre o fenômeno e o brinquedo.

Segundo Cunha (1986), corrupio é deverbais de corrupiar, que é derivada do termo *correr*. E este, do latim *currere*. (FERREIRA, 2004).

### **Raio**

Etimologia: Do latim, radium (BUENO, 1963 p.3345).

Conceito: Descarga elétrica entre uma nuvem e o solo, acompanhada de relâmpago e trovão.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: **Raio, corisco**, derivação regressiva decoriscar, mesmo que “brilhar como corisco”, “faiscar, relampejar”, do latim *coruscãre*. (CUNHA, 1986 p.217). Para Bueno, (1963 p. 820), corisco “faísca elétrica, raio, relâmpago” vem do latim *coriscus*.

Outras variantes lexicais para o conceito nesta pesquisa: fâisca, relâmpago e saraiva.

### **Arco-íris**

Etimologia: Do latim *arcu* + o mitônimo *Íris* (a mensageira da deusa Juno), que vinha do Céu caminhando por este arco. (FERREIRA, 2004)

Conceito: “Fenômeno resultante da dispersão de luz solar em gotículas de água suspensas na atmosfera, e que é observado como um conjunto de arcos de circunferência coloridos com as cores do espectro solar” (FERREIRA, 2004).

Variante coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: arco-íris, termo utilizado generalizadamente no Estado do Amazonas. Como indica a unanimidade das respostas coletadas no primeiro trabalho.

Outras variantes lexicais para o conceito: A aplicação da mesma pergunta aos comunitários das três localidades quilombolas investigadas registrou além da variante que se consolidou como padrão na língua portuguesa falada no Brasil apenas uma forma divergente, a lexia **Arco da aliança**, empregada por dois dos dezoito informantes, da terceira faixa etária. Essa forma se encontra presente também em atlas linguísticos como o APFB, EALMG (FERREIRA e CARDOSO, 1994. p. 78), o ALPR (FERREIRA e CARDOSO, 1999). No ALECE, foi encontrada a variante “**arca** da aliança” (SÁ, 2011).

Ambos os nomes, arco-íris e arco da aliança, tem relação com relatos considerados mitológicos pelo racionalismo científico.

O primeiro tem relação com a mitologia greco-romana, onde Íris, personagem alado que se recobria com um xale de sete cores identificado com o próprio arco-íris era mensageira de Juno, deusa representada por um pavão, sua ave preferida.

Em relação ao segundo, Ferreira/Cardoso (1994, p. 78), ao se reportarem aos nomes arco-da-velha e arco-da-aliança presentes em alguns dicionários, onde se dá como possível explicação “o fato de, após o dilúvio, ter aparecido diante de Noé, o arco-íris indicando o fim das chuvas” considera procedentes as explicações.

Para as pesquisadoras, a explicação é procedente, pois se costuma fazer relação entre a religião, fenômenos da natureza e corpos celestes. Assim, é possível que os nomes **arco-da-aliança** tenha se originado da expressão arco da aliança (com Deus) e **arco-da-velha** da expressão arco da velha (lei) e pode-se acrescentar ou conjecturar: arco da velha aliança com Deus.

Essas são referências ao texto,

[...] convosco estabeleço a minha aliança, que não será mais destruída toda a carne pelas águas do dilúvio, e que não haverá mais dilúvio, para destruir a terra. E disse Deus: Este é o sinal da aliança que ponho entre mim e vós, e entre toda a alma vivente, que está convosco, por gerações eternas. O meu arco tenho posto nas nuvens; este será por sinal da **aliança** [grifo nosso] entre mim e a terra. (BÍBLIA SAGRADA, 2010)

Historicamente, o homem tem relacionado fenômenos e corpos celestes à religião como é o caso, por exemplo, da adoração ao sol por civilizações antigas do Egito, Grécia, Rom etc. O nome do primeiro dia da semana, em inglês, *Sunday* (*sun* ‘sol’ + *day* ‘dia’ = dia do sol) é uma prova dessa adoração e relação.

Outro dado interessante é encontrado no blog Pós-Graduação Letras UFBA. Nessa página, há uma nota sobre um trabalho intitulado: “Estudo do léxico: uma visão do arco-íris nas capitais brasileiras com base nos dados do Projeto ALiB”. Na nota, a autora do estudo, Kassia Nascimento Correia declara:

A partir de 200 inquéritos do Projeto ALiB, realizados nas 25 capitais que integram a rede de pontos — todas as capitais de estado do Brasil, com exceção de Brasília e Palmas — pôde-se constatar que, de referência a este item o índice de variação foi mínimo, a forma arco-íris ocorreu em todos os pontos e foi anotada a todos os informantes, verificando-se em apenas quatro deles o registro de outras formas, sempre como segunda resposta e após inquiridos se conheciam outras denominações[...]Esse resultado distingue-se daqueles que se apresentam nos atlas regionais publicados — Atlas Lingüístico de Sergipe, Atlas Prévio dos Falares Baianos, Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais, Atlas Lingüístico do Paraná e Atlas Lingüístico da Paraíba, cuja diversidade de uso abarca um amplo rol de denominações. (<http://posletrasufba.blogspot.com.br/2007/10/estudo-do-lxico-uma-viso-do-arco-ris.html>)

As denominações mencionadas acima podem ser lidas em um quadro a seguir preparado por FERREIRA; CARDOSO, (1999).

Formas	Paraíba(25)	Sergipe(15)	Bahia(50)	M.G.(116)	Paraná(65)
arco	01				
arco-celeste	24	3	18		
arco-da-aliança			06	03	08
arco-da-velha		02	14	57	44
arco-de-boi		01	01		
arco de celeste			01		
arco-de-velho		04	08		9*
arco-do-celeste		01			
arco inselente		02			
arco-íris	17	13	43	89	64
as barras	04				
as torres	02				
barra de nuvem			02		
cu-de-boi	01				
mãe d'água				01	
navio				01	
olho-de-boi	08	01	02	01	
os véus	01				
os viciras	01				
rabo-de-galo				05	
rabo-de-pavão				01	

Tab. 5 - Formas para designar *arco-íris* no Brasil (apartir dos atlas publicados)

Embora não seja o objetivo fazer um estudo aprofundado deste assunto, a reprodução deste quadro permite que se visualize a generalização e predileção do termo arco-íris sobre as outras formas de nomear o fenômeno. Formas que segundo Kássia Correia, estão circunscritas à zona rural, onde a escola e a mídia globalizada são menos presentes.

### Vitória-régia

Etimologia: Do antropônimo *Vitória* + o feminino de *régio*. O nome foi dado pelos ingleses que a tornaram conhecida, em homenagem à rainha Vitória, que ocupou o trono na Inglaterra por mais de 60 anos.

Conceito: Planta aquática da família das ninfeáceas, nativa da América do Sul, de rizoma vertical, folhas planas formando um disco circular de quase 2 metros de diâmetro. (HOUAISS, 2007).

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: vitória-régia, mururu (grande).

Outras variantes lexicais para o conceito: chapéu-de-boto, forno-de-cobra grande e arraiacaá. Todos esses nomes são motivados pela forma circular da grande folha da planta que fica sobre a superfície da água. O nome **chapéu-de-boto** talvez seja uma

referência ao formato de chapéu usado pelo boto, na lenda em que este se transforma em homem para seduzir donzelas; o termo **forno** no nome **forno-de-cobra** refere-se à forma geométrica de um forno em que se torra farinha de mandioca; e o nome **arraiacá** é motivado pelo formato de uma arraia, “designação comum aos peixes elasmobrânquios da ordem dos rajiformes, que geralmente possuem corpo discoidal” (HOUAISS, 2007), isto é, achatado e arredondado. Assim, Arraia + *kaá* (do tupi) “vegetal, folha, planta” = **arraiacá** “planta semelhante ou na forma de uma arraia”.

## **Nuca**

Etimologia: Do árabe *nuqra(t)*, “a medula espinhal”, pelo baixo latim *nucha*. (Ferreira, 2004).

Conceito: Região ínfero-posterior da cabeça que corresponde à vértebra cervical denominada *atlas*. Houaiss (2007). Região do corpo humano que compreende as partes moles que se dispõem posteriormente ao setor cervical da coluna vertebral (FERREIRA, 2004).

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: nuca, cangote, pescoço.

O termo **cangote** bastante usado pelos informantes nas duas pesquisas, é variante de cogote, que tem seu primeiro registro datado de 1712, (HOUAISS, 2004). Para Ferreira (2004), tem origem espanhola.

No entanto, há controvérsias.

Schneider afirma origem bantu: ‘cf. [sic] *en-goti* e outras palavras significando pescoço’. Segundo ele, M. Guthrie em *Comparative Bantu* (Londres Gregg Press, 1967) lista o vocábulo *en-goti*, pescoço, do cuanhama, língua do sudoeste de Angola. Preferimos então a enunciação da etimologia: de étimo banto, através do espanhol *cogote*. (LOPES, 2006, p.82)

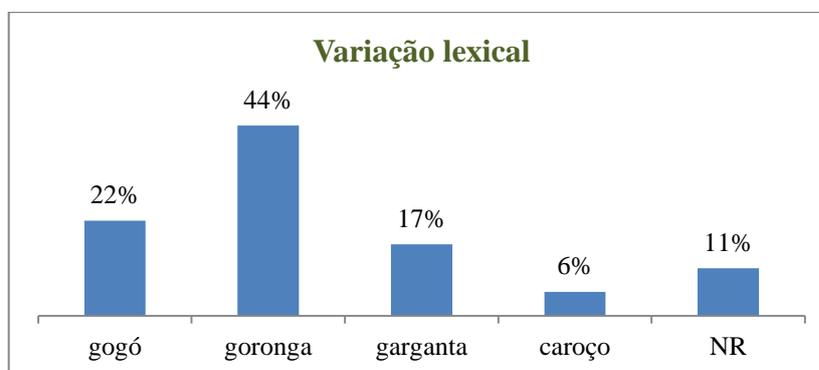
Outra variante lexical do conceito: armação.

## **Pomo-de-adão**

Etimologia: Do latim *pomu* = árvore frutífera (fruto) + de + o antropônimo Adão do latim *Adam*. O nome pomo-de-adão faz referência ao episódio relatado na Bíblia em que Adão desobedece e come o fruto proibido por Deus. A saliência ou proeminência laríngea seria no imaginário popular (não bíblico) consequência ou herança do fruto que ficou engasgado na garganta desse personagem.

Conceito: Saliência da cartilagem tireoide (FERREIRA, 2004); parte alta do pescoço masculino.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: gogó, garganta e goronga. No primeiro trabalho, foram predominantes gogó e garganta. No segundo, como se pode observar, no gráfico abaixo, a lexia mais utilizada para nomear a parte anatômica masculina foi a forma: goronga.



**Gráfico 1- Variação lexical do conceito “pomo-de-adão”**

Essa forma não se encontra dicionarizada. Entretanto, Ferreira (2004), Houaiss, (2007) e Lopes (2006) apresentam a forma “gurunga”, que por sua vez seria variação de “ingurunga”, ao qual atribuem o significado: “Terreno acidentado em demasia, com subidas e descidas íngremes; gurunga, gurungumba.”.

Ferreira atribui ao termo origem indígena. Houaiss apresenta a datação de 1899 e considera para o termo a origem etimológica quíoco *ngulunga*: baixa ou depressão de terreno comum em nascentes de rio.

É possível que por um processo de analogia entre “(in) gurunga”, elevações em terrenos acidentados, e a protuberância existente na região do pescoço masculino, haja o falante passado a nomear da mesma forma a saliência ou proeminência laríngea visível nos homens.

A transformação de **gurunga** em **goronga** pode ser entendida pelo processo do “abaixamento”. Fenômeno linguístico em que se substitui foneticamente uma vogal alta, a julgar pela altura ocupada pelo corpo da língua no momento da articulação do segmento vocálico (CRISTÓFARO, 2010), por vogal média-alta e média-baixa (neste caso específico).

Na comunidade de fala, em questão, não se percebeu o fenômeno do alteamento ou alçamento da vogal tônica, fenômeno inverso do abaixamento. Esse fenômeno ocorre, por exemplo, ao se substituir a forma *popa* [ˈpopə] pela forma *pupa* [ˈpupə]. Embora seja esta seja uma realização linguística existente, ao que parece, está em vias

de extinção como sugerem Cruz, (2004) e Melo (2010) na região do Baixo-Amazonas, onde se localizam as comunidades investigadas. A inexistência do fenômeno na localidade pode indicar que tal prática seja considerada errônea pela comunidade de fala e dessa forma haja entendido que a forma mais correta para o termo em lugar de gurunga seria a forma **goronga**.

Labov (2008 p.155) denomina esse fenômeno linguístico, em que o falante vai além do grupo de status mais elevado em sua tendência a usar as formas consideradas corretas e apropriadas para estilos formais, fenômeno de hipercorreção.

Assim pode ser que pelo fenômeno de hipercorreção via processo de abaixamento haja o termo gurunga [gu<sup>1</sup>rũgə] se transformado em goronga [gɔ<sup>1</sup>rõgə].

Também não foi observado como fenômeno linguístico recorrente, o abaixamento, salvo raríssimas vezes, como ocorreu com a informante F3ST ao pronunciar a lexia “furo” como [foru]. Porém o fato de esta ocorrência ter sido observada apenas em pessoas de terceira faixa etária, sem escolaridade pode ser indício de que tal uso tenha sido mais presente vindo depois a cair em desuso.

O termo goronga também ocorreu no ALAM, mas apenas em um dos informantes do município de Barcelos.

### **Axila**

Etimologia: Do lat. *axilla*.

Conceito: Cavidade na parte inferior da junção entre braço e ombro.

Outras variantes para o conceito: **suvaco**, origem desconhecida. **Cuvaco**, variante de suvaco. **Cutico** – Forma amazônica de *kutyku* (axila). Palavra de origem nheengatu e que significa axila.

### **Rótula**

Etimologia: Do latim *rotula*, “rodinha”.

Conceito: Osso pequeno e triangular, localizado anteriormente à articulação do joelho que se articula com o fêmur.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: rótula, com variação fonética **rótulo** e **rótu**, na segunda pesquisa, que talvez denotem esvaziamento do sentido da palavra rótula como diminutivo de roda.

No segundo trabalho, os mais usados são pratinho (do joelho) e prato pela forma redonda que geralmente possui esse utensílio doméstico.

Tanto este nome quanto os outros surgidos nas duas pesquisas aqui comparadas são nomes motivados por sua aparente forma circular.

### **Dentes caninos**

Etimologia: Do latim *caninu*.

Conceito: Tipo de dente que compõe a arcada de humanos e de alguns animais. Possui a forma de cone e sua função é a de perfurar os alimentos, é, geralmente, o mais pontiagudo e comprido dos dentes.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: **presa**. Segundo Ferreira, (2004) vem do étimo latino *presa*. Outro termo coincidente foi o nome **macaco** e variações que foram mencionados pelos informantes para nomear esse tipo de dente. No ALAM, surge a variante **macacão**. Nas comunidades quilombolas, foram usadas as variantes; **macaco** e **macaquinho**. Não encontramos explicação para essa denominação. No entanto, o termo enquanto denominação de primata, símio e outros conceitos é proveniente do quinguana *makako* 'pequeno símio'. Segundo Lopes (2006) “Raimundo e Bernal (1987: 107) dão o lingala *makako*. Q. V. tb o quicongo do oeste (vili ou cabinda) *makakupl*. de *kaku*, *kaaku*”.

### **Dente do siso**

Etimologia: Do latim, *sénsus*, *us* 'sentido', pelo arcaico *seso*, que teria sofrido metáfora. Significando: boa capacidade de avaliação, bom senso; juízo, tino (HOUAISS, 2007).

Conceito: Dente localizado nas extremidades das arcadas dentárias. É o terceiro molar da sequência, geralmente nasce quando os jovens estão passando por uma fase de mudanças entre a infância/adolescência e a vida adulta, daí o nome. Duas ocorrências no ALAM e nenhuma entre os quilombolas.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: (dente do) queixal com variação fonética de monotongação do ditongo /ei/ ocorrida no segundo trabalho.

Outras variantes lexicais: dente de leite, caçulo.

### **Molares**

Etimologia: Do latim *molare*, de moinho.

Conceito: Dentes cuja principal função é a de moer, triturar os alimentos.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: Queixal, com variação morfológica no primeiro trabalho (queixais) e fonética de monotongação no último trabalho (quexal).

Outras variantes lexicais: dente de leite, dentes menores e macaca.

### **Desdentado**

Etimologia: De des- + dentado

Conceito: Que ou quem não possui alguns ou todos os dentes.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: desdentado, sem-dentee **banguelo**. Houaiss apresenta a datação de 1899 para esse termo ao qual considera regionalismo do Brasil. Para Ferreira, (2004), vem do topônimo *Benguela* (Angola).

“É uma referência a São Felipe de Benguela, em Angola, grande porto expotador de escravaria para o Brasil (...) Muitos escravos vindos dali não tinham dentes da frente [...] o costume de arrancar ou limar os incisivos não era peculiar apenas aos grupos ao redor de Benguela (...) ali era um centro de concentração, depósito de pretos arrancados aos sertões, de origens e etnias incontáveis. A passagem por Benguela dava-lhes o sobrenome preto Benguela (...) A ausência dos dentes transmitiu mais esse nome [...]” (Câmara Cascudo, *Made in África, Civilização Brasileira*, 1965, p. 165). Possível, entretanto, é que a circunstância do aspecto dentário já venha com o grupo étnico que deu nome ao lugar. Veja-se [...] *bangadente* canino e *mpanguela*, “dente cienzelado conforme o costume baongo”(Laman) [...]. Veja-se, finalmente, que o habito de limar os dentes incisivos superiores em triângulo é um costume típico dos ganguelas (Cf. Serpa Pinto, s.d., 176,177) (LOPES, 2006, p.38)

Outras variantes para o conceito: desdentado, sem dente, boca-mole.

### **Fanhoso**

Etimologia: De *fanha* (regionalismo do sul do Brasil e Portugal) + *-oso*. (FERREIRA, 2004) e (HOUAISS, 2007).

Conceito: Diz-se da pessoa que tem voz anasalada.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: fanhoso e fom-fom

**Fom-fom** é um termo não dicionarizado. Houaiss (2004) traz o verbete com a grafia **fon** “do dialeto do Ewe, da família nigero-congolesa de línguas africanas, falado por eles.”.

Ferreira (2004) apresenta o verbete **fom** com essa mesma acepção e acrescenta ainda: “Etnôn. Indivíduo dos fons, grupo do Centro-Sul da República do Benim (África); efã.” (Op. Cit.).

Para o verbete **fon**, Ferreira (2004) apresenta ainda a etimologia: Do grego, *phoné*, ‘som’.

### **Caolho**

Etimologia: Híbrido do português *olho* com aposição do prefixo diminutivo quimbundo *ka*, “pequeno”. (FERREIRA, 2004), (LOPES, 2006).

Conceito: Pessoa que só enxerga com um olho; cego de um olho.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: **caolho**, **cego (de um lado)** e **cegueré**. Este último lexia, não dicionarizada. É, aparentemente, formada pelo adjetivo *cego* + elemento sufixal *eré*. No entanto, este é inexistente na língua portuguesa. Silva P. I. (1945) apresenta a forma *erê* de etimologia tupi, “sim, bem, está bem”. Houaiss e Ferreira apresentam dois sentidos coincidentes para *erê*: 1. ente espiritual (religiosidade africana); 2. Interjeição empregada por indígenas e caboclos que exprime espanto, surpresa, alegria ou troça. Houaiss apresenta ainda o étimo iorubá *ere* “jogo, brincadeira”.

É possível que o termo **cegueré** seja híbrido de *cego*, do latim *caecu* + *ere* do tupi denotando troça, pilhéria.

Outras variantes lexicais para o conceito: Vesgueta, vesgo, farta de vista.

### **Terçol**

Etimologia: De origem controversa, segundo Aurelio,(2004).

Conceito: Pequeno abscesso na borda das pálpebras fazendo-a ficar vermelha e inchada; hordéolo.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: **terçol**, **treçol** e **treiçol**. No segundo trabalho, a forma predominante é **treçol**. Provavelmente o fenômeno de hipercorreção tenha provocado a mudança de **terçol** para **treçol**.

Outras variantes para o conceito: **treçor**, **estreçol**.

### **Soluço**

Etimologia: Do latim *sugglutiu* latim clássico *singultus*, alterado por influência de *gluttire*,” deglutir” (FERREIRA, 2004).

Conceito: Segundo Varela<sup>11</sup>, o soluço é provocado por um espasmo do diafragma, um músculo que separa o tórax do abdômen e está diretamente relacionado com a respiração. Esse espasmo é acompanhado simultaneamente pelo fechamento da glote, o que prejudica a passagem de ar para os pulmões e produz um som típico, característico.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: soluço com variações de ordem fonética: saluço e solucio.

### **Cataraca**

Etimologia: Ferreira (2004) considera comobrasileirismo, o nome **cataraca** popularmente usado para designar a secreção nasal ressequida. Lopes, (2006), considera que seja proveniente do quicongo *katalala*, “secar, endurecer”.

Conceito: Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: meleca e bostela. Neste estudo, registrou-se para o conceito, predominantemente a variante lexical **bostela**, pronunciada “bustela”, cuja etimologia Houaiss (2001) e Ferreira (2004) consideram ser do latim vulgar *pustella*, “crosta de ferida, suja de mau aspecto”.

O nome cataraca embora tenha sido predominante na primeira pesquisa não foi encontrado na segunda.

Outras variantes para o conceito nesta pesquisa: meleca, sujura.

### **Perneta**

Etimologia: Do latim *Perna* + *eta* (FERREIRA, 2004).

Conceito: Que ou aquele que não tem uma perna ou que apresenta algum defeito físico em uma das pernas.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: Só uma perna, deficiente e **aleijado**, esta última com variação fonética de monotongação do encontro vocálico /ei/, **alejado**.

Etimologia de **aleijado**: De *a-* + latim (hipoteticamente) *laesiare*, por *laesionare*, ‘provocar lesão’; ou de *aleij(ão)* + *-ado*. (FERREIRA, 2004)

Outras variantes para o conceito nesta pesquisa: sem-perna e maneta.

---

<sup>1111</sup> (<http://drauziovarella.com.br/clinica-geral/soluco-2/>)

## **Cambota**

Etimologia: Do céltico (hipoteticamente) *kambos*, “curvo”. (FERREIRA, 2004). Ou talvez do quimbundo *kambuta*, “pequeno, pessoa baixa e gorda” (LOPES, 2006). Cronologicamente, pode-se dizer que há mais probabilidade de que o termo tenha vindo do quimbundo que da língua dos celtas. Segundo Houaiss (2007), é regionalismo do Maranhão e Rio Grande do Sul, mesmo que **cambaio** ('de pernas tortas', 'coxo'). É importante ressaltar que as regiões do Maranhão e Rio Grande do Sul foram grandes receptoras da importação africana. Assim, *cambota* variante de *cambaio* provavelmente tenha origem em alguma das línguas africanas.

Conceito: Que ou quem tem pernas tortas, pessoa que tem as pernas arqueadas, curvas para os lados.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: *cambota*, *perna torta* e *perna de alicate*.

Outras variantes lexicais para o conceito: *perna de compasso* e **perna-de-cuiapéua**, nome motivado pelo formato curvo ou arqueado que tem esse utensílio.

De acordo com Yaguarê Yamã (informação oral), o nome *cuiapéua* vem do tupi *kuia* “recipiente ovoide feito do fruto da cuiera” + *pewa* “chato, raso” do nheengatu, proveniente do tupi *peba* com o mesmo sentido.

A *cuiapéua* é um instrumento usado para mexer a farinha de mandioca no momento em que está no forno.

## **Cecê**

Etimologia: Regionalismo do Brasil. Provavelmente da sigla **CC** (cheiro de corpo), popularizada, no início da década de 1940 (HOUAISS, 2007).

Conceito: Fedor de suor, em geral proveniente das axilas.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: **catinga**, **cecê** e **inhaca**.

A etimologia de **catinga** é controversa.

[...] Para nós, o étimo é banto. Q v.[sic] o quicongo *katinga* “cheiro repugnante de louça mal lavada ou reveladora de mal asseio (Maia, 1964: 114); e o umbundo *okatinga* “mau cheiro do corpo de alguns negros” (no texto racista de Guennec & Valente), que não pode ser considerado brasileirismo já que deriva de *tingu*, repulsa rejeição repúdio (Alves, 1951). (LOPES, 2006 p. 73).

A terceira lexia, **Inhaca**, é “segundo Nascentes, do tupi *yakwa* 'odoroso'; cp. *iaca* e f.afer. *3aca* [sic]” (HOUAISS, 2007).

Outras variantes do conceito: “Chero” de porco, pixé de porco. **Pixé**, do tupi “cheiro forte, pitiú” (GRENAND/FERREIRA, 1989, p.144).

### **Cunhantã**

Etimologia: Do tupi *kunhã* “mulher” (Yaguarê Yamã, 2012). No nheengatu, [*kuyãtãy*, *Kuyã*, ‘mulher’ + *tãy* de *taina*, ‘criança’] (GRENAND/FERREIRA, 1989, p. 86).

Conceito: Criança ou adolescente do sexo feminino.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: garota, menina, cunhantã. Este último termo bem frequente nos dois trabalhos apresentou variações fonéticas na segunda pesquisa: **cunhantãe**, **cuiantãe**.

Outras variações do conceito: garota/ (inha), menina.

### **Mingau de caridade**

Etimologia: Mingau, do tupi + de + caridade, do latim *caritate*.

Conceito: Mingau, espécie de papa de farinha fina de mandioca. Geralmente, servida a enfermos, talvez seja esta a razão para a palavra caridade.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: (Mingau de) caridade e **caribé**. Este último termo tem origem na língua Nheengatu, *karibé*, o mesmo que “xibé” (GRENAND/FERREIRA, 1989 p. 71).

Outras variações lexicais do conceito: mingau de farinha, **carimã** (do tupi); **seguro-de-vida** e **reforço**. Os dois últimos nomes são motivados pela crença de que a farinha de mandioca e, especialmente, esse tipo de mingau tem o efeito de produzir vigor e força ou renovar a força e a vitalidade de quem o consome.

### **Moqueado / Moquear**

Etimologia: Do nheengatu, *mukã*, *ce* “moquear, defumar”.

(GRENAND/FERREIRA, 1989)

Conceito: Processo que consiste em assar o peixe só pelo lado de fora, no pau-de-moqué, galho de árvore ou arbusto, recém-cortado do vegetal ainda vivo, usado como grelha. A técnica é utilizada quando se quer principalmente conservar o peixe para ser usado mais tarde na alimentação ou para cozinhá-lo em água antes de servi-lo como refeição.

Variantes coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: mal assado, (quase) cru e moqueado.

Outras variantes lexicais para o termo: **mixirae muxira**, de origem tupi “carne frita” (SILVA, 1945), **chamuscar** que juntamente com **moquear** e **sabrecar** apresentaram a variação fonética de apagamento do R final, fenômeno muito frequente nessas comunidades.

### **Bêbado**

Etimologia: Do latim *bibitu*. (FERREIRA, 2004)

Conceito: Que se embriagou ou alcolizou.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: embriagado, bebo.

Outras variantes lexicais para o conceito: bêbado, **porre**. Ferreira (2004) diz que o termo é regressão de porrão “vasilha de barro, comumente bojuda, e boca e fundo estreitos”. Cunha (1986) propõe ao termo, o étimo castelhano *porrón*.

### **Porronca**

Etimologia: Termo não dicionarizado. Provavelmente, regionalismo amazônico.

Conceito: Cigarro enrolado à mão, utilizando-se folhas secas de certa erva, geralmente pelo próprio fumante.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: Porronca (ão), tabacão, tabaco (a), cigarro de palha.

O **tabaco** é uma erva de cujas folhas se faz fumo. Houaiss, (2007) baseado em testemunho de Cristóvão Colombo, que assegurou, em 1492, já haver o costume de fumar essas folhas na América, considera que o vocábulo pode ter origem aborígine, do Haiti. No entanto, Houaiss também apresenta informações de Corominas segundo as quais o termo *tabacco*, *atabacca* e formas análogas já se documentavam na Espanha e Itália antes do descobrimento do Novo Mundo, e que seriam elas provenientes das formas *tabbáq* ou *tubbáq* do árabe usadas para denominar certas plantas que tonteavam e adormeciam.

### **Alguidar**

Etimologia: Do árabe al-giĕAr. (FERREIRA, 2004)

Conceito: Grande panela fabricada em barro, argila.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: *panela* (de barro), *alguidar*. No segundo trabalho, o termo *alguidar* apresentou variações fonéticas: **arguidau**, **alguidau**, onde se pode observar o fenômeno de hipercorreção (LABOV, 2008 p.155).

Outras variações para o conceito: **panela grossa**. *Panela* de *pannella* do latim vulgar (HOUAISS, 2007).

### **Rede**

Etimologia: Do latim. *Rete*. (Ferreira, 2004)

Conceito: retângulo de tecido resistente (de algodão, linho, fibra etc.), suspenso pelas duas extremidades, usado para dormir ou embalar.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: *rede*

Outras variações para o conceito: **maquira** e **cacurá**. Ambos do Nheengatu: *makyra* – utensílio doméstico feito de fibras como o tucum que alguns indígenas brasileiros usam tradicionalmente para dormir e *kakurá*, rede fabricada em fibra de algodão (YAGUARÊ YAMÃ).

### **Jirau**

Etimologia: Do tupi

Conceito: Armação de madeira semelhante a estrado, que pode ser usado como depósito de utensílios domésticos ou como lugar onde se lava louças.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: *jirau*

Outras variações para o conceito: **pia**, do latim *pila* “almofariz” (FERREIRA, 2004). Nome geralmente dado a uma bacia, geralmente fixa com água encanada e esgoto e que, muitas vezes, é dotada de moldura plana (que lhe dá acabamento), para o serviço de cozinha e banheiro. O termo foi aí utilizado provavelmente pela extensão ou relação de semelhança de sentido entre *pia* e *jirau*.

### **Púcaro**

Etimologia: De origem controversa. Bueno (1963, p. 3256) propõe uma formação com influência do dialeto moçárabe.

Conceito: Pequeno recipiente à semelhança de um caneco com um cabo alongado, usado para retirar líquido de recipientes maiores.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: **caneco**, **púcaro**.

Outras variações para o conceito: concha. Do latim tardio *conchula*, diminutivo do latim *Concha*. Utensílio arredondado e côncavo com cabo alongado, usado para servir iguarias pastosas e líquidas. Possivelmente usado pelo informante pela semelhança de sentido entre o púcaro e a concha.

### **Sutiã**

Etimologia: Forma reduzida do francês *soutien-gorge*.

Conceito: Peça do vestuário feminino que serve para segurar os seios.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: sutiã e corpete.

**Corpete**, possivelmente do italiano *corpetto*, blusa ajustada ao corpo e que não ultrapassa a cintura (FERREIRA, 2004). Essa lexia, a julgar pela quantidade de ocorrências, (83% para sutiã e 17% para corpete) e pela faixa etária a que pertenciam os usuários (um da segunda faixa etária e dois da terceira) encontra-se em fase de extinção.

### **Diabo**

Etimologia: Do grego *diábolos*, pelo latim eclesiástico *diabolu*.

Conceito: Inimigo de Deus que no imaginário popular tem chifres e rabo.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: Diabo, satanás, demônio, capeta.

Satanás, do latim *satanas* “o que arma ciladas, inimigo”. Demônio, do grego *daimónion* pelo latim tardio *Daemoniu*. Capeta, do latim tardio *cappa* + *eta* (FERREIRA, 2004). Esses três nomes são exemplos que ajudam a explicar porque formas latinas, apesar do tempo e miscigenação de raças e línguas, ainda continuam muito presente na língua que se fala no Brasil. Este é o maior país católico do mundo, onde os conceitos cristãos foram amplamente introduzidos e difundidos desde o surgimento da cultura brasileira.

A história da relação do latim com a língua portuguesa se deu em diversos momentos, como por exemplo: pela invasão dos romanos à península ibérica; pela latinização (volta ao latim para criação de novas palavras que respondessem as exigências da vida intelectual, no período renascentista) e ainda, no caso da língua portuguesa falada no Brasil, pela catequização dos missionários católicos, visto ter sido o latim a língua sagrada do catolicismo.

Outras variantes para o mesmo conceito: Lúçifer, tilinga, bicho perigoso e encardido. As três últimas expressões pertencem provavelmente ao regionalismo amazônico.

### **Filho mais moço**

Conceito: O mais novo dos filhos ou dos irmãos.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: (filho) caçulo, (filho) **caçula**, do quimbundo *kasule* (FERREIRA, 2007) e (LOPES, 2006).

Outras variantes para o mesmo conceito nesta pesquisa: o (filho) mais criança.

### **Prostituta**

Etimologia: Do latim *prostituta*. (FERREIRA, 2004)

Conceito: A mulher que se prostituiu. Prostituir, do latim *prostituer e*, “expor”, “pôr à venda” (FERREIRA, 2004); aquela que se vende e se entrega a um homem qualquer.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: Prostituta, rapariga puta. O nome **rapariga**, feminino de rapaz, do latim *rapace*, segundo Houaiss (2007) e Cruz em (informação oral) é usado em Portugal para designar pessoa jovem do sexo feminino. No Brasil, ou melhor, em alguns lugares do Amazonas, como se pode comprovar pelo ALAM, carta 74 e neste estudo, carta 192, o termo adquire uma conotação bem divergente: **prostituta**.

Muito semelhante a esse, é o caso do nome **puta**. Ferreira (2004) propõe ao termo **puta** o étimo latino *putta* “menina” como uma possibilidade. Indicar apenas como possibilidade esse étimo para o nome em questão é o modo bem cauteloso e sério como o autor trata o assunto de atribuir determinada origem às palavras visto que entre **puta**, “prostituta” e *putta*, “menina” há uma distância de sentido considerável.

No entanto, assim como se dá a variação semântica entre Brasil e Portugal, no caso do termo **rapariga**, é provável que uma variação semântica diacrônica seja o que distancie **puta**, “prostituta” de *putta*, feminino de putus no latim vulgar ‘rapazinho, menino.

Em Portugal, embora o nome puto denomine qualquer pessoa jovem do sexo masculino, a forma feminina puta tem a mesma acepção dada ao termo pelos informantes desta pesquisa.

Outras variantes para o conceito nesta pesquisa: **amiga do cara**.

## **Xará**

Etimologia: De origem obscura. Houaiss, (2001) apresenta a proposta de A. G. Cunha. Do tupi, *xara*, de *xerera*, “meu nome”. Lopes (2006) apresenta a forma *xala* do quimbundo e discute a origem tupi por não ver relação entre as variantes da forma xará (xarapa e xarapim) e o termo *xerera*.

Conceito: Pessoa que tem o mesmo nome que outra.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: xará e **cheiro/cheró**. No ALAM, com transcrição **cheiro**. Talvez essa forma deva ser grafada **xero** se for proveniente de *xerera* do tupi e até mesmo de *xala*, do quimbundo.

Outras variantes para o conceito: Apenas no ALAM foram encontradas outras variantes, Naquela pesquisa, foi frequente a variante **xarapim** mencionada por Lopes, além das formas **xarapi** e em menor quantidade, **xarapa**.

## **Cambalhota**

Etimologia: De *cambalear*.

Conceito: Movimento que se faz girando o corpo sobre a cabeça, em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão;

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: apenas a forma **calambota** é totalmente coincidente, porém há outras formas com bom número de ocorrências com origem provável no mesmo elemento lexical: **carambola** e **cambalhota**, no ALAM e **calambiota** nesta pesquisa.

## **Fuxiqueiro**

Etimologia: De provável étimo quicongo *fuxikija*, + eiro. (LOPES, 2006)

Conceito: Pessoa que faz intriga, mexerico, que fala mal da vida dos outros.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: **Fofoqueiro**, **fuxiqueiro**, **faladeira**, com variações fonéticas de monotongação na segunda pesquisa. À lexia **fofoqueiro**, derivada de fofoca com sentido de intriga, mexerico, Lopes 2006, apoiado em Yeda Pessoa de Castro, propõe origem bantu, do étimo quimbundo *fuka* “revolver, remexer”.

Outras variantes para o mesmo conceito: enredero de enredar (en + rede + -ar) e **mariquinha**, do hipocorístico Mariquinhas < Maricas. (Ferreira, 2007). Regionalismo do Brasil, afirmação falsa, mentira (HOUAISS, 2007).

### **Leso (a)**

Do latim *laesu*. Lopes chama atenção para o quimbundo *leza*, “idiota” e o quicongo, *lezo kilezo*, “inação negligência, indolência”.

Conceito: Pessoa boba, tola.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: Bobo (a), do latim *balbu*, gago’ (FERREIRA, 2004). Regionalismo: Brasil. De pouco valor, insignificante. (HOUAISS, 2007); besta, do latim tardio *besta* (FERREIRA, 2004).

Outras variantes lexicais do conceito: **burro**, **palesma**, (assim pronunciado pelo informante), **não sabe nada**, **parada**, **falta de juízo**.

### **Bóia**

Etimologia: Hipoteticamente do frâncico *baukan*, ‘sinal’, por uma variante antiga ou dialetal do francês *bouée* (FERREIRA, 2004). Há ainda o termo bóia, significando cobra do Tupi (Mello, 2003)

Conceito: Corpo de material flutuante (cortiça, espuma de poliestireno, cabaça etc.) que se adapta às linhas e redes de pesca, para que não afundem completamente. (HOUAISS, 2007).

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: bóia, chumbada, esta última lexia, no entanto, não expressa o conceito em questão, visto que bóia é objeto leve, flutuante, usado para impedir que as redes de pesca afundem totalmente enquanto que a chumbada, como o próprio nome diz, é feita de chumbo, material pesado colocado nas redes para que a outra extremidade da rede possa pender em direção do fundo.

Outras variantes lexicais para o conceito nesta pesquisa: entralho de cima.

### **Espinhel**

Etimologia: espinhel de espinel com influência de espinha. Do latim *spina*. (FERREIRA, 2004).

Conceito: Aparelho de pesca formado por uma extensa corda na qual se prendem, de espaço em espaço, linhas armadas de anzóis e se coloca ao longo de rios e igarapés.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: espinhel e a variação fonética **espinher**.

Outras variantes lexicais para o conceito: estiradera (com monotongação).

### **Panema**

Etimologia: proveniente do tupi, através da língua nheengatu, de acordo com Yaguarê Yamã (informação oral).

Conceito: Indivíduo azarado, infeliz na caça e na pesca,

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: **panema**. Nas localidades, o termo também serve para denominar alguém que não consegue namorado (a).

Não houve outras variantes para o conceito nesta pesquisa.

### **Batelão**

Etimologia: batel + -ão talvez por influência do italiano *batellone* 'barco a remo de grande dimensão' (HOUAISS, 2007). Batel, regionalismo de Portugal, (FERREIRA, 2004)+ ão = batelão, regionalismo da Amazônia. (HOUAISS, 2007)

Conceito: Barcaça de madeira ou ferro, geralmente rebocada, usada para transporte de carga pesada.

Variantes para o conceito nesta pesquisa: balsa e jangada.

### **Coivara**

Etimologia: Do idioma Nheengatu: *Kuí* – pó, resto / *Wára* – termo que designa uma transformação de algo em outra coisa.

Conceito: Resto de paus ou galhos que não foram consumidos pelo fogo, em um roçado, amontoados para serem queimados.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: desgallar / desgalha.

Outras variantes para o conceito: Apenas variação fonética de apagamento do R final, desgalhá.

### **Cacaia**

Etimologia: Segundo yaguarê YAMÃ (informação oral o termo do Nheengatu: *Ka`á* – floresta / *kaya* – o mesmo que resto). Em Lopes (2006) também se encontra o termo **cacaio**. Para o autor, talvez do quicongo *kákala* que entre outras significações, pode ser trançar, enlaçar. Situação semelhante ao que ocorre em uma cacaia.

Conceito: Resto que sobrou de mata que foi derrubada e queimada; galhada que sobra quando o roçado não fica bem queimado.

Outras variantes para o conceito: Ilha, queimada, galhada, mato feio, barranco.

### **Igapó**

Etimologia: Do tupi y(g), água + *apó* “estagnada” (MELLO, 1983).

Conceito: Floresta alagada. Trecho de floresta onde a água, após a enchente dos rios, fica por algum tempo estagnada, parada.

Outras variantes para o conceito: chavascal, ilhas, mungubera.

### **Juquiri**

Termo do Nheengatu: Yu – espinho / kiry – cortante ou afiado.

Conceito: Arbusto espinhoso, mato que toma a frente dos igapós.

(Outras variantes do conceito): jauari, unha-de-cigana, murucica, capim de marreca, jurubeba e jacitara. Segundo Professor Ronan Barbosa, graduado e pós-graduado em Ciências naturais pela Universidade Federal do Amazonas, residente em Barreirinha e conhecedor das espécies nativas da região (informação oral), os outros nomes citados em resposta à questão 023 que deu origem à carta **juquiri** não correspondem à mesma espécie do juquiri. Talvez o uso de imagens pudesse, neste caso, evitar que se registrassem nomes com valores semânticos diferentes, quando se pretende um estudo onomasiológico.

### **Varadouro**

Etimologia: Do linguajar amazônico

Termo geográfico regional (acidente geográfico) designação dada a um furo que faz ligação entre dois rios. Designa também um atalho entre um rio e outro.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: (No ALAM, foi criada uma carta nomeada: **tipos de canais naturais navegáveis** para os conceitos, varadouro, furo e estreito) furo; **varadouro** (no atual estudo, varador ou varadô); **passagem**, no ALAM, **passage**, nesta pesquisa.

Outras variantes para o conceito: caminho, igapó, estrada.

### **Ajuri**

Etimologia: Termo do Nheengatu rio-negrino *ayury* (ajuntamento, enxame). Dá a ideia de agrupamento de pessoas ou animais. Ajuricaba: *ayury* – enxame / *kawa* – vespa: enxame de vespas.

Conceito: mobilização coletiva para auxílio mútuo de caráter gratuito.

Variantes para o conceito: puxirum, júri, jutório, mutirão. Puxirum. Termo nheengatu (*puxircü*), de origem tupi *putirõ*, do qual se criou a forma portuguesa “mutirão”.

### **Candeeiro**

Etimologia: Do latim *candela*, “vela de sebo ou de cera” + eiro (FERREIRA, 2004).

Conceito: utensílio de formatos variados que, contendo líquido combustível e provido de mecha ou torcida, se destina a iluminar.

Variantes lexicais: lamparina, poronga, vela, istarina e lanterna. A carta “candeeiro” compõe-se das respostas à questão: Aparelho de iluminação, que se põe querosene? No entanto, não corespondem a forma candeeiro. As três últimas não são aparelhos que utilizem querosene. Foram utilizadas pelo informante apenas indicando o que costumavam usar antes da luzelétrica. As duas primeiras formas são utensílios que utilizam esse combustível, mas não são sinônimas. O candeeiro é a maior das três luminárias, a lamparina é a menor. A terceira é a **porongado** linguajar amazônico através do nheengatu *Porõga*. (YAGUARÊ YAMÃ- informação oral). É uma luminária utilizada comumente na região amazônica, feita artesanalmente de lata ou flandres. Assim como a lamparina ou o candeeiro, se compõe de um reservatório para líquido combustível (azeite, querosene etc.) no qual se mergulha um pavio que traspassa uma pequena rodela de madeira e se acende na outra extremidade. Na falta de lanterna, à pilha ou a bateria, é a preferida pelos pecadores por apresentar uma aba protetora contra o vento o que permite que seja usada em pescarias noturnas. Daí o verbo “porongar”, pescar à noite com poronga.

### **Gamela**

Etimologia: Do latim vulgar, hipoteticamente, de *gamela* ou do clássico *camella*, ‘certo vaso de madeira’ (FERREIRA, 2004).

Conceito: recipiente onde se guarda a massa de mandioca que sai do tipiti.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: **garera**, de possível origem tupi segundo Ferreira, (2004)

Não houve outras variantes para o conceito nesta pesquisa, e conforme se observou, esse utensílio tem quase a forma de uma canoa ou casco e por vezes chega mesmo a ser um casco ou canoa que deixou de ser usada como tal e ficou para o uso exclusivo nos trabalhos com a massa de mandioca na casa de farinha. Assim, a questão 322. GARERA “Canoa abandonada que serve de depósito onde se guarda a massa de mandioca que sai do tipiti.” não gerou carta visto que o conceito está incluído na 282. GAMELA “Qual o nome do recipiente onde se guarda a massa de mandioca que sai do tipiti?”

### **Zagaia**

Etimologia: Pertencente ao linguajar amazônico.

Conceito: Instrumento de pesca que consiste em um tridente (a própria zagaia) acoplado em uma haste (região amazônica). O mesmo que azagaia ou izagaia.

Variantes lexicais coincidentes entre o ALAM e esta pesquisa: zagaia, flecha, arpão. Arpão, do francês *harpon* (FERREIRA, 2004).

## 5.2 TUPI, LINGUA GERAL E NHEENGATU

Neste trabalho, considera-se o tupi não apenas como um tronco linguístico, mas como uma língua ancestral ou língua-mãe de onde surgiram diversas outras línguas.

O tupi era uma língua usada pelos jesuítas em suas catequeses desde o Maranhão até São Vicente, em São Paulo. Não era uma língua própria de uma tribo, mas uma uniformização lexical racional de vários dialetos, fixada pela gramática do Padre Anchieta e o pelo vocabulário jesuítico [...] (BUENO, 1998).

É possível dizer que o tupi, em algum momento de sua história, deixou de ser falado como língua, mas a uniformização lexical, ou melhor, a distribuição lexical que mais tarde foi encontrada pelos jesuítas em diversas línguas e dialetos atestam de sua existência como língua ancestral.

O termo “língua geral” aqui empregado refere-se à **língua geral amazônica** (LGA) uma espécie de língua franca, língua interétnica criada entre os indígenas para facilitar a comunicação usada nas escolas, na catequese, na igreja, nas aldeias de repartição (local, onde indígenas de diferentes etnias eram misturados após serem arrancados de suas aldeias) e nas relações de trabalho entre portugueses, povos de origem tupi e não tupi e, a partir do final século XVII, também por africanos que começaram a ser introduzidos na região amazônica (FREIRE, 2009 p.206-212).

Mais tarde, essa língua geral veio a se constituir no nheengatu que serviu de meio de comunicação em toda região do Amazonas e do Pará (BUENO, 1998).

Freire (2009) considera que talvez uma das razões a facilitar a consolidação e expansão da LGA na região seja o fato de que grande parte dos povos que a habitavam, no momento da conquista portuguesa, as vias mais fáceis de acesso fossem de origem tupi. Aliado a isso ainda houve a política de Portugal até o final de 1720 que incentiva sua expansão “pelo que isto representava em termos de rentabilidade da colônia” (FREIRE, 2009 p.209)

É possível também que vários dos nomes aqui apontados como originados no nheengatu ou na língua geral tenham, na verdade, uma origem mais remota, a língua tupi, como muitos das lexias analisadas. Talvez por isso a não uniformização de informações por alguns pesquisadores quanto à etimologia de algumas palavras.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo contribuir com o registro, descrição e compreensão da língua falada presentemente no Brasil, especificamente, na Amazônia, através de um levantamento de dados geolinguisticamente coletados. A investigação resultou em um conjunto de 272 cartas linguísticas semântico-lexicais que se constituem em um retrato, ainda que parcial, do léxicoda língua falada nas comunidades afrodescendentes situadas na região do Matupiri, distrito de Barreirinha – Amazonas.

Esse retrato mostra quanto a cultura, as crenças e a visão de mundo se refletem na língua falada. São aspectos da língua que a tornam única em relação a outras comunidades de fala, como se pode observar na comparação entre os dados obtidos nesta pesquisa e os dados do ALAM.

As interferências que ocorrem pelo contato de falantes com outras comunidades, outras culturas, ao invés de descaracterizarem ou desvirtuarem uma língua, na verdade, apenas testemunham das experiências socioculturais vividas por aqueles que através da interação contribuíram para formação e/ou renovação de uma língua.

No léxico dessas comunidades, por exemplo, ficaram impressos os vestígios, as marcas da africanidade em nomes como **goronga, caçula, banguela** e tantas outras; do indigenismo: **mutirão, mandioca, mingau**. Alguns deles tão frequentemente e naturalmente usados no denominado português do Brasil ou português brasileiro que praticamente foram naturalizados como palavras da língua portuguesa do Brasil. Da mesma forma, lexias como **bustela** (dicionarizada bostela), **puta, capeta** etc. de origem latina, usados tão frequentemente com sentido pejorativo, que não parecem mais ter a origem que comumente se considera culta e privilegiada.

Cada lexia narra uma história, testemunha de uma cultura, conta de momentos políticos e culturais que contribuíram para a situação presente. Deixar de ouvir o que ela diz é perder parte importante de uma história, de uma identidade linguística.

A título de amostra pode-se observar nos quadros abaixo a origem etimológica de algumas das lexias mais predominantemente utilizadas nas comunidades visitadas (as referências e total da pesquisa encontram-se no anexo deste trabalho).

No campo semântico: MEIO FÍSICO: A TERRA E OS RIOS.

51%	Latim
28%	<b>Tupi</b>
5%	<b>Bantu</b>
5%	Francês
5%	Língua geral ou Nheengatu
3%	Árabe
3%	Origem pré-romana

**Tab. 6 - Origem etimológica no campo semântico: meio físico, a terra e os rios.**

Do MEIO FÍSICO, FENÔMENOS ATMOSFÉRICOS: Identificou-se a origem etimológica de 15 nomes entre os quais,

94%	Latim
6%	Espanhol

**Tab. 7 - Origem etimológica no campo semântico: meio físico, fenômenos atmosféricos.**

Do MEIO BIÓTICO, AVES, entre os oito nomes com origem identificada:

38%	<b>Tupi</b>
38%	Latim
13%	Espanhol
13%	Língua geral ou Nheengatu

**Tab. 8 - Origem etimológica no campo semântico: meio biótico, aves.**

Do MEIO BIÓTICO, PEIXES:

69%	<b>Tupi</b>
19%	Língua geral ou Nheengatu
6%	Caribe
6%	<b>Bantu,</b>
6%	Latim.

**Tab. 9 - Origem etimológica no campo semântico: meio biótico, peixes.**

QUELÔNIOS E MAMÍFEROS entre os nomes com origem identificada há:

44%	<b>Tupi</b>
11%	Italiano
22%	Latim
11%	<b>Bantu</b>
11%	Língua geral ou nheengatu

Tab. 10 – Origem etimológica no campo semântico: meio biótico, quelônios e mamíferos.

Do MEIO BIÓTICO, FLORA AQUÁTICA E TERRESTRE:

50%	Língua geral ou nheengatu
33%	Latim
17%	<b>Tupi</b>

Tab. 11 – Origem etimológica no campo semântico: meio biótico, flora aquática e terrestre.

Do MEIO ANTRÓPICO, O HOMEM:

47%	Latim
24%	<b>Bantu</b>
12%	Espanhol
6%	<b>Tupi</b>
6%	Língua geral ou Nheengatu
6%	Regionalismo. Brasil e Portugal

Tab.12 - Origem etimológica no campo semântico: meio antrópico: o homem

Do MEIO ANTRÓPICO, O HOMEM, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE:

38%	<b>Tupi</b>
25%	Regionalismos brasileiros
19%	<b>Bantu</b>
6%	Latim
6%	Nheengatu
6%	Castelhano

Tab. 13 - Origem etimológica no campo semântico: o homem, alimentação e saúde.

Do MEIO ANTRÓPICO, ATIVIDADE DE PRODUÇÃO, A ROÇA, O CULTIVO DA MANDIOCA, CAÇA E PESCA.

39%	Tupi
36%	Latim
14%	Francês
7%	Língua geral
4%	Castelhano

**Tab.14 - Origem etimológica no campo semântico: meio antrópico atividade de produção, a roça, o cultivo da mandioca, caça e pesca.**

Como se pode observar, as contribuições das línguas africanas do grupo bantu marcam presença, mas não de forma predominante. Isso é compreensível visto que as consequências do contato linguístico vão depender da intensidade do contato entre as línguas.

Pelo relato dos informantes, os negros (possivelmente africanos) responsáveis pelo início ou fundação das comunidades investigadas uniram-se matrimonialmente com pessoas da região, indígenas ou não que pela força ou imposição da colonização falavam ou passaram a falar a língua do branco.

A etnia e língua dos indígenas que ajudaram a formar esse grupo populacional não foram identificadas, mas ao que se pode deduzir pela origem etimológica de grande parte dos nomes coletados, era pertencente ao tronco linguístico tupi. E os negros, ao que parece, cercados por uma quantidade numérica maior que o próprio grupo, adotaram o linguajar da região.

Há no falar dessas comunidades, vocábulos de origem bantu com maior presença no campo semântico, meio antrópico. Talvez hajam entrado pela contribuição da fala dos negros para denominar conceitos não muito utilizados como o “banguelo” para designar o desdentado, o “goronga” para denominar o pomo-de-adão, o “cangote” para nuca; “catinga” para o mau-cheiro de axilas; o “caçula” para denominar o filho mais novo de uma pessoa ou de um casal. Em outros campos semânticos são muito raras as lexias provenientes da África.

Quanto às contribuições do tupi, percebe-se sua predominância no campo semântico meio biótico, o que é compreensível. A língua do poder dominante, a portuguesa não tinha equivalentes para denominar peixes, aves e árvores autóctones.

O tupinismo é predominante também no campo semântico, meio antrópico, atividade de produção, a roça, o cultivo da mandioca, caça e pesca. Essas atividades próprias dos nativos não eram do interesse dos que representavam o poder, e assim o léxico relacionado com elas permaneceu sem muita incursão do português.

No campo da alimentação e saúde (medicina caseira) é compreensível a predominância do tupi, uma vez que o homem da região, nesses itens, dependia exclusivamente da natureza.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. **A lexicologia e a teoria dos campos lexicais.** Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t.2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em [http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlf/tomo\\_2/105.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf). Acesso em 23 set 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2008. <http://www.novacartografiasocial.com>

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **Atlas lingüístico da Paraíba: Cartas léxicas e fonéticas.** Brasília: CNPq/UFPB, 1984.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação.** 1. Ed. São Paulo: Moderna, 1989.

**Atlas geo-sociolingüístico do Pará.** Disponível em [www.ufpa.br/alipa/](http://www.ufpa.br/alipa/). Acesso em 28 de janeiro de 2013.

AZEVEDO e SILVA, J. M. **O modelo pombalino de colonização da Amazônia.** Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>>. Acesso em 20 nov. 2012.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística.** São Paulo: Martins fontes, 1992.

BORGES, Neto. In: Mussalim Fernanda e Ana Cristina Bentes (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras.** 4. ed. São Paulo: Cortez. 2004

BRANDÃO, Silvia F. **A geografia lingüística no Brasil.** São Paulo: Editora Ática S.A. 1991.

BRASIL ESCOLA. **Aspectos da população do Amazonas.** Disponível em <http://www.brasilecola.com/brasil/aspectos-populacao-amazonas.htm>, Acesso em 01 dez. 2012.

BRITO, Roseanny de Melo. **Atlas dos Falares do Baixo Amazonas – AFBAM.** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da Língua Portuguesa: vocábulos expressões da Língua geral e Científica - Sinônimos, contribuições do Tupi Guarani.** São Paulo: Edição Saraiva, 1963.

\_\_\_\_\_. **Vocabulário tupi-guarani, português.** 6. ed. São Paulo: Éfeta, 1998.

CAMPOS, Maria Sandra. **O alicamento das vogais posteriores em sílaba tônica: um estudo do português falado em Borba no Amazonas.** 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras. Universidade Federal Fluminense. Disponível em [http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde\\_arquivos/23/TDE-2009-05-21T133844Z-1977/Publico/Tese%20de%20Doutorado.pdf](http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE-2009-05-21T133844Z-1977/Publico/Tese%20de%20Doutorado.pdf) . Acesso em 04 out 2012.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **A Dialectologia no Brasil: Perspectivas**. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada Print version ISSN 0102-4450 DELTA vol.15 special issue São Paulo. 1999. Disponível em: <https://desenvrepositorio.ufba.br/ri/handle/123456789/2872>. Acesso em 12 jul.2012.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia (Um Vocabulário Afro-Brasileiro)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda. 2005.

CASTILHO, Ataliba. **Rumos da Dialectologia Portuguesa**. ALFA 18/19 (1972-1973), 115-153. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3512/3285>.> Acesso em 13 jan. 2013.

**Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat>. Acesso em 28 jan. 2013.

CHAMBERS Jack;TRUDGILL Peter.**Dialectology**.Cambridge, 1998. Disponível em <[books.google.com/books/about/Dialectology.html?id](http://books.google.com/books/about/Dialectology.html?id).> Acesso em 15 jan. 2013.

**Comissão Pró-Índio De São Paulo Cpi-Sp**. Disponível em [www.webartigos.com/artigos/comunidades-quilombolas.../76114/](http://www.webartigos.com/artigos/comunidades-quilombolas.../76114/) Acesso em 31 ago. 2012.

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS**. Disponível em: <<http://www.cpis.org.br>> Acesso em 26 dez. 2012.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL – CF-1988**.Dji\_Índice Fundamental do Direito. Disponível em <http://www.dji.com.br>. Acesso em 27 dez. 2012.

CORREA, Hydelvídia. **O falar do ‘caboco’ amazonense: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semânticos de Itacoatiara e Silves**.1980.Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1980. Disponível em [http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/site/gelic/public/Correa\\_1980.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/site/gelic/public/Correa_1980.pdf). Acesso em 04, out. 2012.

CRUZ, Maria Luiza de Carvalho. **Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM**. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 2004. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteirada língua portuguesa**.2 ed. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras. 1986

DUBOIS, Jean, ET al. [Traduzido do original: **Dictionnaire de linguistique**]. Frederico Pessoa de Barros (Trad.); Izidoro Blikstein (Dir. e coord. geral da tradução)10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARIAS JUNIOR, Emanuel de Almeida. **Tambor urbano “deslocamentocompulsório e a dinâmica social de construção da identidade quilombola”**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas. 2008. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Miniaurélio século XXI Escolar: O minidicionário da Língua Portuguesa**. 4ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2001.

\_\_\_\_\_. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio** versão 5.0. 2004

FERREIRA, Carlota. ; CARDOSO, Suzana. **A dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. **Arco-íris no Brasil: um estudo linguístico antropológico a partir dos atlas regionais**. Revista do GELNE. Ano 1, nº 2. 1999. Disponível em [http://www.gelne.ufc.br/revista\\_ano1\\_no2\\_03.pdf](http://www.gelne.ufc.br/revista_ano1_no2_03.pdf). Acesso em 13 jun 2013

FINEGAN, Edwards. **Language its structure and use**. 4. ed. Wadsworth Publishing Company, 2003.

GRELAND, Françoise; FERREIRA, Epaminondas Henrique. **Pequeno dicionário da Língua Geral**. Manaus: SEDUC. 1989.

HOUAISS. Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva 2001.

\_\_\_\_\_. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua Portuguesa**. Versão 2.0. 2007

JUSTINIANO, Jeiviane dos Santos. **Atlas Linguístico dos Falares do Alto rio Negro – ALFARIM**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2012. Dissertação de Mestrado em Letras

MAIA JUNIOR. Raul (coord.). **Magno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Edipar. [19--].

LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LOPES, Helena; SIQUEIRA, José Jorge; NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Negro e cultura no Brasil**. In: Pequena Enciclopédia da Cultura no Brasil. Rio de Janeiro; UNIBRADE/UNESCO. 1987

MAIA, Edson Galvão. **A realização do /s/ pós-vocálico nos municípios de Boca do Acre, Lábrea e Tapauá**. (Dissertação) Mestrado em Letras. Universidade Federal do Amazonas. 2012.

MATOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial. 2004.

MEIRELES M. C. **As conexões do maranhão com a África no tráfico Atlântico de escravos na segunda metade do século xviii**. [2009]. Disponível em: <[www.outrostempos.uema.br](http://www.outrostempos.uema.br)>. Acesso em 04 out. 2012

MELLO, Anísio Traumaturgo Soriano de. **Vocabulário etimológico tupi do folclore amazônico**. Manaus. SUFRAMA. 1983.

MELLO, Octaviano. **Dicionário de tupi-português, português-tupi**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da cultura, Ed. Universidade federal do Amazonas, 2003.

MOLICA, Maria Cecília e Braga, Maria Luiza (Org.). **Introdução a sociolinguística: O tratamento da variação**. 2 ed. São Paulo: Contexto. 2004.

MATOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial. 2004.

MOTA, J. A. **O Projeto Atlas Linguístico do Brasil: Uma visão crítica da metodologia utilizada**. Disponível em: <<http://www.abralin.org>>. Acesso em: 08 jul. de 2012.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981.

NARDI, Jean Baptiste. **Cultura, Identidade e Língua Nacional no Brasil Uma utopia?** Disponível em: <http://www.apreis.org>. Acesso em 04 ago. 2010.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de (org.). ALMS. **Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul**. CNPq/UFMS. 2007.

OLIVEIRA Mauro Leonardo da Costa de. **Escravidão Indígena na Amazônia Colonial**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) Universidade Federal de Goiás. UFG. Disponível em [http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/OLIVEIRA\\_\\_Mauro\\_Leonardo\\_da\\_Costa\\_da.\\_2001.pdf](http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/OLIVEIRA__Mauro_Leonardo_da_Costa_da._2001.pdf). Acesso em 09 ago. 2012.

OLIVEIRA, S. R. de. Léxico, cultura, tradição e modernidade retrato do congado montes-clarense. In: Barbosa P. L., Peixoto A. C. S. **Cenários linguageiros: reflexões linguísticas**. Montes Claros: Unimonte. 2010.

OLIVEIRA, V. P. de. A atualidade da questão quilombola no Brasil. São Leopoldo, 07 mai. 2007. Entrevista por e-mail concedida a IHU On-Line. Disponível em [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=914&secao=218](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=914&secao=218). Acesso em 10 mar. 2013.

PEDRENO, Everton. **Histórico da comunidade de Santa Tereza do Matupiri**. 2010. Arquivo digital.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. **Línguas africanas no Brasil**. 2006. <http://www.fflch.usp.br/dl/gela/textos/L%2B%20A%20Linguas%20Africanas-%20500-2.pdf>. Acesso em 27 jul. 2012.

PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. **De Mocamboiro a cabano: Notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIV**. 1999. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com> . Acesso em abril de 2009.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Estudos de História do Amazonas**. Manaus: Editora Valer. 2000.

**Projeto Atlas Linguístico Do Brasil - Comitê Nacional – 2013. Atlas Nacionais**. Disponível em: <<http://twiki.ufba.br>>. Acesso em 15 jan. 2013

QUARA, Hariele Regina Guimarães. **As vogais médias pretônicas no falar de Manaus (AM)**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2012. Dissertação de Mestrado em Letras.

\_\_\_\_\_. **Estudos dialetológicos no Amazonas**. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:n-zI4nBskDcJ:www.celsul.org.br>>. Acesso em 05 jul. 2012

RAMOS, Artur. **As Culturas Negras no Novo Mundo**. 3ed. São Paulo: Editora Nacional. 1979.

RELATÓRIO Técnico Preliminar [do] IBGE. **Estudos Sociodemográficos e Análises Espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos** Rio de Janeiro. 2007, p.13-15. <[oglobo.globo.com/pais/arquivos.IBGENegros.doc](http://oglobo.globo.com/pais/arquivos.IBGENegros.doc)> Acesso em: 11 dez. 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: companhia das letras. 2006.

RODRIGUES Nina. **Os Africanos no Brasil**. 2010. Disponível em:[http://br.librosintinta.in/biblioteca/ver-pdf/www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/RODRIGUES,\\_Os\\_africanos\\_no\\_Brasil.pdf.htx](http://br.librosintinta.in/biblioteca/ver-pdf/www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/RODRIGUES,_Os_africanos_no_Brasil.pdf.htx). Acesso em 31 jul.2012.

SÁ, Edmilson José de Sá. O léxico na região Nordeste: questões diatópicas. *ReVEL*, v. 9, n. 17, 2011. Disponível em [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br). Acesso em 13 jun.2013.

SALES, Lea Rocchi. **Aprendendo a ser negro: reinterpretções acerca da identidade étnica em São Cristóvão – MA**. Brasília. 2007

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1971.

SALATI, E. ; Schubart, H.O.R. ; Wolfgan, J. ; Oliveira, A.E. . **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMPAIO, Patrícia M. Melo. **Fim do Silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém, PA: Açáí; CNPQ. 2011.

SANTOS, Davi Raimundo dos. **Como a Igreja Católica tratou negros e negras nestes 507 anos?** Novembro, 2007. Tempo e presença digital Disponível em [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=102&cod\\_boletim=6&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=102&cod_boletim=6&tipo=Artigo). Acesso em 31 jul. 2013.

SAUSSURE, F de. **Cours de Linguistique générale** (1908-1909). Paris: Payot, 1916. (Tradução brasileira. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1960)

SILVA, Lúcia Helena Ferreira da Silva. **Comportamento da vogal tônica posterior Média Fechada /O/ e das vogais pretônicas /e/ e /o/ nos municípios de Itapiranga e Silves**. 2009. Dissertação. (Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. 2009. Disponível em <http://ppgsca.ufam.edu.br> Acesso em 08 out. 2012

SILVA, Maria Celeste Gomes da. **Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2010. Disponível < <http://www.ufrj.br>. Acesso em 03 mai. 2012.

SILVA NETO, Serafim. **Guia para estudos dialectológicos**. Florianópolis. 1955

SILVA, Protásio Independente Ribeiro. **Tupi ou nheengatu e português. Gramática Ubencáua Mucameencáuêra**. Manaus: 1945.

SCHMITT Alessandra, TURATTI Maria Cecília M; CARVALHO Maria Celina P. de. **A Atualização do conceito de Quilombo: Identidade e Território nas definições teóricas**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>. Acesso em 17 dez. 2012.

SOARES, Magda, **Linguagem e escola: Uma perspectiva Social**, 11ª edição: São Paulo, editora Ática, 1994.

TARALLO, Fernando. **Pesquisa Sociolinguística**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

TERRITÓRIO QUILOMBOLAS – **Relatórios 2012**. Disponível em <<http://www.incr.gov.br>>. Acesso em: 31 dez. 2012

**Território quilombola, uma conquista cidadã. Material de apoio para oficina de formação com jovens lideranças quilombolas**. Novembro de 2012. Disponível em <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Cartilha-forma%C3%A7%C3%A3o-com-jovens-quilombola.pdf>. Acesso em: 04 set. 2013

**Projeto Atlas Linguístico Do Brasil. Atlas Nacionais**. Coordenado pelo comitê nacional 2013. Apresenta informações sobre O Atlas Linguístico do Brasil. Disponível em <<http://twiki.ufba.br>>. Acesso em 15 jan. 2013

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A variação linguística e o ensino de língua materna**. In: Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º Graus. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TORRES, Francinery G. L. **A realização das variantes palatais /ʎ / e / ɲ / nos municípios de Itacoatiara e Silves (parte do Médio Amazonas)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. 2009. Disponível em <[ppgsca.ufam.edu.br/.../116\\_](http://ppgsca.ufam.edu.br/.../116_)> Acesso em: 08 out. 2012.

YAMÃ, Yaguarê. **Falando Tupi**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

**8. ANEXOS**

A. Questionário semântico-lexical

B. Chave de Transcrição

C. Quadro comparativo entre os dados do ALAM e a presente pesquisa

D. Quadro com informações etimológicas.

E. Questões não respondidas do Questionário semântico-lexical

**ANEXO A**  
**Questionário semântico-lexical – (QSL)**

**I. MEIO FÍSICO**

**1. A Terra e os Rios**

**001. CÓRREGO - IGARAPÉ**

Como se chama aqui um rio pequeno, de uns dois metros de largura?

**002. FOZ**

E o lugar onde o rio termina ou encontra um outro rio?

**003. REDEMOINHO (DE ÁGUA)**

Muitas vezes, num rio, a água começa a girar, formando um buraco na água que puxa para baixo. Como se chama isso?

**004. BANZEIRO (onda provocada pelo vento, onda grande)**

Como se chama o movimento das águas do rio, provocado por vento ou pela passagem dos barcos? Forte balanço

**005. BEIRA**

Como se chama aquele lugar onde a água chega e bate. À margem do rio?

**006. CORRENTEZA**

E o trecho onde o rio corre com mais força?

**007. PONTE**

Como se chama aquela construção feita, geralmente de madeira, que liga dois pontos opostos, separados por um rio, ribeira ou vale?

**008. AREIA**

Como se chamam aqueles grãos finos, geralmente brancos, que ficam nas praias, onde a gente pode pisar e as crianças gostam de brincar?

**009. POROROCA (desconhecido)**

E aquele estrondo forte que a água do rio faz, que acontece próximo à foz do Amazonas e que pode destruir tudo o que estiver por perto?

**010. MAREZIA (onda pequena menor que o banzeiro; O movimento das águas do rio;) compassada**

(Como se chama o mau cheiro do mar ou do rio, na vazante?)

**011. REPIQUETE**

Qual o nome que se dá a uma enchente forte e passageira. Quando o rio volta a encher de repente, quando a enchente já está quase terminando?

012. MARÉ (água do rio sobe e depois desce)

Qual o nome que se dá àquele movimento das águas do mar ou dos rios, que faz com que as águas subam ou desçam, duas vezes por dia?

013. REMANSO (memo que correnteza)

E aquele trecho de rio, após as corredeiras, onde as águas se espalham, acabando quase que totalmente com a correnteza? Ocorre em fins de praia, enseadas.

014. VAZANTE

E o período em que o rio apresenta o menor volume de águas? É o melhor período para a pesca?

015. ÁGUA TIPITINGA

Como se chama aquelas águas barrentas, mas esbranquiçadas?

016. FURO

Como se chama o atalho de um rio que serve para encurtar o caminho?

017. ESTREITO

E a ligação mais estreita que há entre os rios? O canal?

018. IGARAPÉS-AÇUS E IGARAPÉS-MIRINS

Existem igarapés maiores e menores. Quais os nomes que eles recebem?

019. ROÇADO/ QUEIMADA

Como se chama a queima de mato, geralmente com o fim de preparar o terreno para semear, plantar, ou mesmo para limpá-lo?

020. BARRANCO

Como se chama aquele capim flutuante que cobre completamente a superfície dos lagos e canais?

021. VÁRZEA/ RESTINGA

Como se chama a área de terra alagadiça onde se planta juta, cacau, banana e mandioca?

022. CACAIA (caidera de pau) (galharada que sobra quando o roçado não fica bem queimado); galhada

Como se chama a vazante que se transforma em restinga destruída pelo fogo?

023. JUQUIRI

Qual o nome que se dá ao mato que toma a frente dos igapós?

024. MURICIZAL (MURIZAL)

E o capim alto que dificulta o caminho nos terrenos alagadiços?

025. MATUPÁ

E o capim dentro d'água feito de capim podre?

026. IGAPÓ

E o nome da mata cheia de água. O trecho de floresta onde a água, após a enchente dos rios, fica por algum tempo parada?

027. MARAÇANARAL

A vegetação pouco alta e entrelaçada que cresce à margem dos rios é chamada de \_\_\_\_\_.

028. CHAVASCAL

Qual o nome que recebe a floresta própria de terra firme na cabeceira dos igarapés, que fica sempre inundada, mesmo na vazante?

029. ANINGAL

E a aquela planta d'água, formada de aningaúbas, comum aos furos e ilhas flutuantes?

030. ACEIRO

Como se chama um terreno limpo que isola um roçado ou a mata contra o fogo?

031. ARROZ

Como se chama o tipo de capim que serve de alimentação ao peixe-boi?

032. CAPINAR

Quando você diz que vai roçar os matos miúdos com o terçado e a foice, o que você vai fazer? Você vai \_\_\_\_\_.

033. CAMA

Que nome se dá ao mato pequeno e baixo, roçado com o terçado?

034. CHEIA GRANDE

Qual o nome que se dá quando ocorre uma enchente muito forte?

035. CIPÓ-TIMBÓ

Como se chama aquele cipó que tem veneno, que se coloca na água para matar os peixes?

036. CISCAÇÃO

E qual o nome que se dá à limpeza de um terreno em que se tiram os paus menores e as folhas que escaparam do fogo?

037. COIVARA

E ao conjunto de paus amontoados para serem queimados no preparo de um terreno para a plantação da mandioca, da juta ou de qualquer outro tipo de roçado?

038. COVA

Como se chama o buraco feito na terra para o plantio da juta e da mandioca?

039. DESGALHA

E a maneira de cortar, picar os galhos, na limpeza do terreno, para que fiquem arriados?

040. ROÇA

Qual o nome que se dá ao lugar onde se planta a mandioca, feijão, milho, etc. Lugar para a lavoura, onde a mata foi queimada e derrubada para se poder plantar?

041. TERRA FIRME

Como se chama a terra um pouco alta, bem drenada e que, geralmente, não está sujeita a inundações?

042. TERRA CAÍDA

E a terra da várzea que desmorona na beira dos capins flutuantes?

043. VARADOURO

Como se chama aquele caminho por onde se passa com a canoa, nos trechos onde não se pode navegar?

**2. Fenômenos Atmosféricos (astros, climas, etc)**

044. REDEMOINHO (DO VENTO)

Que nome se dá ao vento que vai virando em roda levantando poeira, folhas e outras coisas leves?

045. RELÂMPAGO

Qual o nome daquela luz que risca o céu em dias de chuva?

046. RAIOS

E aquela luz forte e rápida que sai das nuvens, podendo queimar uma árvore, em dias de mau tempo?

047. TROMBA D'ÁGUA

E aquela chuva de pouca duração, muito forte e pesada?

048. GAROA

E uma chuva bem fininha?

049. ARCO-ÍRIS

Quase sempre, depois de uma chuva, aparece no céu uma faixa com listras coloridas e curvas (mímica). Que nomes dão a essa faixa?

050. ORVALHO

De manhã cedo, a grama geralmente está molhada. Como se chama aquilo que molha a grama?

051. NEVOEIRO

Muitas vezes, principalmente de manhã cedo, quase não se pode enxergar a rua por causa de uma coisa parecida com fumaça, que cobre tudo. Como se chama isso?

052. NASCER (DO SOL)

O que é que acontece com o tempo de manhã cedo? Como se diz quando o dia está amanhecendo? E antes de nascer o sol?

053. PÔR (DO SOL)

E o que acontece no final da tarde?

054. CREPÚSCULO

E a claridade que fica no céu depois do “pôr do sol”?

055. \_\_\_\_\_

Você sabe o nome de alguma estrela?

056. ESTRELA MATUTINA

De manhã cedo, uma estrela brilha mais e é a última a desaparecer. Como se chama essa estrela?

057. ESTRELA VESPERTINA

De tardezinha, uma estrela aparece antes das outras, perto do horizonte, e brilha mais. Qual o nome dela?

058. ESTRELA CADENTE

De noite, muitas vezes pode-se observar uma estrela que se desloca no céu e faz um risco de luz. Como se chama isso?

059. VIA LÁCTEA

Numa noite bem estrelada, aparece uma banda ou faixa que fica no céu, onde tem muitas estrelas muito perto umas das outras. Você sabe como se chama essa banda ou faixa?

060. LUA

Durante o dia nós somos iluminados pelo sol. E à noite, o que temos?

061. ONTEM

O dia que passou foi \_\_\_\_\_.

(quando foi que almoçou (ou jantou) pela última vez?

062. ANTEONTEM

O dia que foi antes desse dia? Um dia para trás?

063. TRASANTEONTEM

O dia que foi antes de “anteontem” ? Mais um dia para trás?

## II. MEIO BIÓTICO

### 1. Fauna

#### 1.1 Aves

064. URUBU

Como se chama a ave preta que come animal morto, podre?

065. COLIBRI

E o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e voa de flor em flor?

066. JOÃO DE BARRO

A ave que faz o ninho com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa?

067. GALINHA

E aquela ave que põe ovos e que é muito gostosa para se comer. Aquela que nos dá pintinhos? Quais os tipos de galinha que existem aqui?

068. GALINHA-D'ANGOLA

E a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?

069. PAPAGAIO

A ave do mato, de bico curvo, pequeno e penas coloridas, com mais cores verdes, quando presa, pode aprender a falar?

070. ARARA

E aquela outra ave, grande, bonita, que se parece com o papagaio, também é colorida, com mais cores vermelha e azul?

071. TUCANO

E aquela outra, que também é muito bonita, tem um bico bem grande e curvo e também é colorida?

072. RASGA-MORTALHA

Aquela ave que quando passa em cima de uma casa anuncia a morte de alguém?

073. \_\_\_\_\_

Quais as outras aves que tem por aqui, você saberia me dizer?

## *1.2 Peixes*

074. \_\_\_\_\_

Quais os tipos de peixe que você conhece por aqui?

075. PIRARUCU

Como se chama o maior peixe de escama de água doce, considerado o bacalhau brasileiro?

076. JARAQUI

E aquele peixe que tem listras verdes e amarelas no rabo? é também chamado de brasileirinho.

077. SURUBIM

Aquele peixe que é todo pintado e é considerado um peixe de primeira? Um dos poucos peixes de couro.

078. CURIMATÃ

Peixe que se pode comer, de escama, que é pescado com rede ou malhadeira. Parecido com o matrinxã.

079. PACU

Peixe de cor prateada, que mede até 40 cm.

080. PIABA

Como se chama um peixe pequeno?

081. PIRARARA

E o peixe com uma linha amarela ao longo da linha do lado? Peixe liso da região.

082. BOTO-TUCUXI

E qual o nome do tipo de boto que é amigo do homem. Dizem que a banha dele serve para curar ferida de gado.

083. BOTO-VERMELHO

E do tipo de boto que é inimigo do homem.

085. CANDIRU

E o peixinho que vive na beira dos rios e dos lagos. Pode causar morte, se penetrar numa pessoa?

086. PIRANHA

Qual aquele peixe que morde, que tem dentes e, geralmente, só gosta de acabar com suas vítimas, com as pessoas, se já estiverem sangrando.

087. PIRANHA-CAJU

E aquele tipo de piranha, que morde e tem escama cor de caju?

088. PIRANHA-PRETA

E daquele tipo de peixe de escama negra, que morde e é o terror do pescador, pois corta a linha das tarrafas.

089. TAMBACUI

Qual o peixe de escamas dos maiores e que é muito saboroso?

090. PIRAPITINGA

E do peixe que é parecido com o tambacui, especial também para assados?

091. PORQUÉ

Qual o nome do peixe liso que dá choque quando a gente pega?

092. SARDINHA

E aquele peixe de escamas dos mais comuns da região. Tem escamas grandes, prateadas, com leves manchas e pode medir até 18 cm.

093. TUCUNARÉ

Peixe muito bonito por causa de suas escamas coloridas, tendo parte da cabeça pintada de vermelho, preto e amarelo.

*1.3 Quelônios e Mamíferos*

094. TARTARUGA

Como se chama aquele bicho que anda rastejando na terra, gosta de viver na água, tem um casco em cima dele e que é delicioso para se comer, pois a gente pode fazer vários pratos, como: sarapatel, farofa, picadinho, etc.

095. CAAPIRANGA

E qual a tartaruga pequena que tem as unhas avermelhadas?

096. CABEÇUDA

Tipo de tartaruga que tem a cabeça muito grande?

097. CAPITARI

Que nome recebe o macho da tartaruga?

098. TRACAJÁ, JABUTI

Existem outros tipos de tartaruga por aqui? Como elas são?

099. CALANGRO

Animal que prejudica a cultura da juta.

100. JACARÉ

E como se chama aquele bicho grande, que rasteja, vive na água, que tem uma boca bem grande e uma cauda também muito grande e é capaz de matar uma pessoa?

101. CERCA

Qual o lugar onde se guardam as tartarugas que se caçam e continuam vivas?

102. PEIXE-BOI

E qual aquele peixe bem grande, de quase 3m de comprimento e que pesa até 1200 kg? Peixe liso que come capim.

103. TABULEIRO

Como se chamam as praias onde as tartarugas desovam e são apanhadas?

104. MACACO

Qual o nome daquele bicho que se parece com o homem? que vive trepado nas árvores. Tem pernas, braços e rabo meio comprido?

105. \_\_\_\_\_

Quais os tipos de macaco que tem por aqui? Como eles são?

## **2. Flora**

### *2.1 Aquática*

#### 106. VITÓRIA-RÉGIA

Como se chama aquela planta d'água, que tem as folhas do tamanho das rodas de uma carreta, que são reviradas na ponta e que ficam boiando em cima das águas como enormes pratos entremeados de flores brancas?

107. \_\_\_\_\_

Existe um outro tipo de planta parecida com a vitória-régia?

### *2.2 Terrestre*

108. \_\_\_\_\_

Quais os tipos de árvores que vocês têm por aqui?

#### 108. CUPUAÇU

Qual o nome da árvore que dá um fruto saboroso, de cor marrom, de que se pode fazer doce?

#### 109. TUCUMÃ

E da árvore que dá uma fruta pequena, aqui no Amazonas, que tem um caroço preto, e é de cor amarela. Pode ser comida crua, com café ou feito sanduíche.

#### 110. PUPUNHA

E da árvore que dá uma fruta amarela no Amazonas, com caroço pequeno, verde por fora. É bem gostosa também e deve ser comida cozida.

#### 111. SERINGUEIRA

Como se chama aquela árvore que dá borracha?

#### 112. CASTANHEIRO

E aquela árvore que dá um fruto muito saboroso e nutritivo, que se pode comer cru ou cozido. É um fruto pequeno, branco por dentro e tem uma casca marrom.

#### 113. JAMBEIRO

E o nome daquela árvore que dá um fruto bem gostoso também. É uma fruta que é pequena, branquinha por dentro, com um carocinho preto e vermelha por fora?

#### 114. SAPOTILHA

E aquela outra que dá uma fruta bem gostosa também. Que é pequena e marrom, tem um carocinho preto dentro.

## **III. MEIO ANTRÓPICO**

### **1. O Homem**

### *1.1 Características Físicas*

115. NUCA

O que é isto? (Apontar)

116. POMO-DE-ADÃO

Qual o nome desta parte alta do pescoço do homem? (Apontar)

117. MOLEIRA

Essa parte da cabeça da criança, que fica aqui em cima? (Apontar)

118. SEIOS

A parte do corpo da mulher com que ela dá de mamar aos filhos?

119. CALCANHAR

Como se chama isto? (Apontar)

120. RÓTULA

O osso redondo que fica na frente do joelho?

121. DENTES CANINOS

Esses dois dentes pontudos? (Apontar)

122. DENTES DO SISO?

Os últimos dentes, que nascem quando a pessoa já é adulta?

123. DENTES MOLARES

Esses dentes grandes no fundo da boca, vizinhos dos ‘molares’?

124. DESDENTADO

Como se chama a pessoa que não tem dentes?

125. FANHOSO

A pessoa que parece falar pelo nariz? (Imitar)

126. CAOLHO

A pessoa que só enxerga com um olho?

127. VESGO

A pessoa que tem os olhos olhando em direções diferentes? (Imitar)

128. TERÇOL

Uma bolinha que nasce na pálpebra, fica vermelha e incha?

129. SOLUÇO

Este barulhinho que se faz? (Soluçar)

130. CATARACA

A sujeirinha dura que se tira do nariz com o dedo?

131. CANHOTO

A pessoa que come com a mão esquerda e faz tudo com essa mão? (Mímica)

132. PERNETA

A pessoa que tem uma só perna?

133. MANCO

A pessoa que puxa de uma perna?

134. CAMBOTA

A pessoa que tem as pernas arqueadas, curvas para os lados? (Mímica)

135. AXILA

Como se chama esta parte aqui? (Apontar)

136. CECÊ

O mau cheiro debaixo dos braços?

### *1.2 Relações Familiares (parentesco)*

137. CUNHANTÃ

O mesmo que menina, garota.

138. CRUMIN

Mesmo que menino, garoto.

139. MANA

Palavra carinhosa usada para se referir a uma irmã, a qualquer outra parenta e até mesmo a uma amiga.

140. MANO

Palavra carinhosa usada para se referir a um irmão, a qualquer outro parente ou até mesmo a um amigo.

### *1.3 Alimentação e Saúde (medicina caseira)*

141. ANDIROBA

Como se chama aquele óleo de cor amarelada, muito usado na saúde. Usado em fricções para aliviar dores nos ossos e para fazer embrocações na garganta, para curar inflamação nas amígdalas.

142. COPAÍBA

E aquele óleo que se tira de uma árvore que é oca em toda a altura do tronco e parece que a casca não deixa passar água, fazendo com que seja conservado, em seu interior, esse óleo que ela fabrica de três em três anos?

143. BANHO DE SABUGUEIRO

O que vocês usam em casa para curar sarampo?

144. BENZER

E qual o meio usado para tirar quebranto das crianças?

145. CHÁ DE CHEIROSO

E o que vocês usam em casa para aliviar dor de estômago?

146. CHÁ DE LIMÃO

E o remédio feito em casa para curar gripe?

147. CHÁ DO RABO DE GUARIBA

E para curar “coqueluche”?

148. CORUBA

Como vocês denominam qualquer doença que dá na pele? E mancha na pele?

149. PAPEIRA

Aquela doença que faz inchar só um lado do queixo, que dá em criança?

150. ESCABECHE DE PEIXE

Qual a comida que vocês fazem com o peixe que, depois de frito, vai novamente ao fogo, num molho de temperos e verduras já refogados?

151. MINGAU DE CARIDADE

Qual o nome que se dá ao alimento feito de farinha de suruí e geralmente dado a pessoas que se encontram doentes, enfraquecidas?

152. MIXIRA

E á conserva de carne do peixe-boi, feita na própria banha do peixe?

153. MOJICA

Você conhece uma comida feita de peixe assado, que depois de desfiado, é posto para cozinhar num refogado? como ela se chama?

154. MOQUEAR

Qual o nome do tratamento que se dá ao peixe quando é assado só pelo lado de fora, quase cru no interior?

155. PAXICÁ

Qual a comida preparada com o fígado da tartaruga?

156. PÉ-DE-MOLEQUE

E o beiju feito da mandioca ralada, enrolado na casca da banana?

157. PEIXE SECO

Qual o nome que se dá ao peixe salgado e seco ao sol?

158. PIRÃO

Qual a alimentação que é feita com a farinha d'água ? é boa para se comer com caldeirada?

159. SARAPATEL

Qual a comida daqui que é feita com o sangue da tartaruga?

160. TACACÁ

E o alimento preparado com goma, tucupi, jambu, camarão, sal, pimenta e que é servido em cuias, bem quente?

161. TUCUPI COZIDO

Como se chama o tucupi que depois de repousado, é temperado com alho, pimenta, sal e posto para ser fervido?

162. TUCUPI DE GARRAFA

E aquele que depois de ficar em descanso, é temperado com alho, pimenta e sal, é posto ao sol dentro de uma garrafa.

163. BÊBADO

Que nomes são dados a uma pessoa que bebeu demais?

164. CIGARRO DE PALHA

E ao cigarro feito pela própria pessoa, enrolado à mão?

165. TOCO DE CIGARRO

E o resto do cigarro que se joga fora?

166. AGUARDENTE

Quais os nomes que vocês dão aqui para a bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar?

167. \_\_\_\_\_

Que tipos de comida se pode fazer com o tracajá?

#### *1.4 Habitação (estrutura, mobília, utensílios domésticos)*

168. ABANO

Qual o nome que se dá àquela coisa com que a gente faz assim? feita de palha entrelaçada e que serve para atizar o fogo?

169. ALGUIDAR

E à vasilha feita de barro onde se cozinha peixe no tucupi?

170. REDE

Como se chama aquela peça de tecido que a gente pendura para dormir, que se pode balançar e é suspensa pelos lados, geralmente pregados em paredes?

171. ARMADOR

Como se chama o lugar onde se pode armar uma rede?

172. CAIBRO

Como se chama aquela peça de madeira que se usa na armação do telhado, soalho ou forro?

173. CANDEEIRO

Aparelho de iluminação, que se põe querosene?

174. CASA DE TAIPA

Qual o nome que se dá àquele tipo de moradia construído de barro e que é muito comum por aqui?

175. CORADOR

E o lugar onde se estendem as roupas ensaboadas, para desaparecem as manchas?

176. CUIAPÉUA

E o nome daquela coisa que vocês usam para mexer a farinha no forno?

177. CUMEEIRA

E à viga que vai de um ponto a outro, embaixo da cobertura da casa? É a parte mais alta do telhado.

178. ESTEIO

Qual a peça de madeira que sustenta o telhado ou o soalho da casa.

179. FERROLHO

E a peça de metal que serve para trancar a porta.

180. TRAMELA

E a peça de madeira que serve para trancar as portas?

181. FLUTUANTE

Como se chamam as casas de madeira ou de palhas que ficam sobre as balsas, encontradas nos rios e igarapés?

182. JIRAU

Como se chama aquele estrado, construído nas casas, que fica um pouco mais acima do chão e que serve para se guardar qualquer coisa, lavar louça, tratar de peixe, etc.

183. PILÃO

Como se chama aquela vasilha feita de madeira com o formato de um pote, que serve para secar os grãos torrados de café, de milho, as castanhas de caju, etc.

184. POTE

Qual o nome daquela vasilha de barro onde se coloca água para beber?

185. PRIVADA

Qual o nome daquele lugar onde a gente senta para fazer as necessidades? E para urinar?

186. PÚCARO

E o caneco de alumínio que contém uma alça e que serve para tirar água do pote?

187. TAPIRI

E aquele tipo de moradia que é feita de palha e serve para morar?

188. TRAMELA

E a peça de madeira que serve para trancar as portas?

189. TUPÉ

Como se chamam aqueles tecidos feitos dos braços da palmeira guarumã, que servem de tapete para se colocar embaixo das redes?

190. BORRALHO

A cinza quente que fica dentro do fogão a lenha?

### *1.5 Vestuário e Calçados*

191. SUTIÃ

Que peça do vestuário serve para segurar os seios?

192. CUECA

Que roupa o homem usa debaixo da calça?

193. CALCINHA

Que roupa a mulher usa debaixo da saia?

194. ROUGE

Aquilo que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem rosadas?

### *1.6 Crenças, Superstições e Lendas*

195. A CRIANÇA FICAR DE CABEÇA PARA BAIXO/ CHAMAR SECUIARA

Qual o gesto que uma criança pode fazer e que significa que ela está chamando um irmãozinho?

196. CHINELO EMBORCADO

O que pode indicar mau presságio, doença ou morte?

197. COCEIRA NA MÃO

Qual o sinal que indica que a pessoa vai receber dinheiro ou ganhar algum presente?

198. COLOCAR FARINHA EMBAIXO DO PRATO

Qual o meio usado para aliviar uma pessoa engasgada com espinha?

199. COLOCAR PAPEL MOLHADO NA TESTA

E qual o meio usado para aliviar o soluço das crianças?

200. GALHO DE ARRUDA

Qual o galho utilizado para tirar quebranto e espantar doenças nas benzeduras?

201. MATIM

Qual o nome que se dá ao pássaro, que se transforma em gente e pinta o sete, brincando, ralhando e castigando os meninos vadios e malcriados.

202. MAU-OLHADO

Como se chama o olhar de uma pessoa que parece que tem inveja da outra, ódio contra os bons negócios, felicidade. Quando alguém olha assim para outra pessoa se diz que essa pessoa está botando o que na outra?

203. PÕE-MESA

Nome que se dá ao gafanhoto verde que indica boa sorte e esperança de boas notícias?

204. SAL NO FOGO

O que se deve fazer quando se quer que uma pessoa se retire de um local?

205. SONHAR COM PIOLHO

Existe algum sonho que se pode ter que indique morte de um parente ou amigo OU FUXICO?

206. VARRER O PÉ

E o que pode causar má sorte para uma mulher não se casar?

207. BENZEDEIRA

Como se chama a mulher que cura, tira o mau olhado através de rezas e simpatias?

208. DIABO

Que nome vocês dão àquele que é o grande inimigo de Deus, que tem chifres e rabo?

*1.7 Relações Sociais*

1.7.1 Ciclos de Vida

209. MENSTRUACÃO

As mulheres perdem sangue todos os meses. Como se chama isso? Existe outro termo que vocês usam?

210. PARTEIRA

Como se chama a mulher que ajuda a criança a nascer?

211. GÊMEOS

Qual o nome que se dá a duas crianças que nasceram no mesmo parto, na mesma hora?

212. ABORTAR

Quando a mulher fica grávida, mas não quer ter a criança, ela toma remédio para quê? Existe uma outra palavra que vocês usam para uma mulher que aborta?

213. AMA-DE-LEITE

Quando a mãe não tem leite e outra mulher amamenta a criança, como chamam essa mulher?

214. FILHO MAIS MOÇO

Como se chama o filho que nasceu por último?

215. CORNO

O nome que se dá ao marido quando uma mulher passa ele para trás?

216. PROSTITUTA

Como se chama a mulher que vende seu corpo para qualquer homem, em troca de dinheiro?

217. DEFUNTO

Quando você quer se referir a uma pessoa que já morreu, em uma conversa, geralmente não menciona mais o nome daquela pessoa. Como é que você se refere a ela?

218. MADRASTA

Quando um homem fica viúvo e casa de novo, o que a segunda mulher é dos filhos que ele já tinha?

219. XARÁ

Qual o nome que se dá à pessoa que tem o mesmo nome da gente?

1.7.2 Vida Social

(a) Brinquedos e Jogos Infantis

220. \_\_\_\_\_

Quais as brincadeiras de criança mais comuns aqui?

221. CAMBALHOTA

Como se chama a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e se acaba sentado? (Mímica)

222. BOLINHA DE GUDE

E essas coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?

223. ESTILINGUE

Qual o nome do brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (Mímica), que os meninos usam para matar passarinho?

224. ESCONDE-ESCONDE

Qual o nome da brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras se escondem em algum lugar, e depois vai procurá-las?

225. CABRA-CEGA

E da brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras?

226. PEGA-PEGA

E de uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas antes que alcance um ponto combinado?

227. CHICOTE-QUEIMADO

E de uma brincadeira em que as crianças ficam em roda, enquanto uma outra vai passando com alguma coisa na mão e deixa essa coisa cair atrás de uma delas e ela pega essa coisa e sai correndo?

228. GANGORRA

E aquela que tem uma tábua apoiada no meio, e nas pontas sentam-se duas crianças e quando uma sobe, a outra desce? (Mímica)

229. BALANÇO

E aquela que tem uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança senta e se move para a frente e para trás? (Mímica)

230. AMARELINHA

Qual aquela brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha (mímica) e vão pulando com uma perna só.

(b) Festas e Atividades Esportivas

231. FESTEIRO

Como se chama a pessoa que cuida da organização das festas da cidade?

232. \_\_\_\_\_

Quais as festas mais comemoradas aqui? Como são feitas?

*1.8 Expressões Populares*

233. ACESA

Como se chama uma menina que é danada, travessa.

234. AVEXADO

Qual o termo usado para se dizer que uma pessoa está apressada?

235. CHOU!

Qual o termo que se usa para espantar as galinhas?

236. DESMENTIDURA

Qual a palavra usada para indicar que um osso do corpo humano está fora do lugar?

237. EMPACHADO

Qual a palavra que vocês usam para indicar que uma pessoa não está conseguindo ir ao banheiro para fazer cocô. Que tem problemas para conseguir ir ao banheiro todos os dias?

238. ESPINHELA ARRIADA

Qual o termo usado para indicar que uma pessoa deslocou isso aqui (Apontar) e isso caiu sobre o estômago?

239. FICAR BOCÓ

Como se chama a pessoa que não consegue vencer uma aposta?

240. FUXIQUEIRO

Como se chama aquela pessoa que gosta de fazer intrigas, falar mal da vida dos outros? Mau cheiro

241. GITINHO

Algo bem pequenino?

242. LESA

Como se chama uma pessoa que é boba?

243. MEDONHO

Como se diz que uma pessoa é muito feia, horrorosa mesmo?

244. PITIÚ

Qual o nome que se dá ao cheiro que o peixe tem?

## **2. Atividade de Produção**

### *2.1 Agricultura*

#### (a) A Roça

245. DECOTAR Como se chama o modo de tirar os paus altos para queimar, para fazer o roçado?

246. MAMÃE-POCA

Qual o nome que se dá à terceira plantação feita num mesmo roçado depois da segunda colheita? Plantação de produção pequena, porque a roça está velha e a terra já está cansada?

247. PLANTADEIRA

Como se chama a pessoa que é encarregada de plantar as manivas no roçado?

248. QUEIMA

Como se chama a maneira de tocar fogo na mata para fazer um roçado?

249. REBATER O PLANTIO

Qual o nome da segunda ou terceira plantação feita num mesmo roçado?

250. ROÇA NOVA

Nome da primeira plantação feita num roçado?

251. AJURI

Como se chama a reunião de pessoas, homens e mulheres, que são convocados para ajudar um parente ou amigo, na plantação de juta ou de qualquer tipo de plantação de roça?

(b) O Cultivo da Juta

252. AFOGAR A JUTA

Maneira de se colocar os feixes de juta uns sobre os outros, dentro de um lugar formado por quatro ou seis varas fincadas n'água.

253. BARRACÃO

Como se chama o lugar que fica ao lado dos varais e que serve para receber as fibras de juta que não devem ficar nem no sereno nem na chuva?

254. DESFILHA

Modo como o juticultor arranca as plantações de juta que nasceram muito unidas?

255. FARDO

E o conjunto de fibras de juta já enxutas e empacotadas?

256. FILHO DA JUTA

Como se chamam os brotos que nascem da semente de juta?

257. FOICE

Qual o instrumento utilizado na cultura da juta?

258. JANGADA

Como se chama aquela coisa formada por quatro ou seis varas fincadas na água, onde se colocam as hastes de juta para amolecer?

259. JUTA-BAMBU

Qual é aquela juta que não serve por ser fraca? Não é boa de peso.

260. JUTA-BRANCA

E qual o melhor tipo de semente de juta? E o pior?

261. JUTAL

Lugar onde fica o plantio da juta?

262. JUTEIRO

Como se chama a pessoa que se dedica à cultura da juta?

263. LAVAÇÃO

Como se chama o processo de dissolver na água a goma que envolve as fibras de juta?

264. \_\_\_\_\_

Existe um tempo certo para o trabalho com a juta? Por exemplo, quanto tempo é dedicado á plantação da juta, ao corte da juta, á frutificação? Como é feito isso? Existem nomes especiais para cada um desses tempos?

265. SECAGEM

E a maneira de se colocar as fibras de juta já abertas em um jirau de varas até ficarem totalmente secas para enfardamento.

266. SEMEAÇÃO

E o modo como o agricultor, caminhando devagar, joga as sementes de juta para a frente e para os lados?

### (c) O Cultivo da Mandioca

267. ARUBÉ

Qual o nome do tempero feito de mandioca mole, temperado com sal, pimenta e alho?

268. MANIVA

Como se chama a raiz da mandioca?

269. AUAUAÇU

E aquele tipo de maniva que tem uma mandioca amarela?

270. BEIJU-CICA

E do beiju feito de massa de mandioca que é ralada sem a casca e sem a pele?

271. BEIJU DE MANDIOCA LAVADA

E do beiju feito de massa de mandioca lavada, enrolado na casca de banana?

272. BONITINHA

E o nome da maniva de mandioca branca?

273. CAÇUÁ

Como se chama o cesto usado para carregar mandioca?

274. CASA DE FARINHA

Qual o nome que se dá à palhoça ou tapiri onde se encontram todos os instrumentos que se usam na fabricação dos produtos de mandioca?

275. CHIBÉ

Como se chama aquele pirão feito com água e farinha de mandioca?

276. CRUEIRA

Qual o nome da massa de mandioca mole que, ao sair do tipiti, não serve para fazer farinha e é dada aos animais que se criam em casa?

277. ENFORNAR

Como se chama a primeira fase de fabricação de farinha de forno e que se tem de secar antes da torração?

278. ESPALHADOURA

E a pessoa que espalha as manivas que se encontram dentro dos paneiros, para serem plantadas?

279. FARINHA D'ÁGUA

Nome da farinha fabricada com mandioca sem ser ralada, mole, por ter ficado três dias de molho para fabricação?

280. FORNADA

Como se chama a fabricação de uma determinada quantidade de farinha?

281. FORNO

Onde se escalda, esquenta e torra a mandioca?

282. GAMELA

Qual o nome do recipiente onde se guarda a massa de mandioca que sai do tipiti?

283. GOMA

E o nome daquela massa branca que sai da mandioca?

284. MACAXEIRA

Que outro nome é dado à planta maniva? À mandioca doce não venenosa?

285. MANICUERA

Onde é plantada a mandioca?

286. PENEIRA

Nome do instrumento de palha entrelaçada, que serve para coar a massa de mandioca?

287. PRENSA

Qual o instrumento que serve para apertar a mandioca para extrair-lhe o caldo?

288. TAPIOCA

E da goma feita de mandioca já seca e torrada no forno?

289. TIPITI

Nome daquela coisa fabricada com tala de guarumã, que serve para espremer a massa de mandioca na fabricação da farinha?

290. TAPIRITI

E do rolete de massa de mandioca que sai do tipiti?

291. TARUBÁ

Qual aquela bebida fermentada feita com massa de mandioca?

## 2.2 Caça e Pesca

292. \_\_\_\_\_  
Que tipos de instrumentos se usam para pescar?
293. ANDAIME  
Como se chama o toro de madeira onde o pescador aguarda o peixe para arpoá-lo?
294. ANZOL  
E o instrumento de pesca com que se apanham os peixes?
295. ARPÃO  
Nome do instrumento usado na pesca do pirarucu e do peixe-boi?
296. ARPOADOR  
Aquele que lança o arpão é chamado de \_\_\_\_\_.
297. ARPOEIRA  
Corda de algodão que prende o arpão.
298. ARRASTÃO  
Nome da rede de pesca com que se apanham todas as espécies de peixe.
299. BÓIA  
Nome do peso colocado no fim da linha de pesca para que o pescador saia sem ferimentos da pescaria?  
(Nome do objeto que se coloca para prender a malhadeira em cima d'água entralhe de cima)
300. CACURI  
Modo de pescaria em que se tem de tapar a boca dos igarapés e lagos para aprisionar os peixes?
301. CAIPORA  
Nome que se dá àquele que é infeliz na caça e na pesca?
302. CAMURI  
Nome da pesca feita com uma linha que o pescador usa na mão?
303. CHUMBADA  
Peso colocado na linha de pesca para fazê-la mergulhar.
304. ESTIRADEIRA  
Linha de pesca com muitos anzóis, colocada ao longo dos rios e dos igarapés?
305. FEITORIA  
Nome do lugar onde se salgam os peixes à margem de um rio ou lago?
306. FLECHADOR

Nome daquele que fica horas à espera para conseguir apanhar tartaruga, tracajá e outros animais de casco?

307. ITAPUÁ

Nome do tipo de arpão usado na caça ou na pesca da tartaruga?

308. LANHAR

Como se chama o modo de se cortar o peixe pela coluna vertebral?

309. LEVAR O ANZOL

E a maneira do peixe morder o anzol e correr com ele?

310. MALHADEIRA

Nome que se dá à rede que o pescador coloca à tardinha num igarapé ou pequena enseada, para que, no outro dia, a encontre lotada de peixe.

311. PESCARIA DE CANIÇO

Pescaria em que se utiliza apenas uma vara?

312. PINAUAUACA

Nome do peixe que serve para pescar o tucunaré, que tem as barbatanas vermelhas?

313. TARRAFA/ SACO

Como se chama a rede de pesca cuja forma é redonda e é lançada da canoa ou mesmo da terra?

314. SACO

E onde o peixe fica preso na tarrafa?

315. VENTRECHA

Nome que se dá ao pedaço do peixe que é muito gorduroso?

*3.3 Meios de Transporte Fluvial*

316. \_\_\_\_\_

Quais os tipos de embarcação que vocês têm por aqui?

317. BANCO DE VELA

E do banco do meio de uma canoa? E o nome do banco que fica em frente ao banco de popa?

318. BATELÃO

Como se chama uma barcaça (de madeira) que pode ser movida a remo ou rebocada e tem, geralmente, a capacidade de conduzir toneladas de juta, de mercadorias, etc.

319. CANOA MANEIRA

E de uma canoa levíssima, pouco larga, mas alongada?

320. CASCO

Nome da montaria feita de uma só tora de madeira.

321. FOGÃO

Nome que se dá ao convés da canoa?

322. GARERA

Canoa abandonada que serve de depósito onde se guarda a massa de mandioca que sai do tipiti.

323. IGARITÉ

Nome da canoa grande, canoa verdadeira da Amazônia

324. MOTOR/ MOTOR DE POPA

Qual o nome que se dá a qualquer embarcação movida à máquina? E à embarcação com a máquina localizada atrás?

325. PRANCHA

Qual o nome daquela peça de madeira que serve de ponte para as pessoas saírem das embarcações?

326. QUILHA

E da peça que guia a embarcação?

327. REMO

Nome do instrumento de madeira, que tem um cabo redondo e termina com uma parte larga, que serve para fazer funcionar as pequenas embarcações?

328. TOLDO

E o nome da cobertura das embarcações maiores movidas a motor?

329. ZAGAIA

Como se chama aquele instrumento que serve para espetar o peixe em certas partes, onde a água do rio é rasa e clara?

330. \_\_\_\_\_

Com que tipo de embarcação vocês costumam pescar?

## ANEXO B

### **Projeto: vertentes do português popular do estado da bahia Chave de transcrição dante lucchesi**

#### **2. Fatos fônicos que não devem ser registrados**

a) Elevação das vogais médias em distribuição pré-acentuada, quer no interior de um mesmo vocábulo, quer no interior de um grupo de força (como no caso das seqüências com a reposição em), e pós-acentuada não-final;

Ex: estava, e não istava; domingo, e não dumingo; em casa, e não im casa; rédea, e não rédia.

Exceção: transcrever ni e não ne: fui ni Feira de Santana.

b) Elevação das vogais médias em posição átona final.

Ex.: [nomi] > nome; [matu] > mato

c) Ditongação antes de consoante constrictiva implosiva.

Ex.: [meys] > mês

d) Ditongação da terminação nasal -em

Ex.: tem, e não teim; ninguém, e não ninguém.

e) Palatalização de t e d, antes de vogal palatal.

Ex.: ponte, e não pontche; noite, e não noitche.

Obs.: palatalizações mais desviantes da norma urbana devem ser registradas: muntcho, dôdio, tchem, tcherra.

f) epêntese da vogal alta que desfaz o travamento de grupo consonântico.

Ex.: advogado, e não adivogado; psicologia, e não pissicologia.

Obs.: A inserção de uma vogal média deve ser registrada: adevogado.

g) Realização velar ou faríngea de certas consoantes constrictivas:

Ex.: tava por [´taha] ou [´taxa]; mais por [mayh]

h) Supressão da consoante nasa

Ex.: tenho por [tenu]; uma por [una]

i) Vocalização da consoante lateral pós-vocálica

Ex.: mel, e não méu; Brasil, e não Brasiu; animal, e não animau.

#### **5. Detalhamento**

##### **1. Consoantes implosivas – (C)VC**

a) /S/

- a variante zero deve ser registrada: os menino.

- as variantes velar/glotal não devem ser registradas: mesmo para [ˈmehmo].

b) /l/

- a variante zero deve ser registrada: papé, animá, horríve etc.

- as variantes constrictivas, [x] e [h], devem ser registradas com o grafema <r>:

vorta, arcançou, etc.

c) /x/

- a variante zero deve ser registrada: brincá, corrê, dormí, partí.

Exceção: A forma do verbo ir deve ser sempre transcrita como ir.

- a variante [w] deve ser registrada: felvendo, nelvoso.

d) /N/

- deve-se registrar a redução dos ditongos nasais em final de palavra: viage, bença,

correro.

e) A inserção de uma vogal, criando uma nova sílaba (CVC > CVCV): dificuldade; tale,

capinho.

f) semivogais

- Redução de ditongos, tanto em posição final, quanto em posição medial, utilizando

o acento circunflexo na sílaba tônica.

Ex.: matô; côro; poquinho; cantê; dêxa.

Exceção: a conjunção ou deve ser sempre transcrita por ou e não ô.

2. Padrão silábico CCV

a) redução do grupo (CCV > CV): cumpade, ôto, péda.

b) CCV > CVC: percurar.

c) CVC > CCV: preguntô; drumença.

d) CCV > CVCV: fulô.

3. Vogais

a) Abaixamento das vogais altas em distribuição não acentuada.

Ex.: deferente por diferente.

b) Redução específica de certos ditongos como em *truxe* [trusi] por *trouxe*, em que ocorre também a elevação da vogal.

c) Nasalização.

Ex.: *ingual* por *igual*; *ingnorância* por *ignorância*, *inzame* por *exame* (neste caso, colocar em *itálico*).

d) Usa-se o acento de timbre para indicar uma realização distinta da normal.

Ex.: *interésse* por *interesse*.

e) Troca de *e* ou *en* por *a* ou *an*, e vice-versa.

Ex.: *antão* por *então*.

f) Troca de vogal posterior pela anterior, em distribuição átona final.

Ex.: *quande* por *quando*; *devide* por *devido*; *tem* por *tenho*.

g) Ditongação.

Ex.: *saudia* por *sadia*.

#### 4. Consoantes

a) o "ieísmo".

Ex.: *muié* por *mulher*; *véizim* por *velhozinho*; *trabaio* por *trabalho*.

b) o rotacismo.

Ex.: *pranta* por *planta*; *prantação* por *plantação*.

#### 5. Inserção e supressão de segmentos fônicos

a) inserção de segmento no início do vocábulo.

Ex.: *ieu* por *eu*; *amontá* por *montar*; *evém* por *vem*.

b) supressão de segmento no início do vocábulo, com apóstrofo

Ex.: *'bservano* por *observando*; *'djutóro* por *adjutório*; *'cabô* por *acabou*; *'fraquiceno* por *enfraquecendo*; *'ocê* por *você*.

Exceção: *cê*, *tá*, *tão*, *tamos*.

c) supressão de segmento no final do vocábulo, com a utilização do apóstrofo quando ocorrer junção com vocábulo posterior.

Ex.: *quan'* *nada*; *den'* *de*; *des'* *tamanho*; *pó'* *dêxá*.

d) a elisão entre palavras diferentes.

Ex.: dêx'eu; pr'aculá; s'istrompô; mand'ele.

Exceção: a elisão com o que não deve ser registrada; que eu e não qu'eu; que é e não qu'é.

e) redução de terminações verbais.

Ex.: cantaro ou cantarum por cantaram; brincano por brincando.

f) redução do morfema de diminutivo.

Ex.: véim por velhinho; urim por ourinho.

g) redução do ditongo /ãw/.

Ex.: Som Paulo por São Paulo.

h) redução de proparoxítonas, bem como das falsas proparoxítonas, com a manutenção do acento para facilitar o entendimento da forma, quando necessário.

Ex.: épa por época; lâmpa por lâmpada; abróba por abóbora; estâumbo por estômago; remédo por remédio; criatóro por criatório; muléstra por moléstia.

i) A combinação de fatos acima mencionados, com a utilização do acento de timbre para evitar ambigüidade, quando for o caso.

Ex.: 'quês por aqueles; véi por velhos (para distinguir véi de vei – forma reduzida de veio) ; fi por filho; ói por olhe.

j) aglutinação.

Ex.: nestante; vumbora, vou m'embora.

## ANEXO C

### Quadro comparativo entre os dados do ALAM e a presente pesquisa

CONCEITOS	ALAM	PLPFCQBAM <sup>12</sup>
<b>Igarapé</b>		
Total de variantes	12	06
Variantes predominantes	Igarapé, lago, riacho	Igarapé, cabecera, canal
Variantes em comum	Igarapé, cabecera, rio estreito	
Variantes discordantes		Canal, furo, estreito, gruta pequena
<b>Redemoinho</b>		
Total de variantes	04	07
Variantes predominantes	Funil, redemoinho, rebojo	Remoinho, funil
Variantes em comum	Funil, remanso	
Variantes discordantes		Remoinho, funil, corrupio, correnteza.
<b>Vazante</b>		
Total de variantes	03	06
Variantes predominantes	Seca, vazante	Seca(é), seca(ê)
Variantes em comum	Seca, vazante	
Variantes discordantes		Verão (tempo de), tempo
<b>Tipitinga</b>		
Total de variantes	06	04
Variantes predominantes	Toldada, tipitinga, suja	Tipitinga
Variantes em comum	Tipitinga, branca, suja	
Variantes discordantes		
<b>Várzea</b>		
Total de variantes	03	07
Variantes predominantes	Várzea, restinga	Varja, várzea
Variantes em comum	Várzea, restinga	
Variantes discordantes		Varja, massapé, (peremembeca)
<b>Cova</b>		
Total de variantes	03	02
Variantes predominantes	Cova, manicuja	Manicuja, cova
Variantes em comum	Cova, manicuja	
Variantes discordantes		
<b>Cipó-timbó</b>		

<sup>12</sup> Comunidades quilombolas de Barreirinha - AM

Total de variantes	05	01
Variante predominantes	Timbó, tingui	Timbó
Variante em comum	Timbó	
Variante discordantes		
<b>Redemoinho (do vento)</b>		
Total de variantes	02	02
Variante predominantes	Redemoinho, furacão	Remoinho
Variante em comum	...	
Variante discordantes		Remoinho, corrupio
<b>Raio</b>		
Total de variantes	03	04
Variante predominantes	Raio, corisco, faísca	Raio
Variante em comum	Raio, corisco	
Variante discordantes		Relâmpago, pedra de raio, saraiva
<b>Garoa</b>		
Total de variantes	10	06
Variante predominantes	Chuvisco, sereno, chuva (fraca/miúda/fina)	Chuvisco
Variante em comum	Chuvisco, chuva (miúda/fina)	
Variante discordantes		Chuva branca, chuviscozinho
<b>Arco-íris</b>		
Total de variantes	01	02
Variante predominantes	Arco-íris	Arco-íris
Variante em comum	Arco-íris	
Variante discordantes		Arco-da-aliança
<b>Orvalho</b>		
Total de variantes	04	02
Variante predominantes	Sereno, orvalho	Sereno, orvalho
Variante em comum	Sereno, orvalho	
Variante discordantes		

<b>Nevoeiro</b>		
Total de variantes	09	04
Variantes predominantes	Neve, cerração, neblina.	Orvalho, neblina
Variantes em comum	Neve, orvalho, neblina.	
Variantes discordantes		
<b>Anteontem</b>		
Total de variantes	07	07
Variantes predominantes	Anteontem, antes de ontem, antonte.	Ontonte, anteontem, onteontem.
Variantes em comum	Anteontem Ontonte,	
Variantes discordantes		Ontionte
<b>Transanteontem</b>		
Total de variantes	16	05
Variantes predominantes	Ternaontonte, antes de anteontem	Sem predominante
Variantes em comum	...	
Variantes discordantes		Ante do anteontem, ontontem, ontem ontonte, ante depois, outro dia
<b>João-de-barro</b>		
Total de variantes	05	09
Variantes predominantes	João-de-barro, maria-de-barro	Pavão, joão-de-barro
Variantes em comum	João-de-barro	
Variantes discordantes		Barrero, joão-de-pau, sabiá, beja-flor, canário, carachué, bem-te-vi, pavão.
<b>Galinha-d'angola</b>		
Total de variantes	05	01
Variantes predominantes	Picota, pedrês, galinha d'angola	Picote
Variantes em comum	...	
Variantes discordantes		Picote
<b>Vitória-régia</b>		

Total de variantes	05	05
Variantes predominantes	Vitória-régia	Vitória-régia
Variantes em comum	Vitória-régia	
Variantes discordantes		Chapéu de boto, mureru grande, arraiacaá, forno-de-cobra grande.
<b>Cupuaçu</b>		
Total de variantes	03	04
Variantes predominantes	Cupuaçu	Cupu
Variantes em comum	Cupu, cupuaçu	
Variantes discordantes		(cupuzero, cacau)
<b>Seringueira</b>		
Total de variantes	02	03
Variantes predominantes	Seringa, seringueira	Seringa
Variantes em comum	Seringa, seringueira	
Variantes discordantes		Seringueira
<b>Nuca</b>		
Total de variantes	04	04
Variantes predominantes	Nuca, cangote	Pescoço, cangote
Variantes em comum	Nuca, cangote, pescoço	
Variantes discordantes		Armação
<b>Pomo-de-adão</b>		
Total de variantes	08	04
Variantes predominantes	Gogó, garganta	Gorongá, gogó
Variantes em comum	Gogó, garganta, goronga.	
Variantes discordantes		Caroço
<b>Moleira</b>		
Total de variantes	03	02
Variantes predominantes	Moleira	Molera
Variantes em comum	...	
Variantes discordantes		Molera, morilo
<b>Rótula</b>		
Total de variantes	07	04

Variantes predominantes	Rótula, bolacha	Pratinho
Variantes em comum	...	
Variantes discordantes		Pratinho (do joelho), Rótulo, rótu, prato.
<b>Dentes caninos</b>		
Total de variantes	05	06
Variantes predominantes	Presa, caninos	Presa
Variantes em comum	Presa, (macacão) Presa, macaco, macaquinho.	
Variantes discordantes		Dente grande, carnívoro.
<b>Dente do siso</b>		
Total de variantes	06	04
Variantes predominantes	Dentiqueiro, queiro, quexal	Dente de leite
Variantes em comum	Quexal	
Variantes discordantes		Caçulo
<b>Dentes molares</b>		
Total de variantes	03	05
Variantes predominantes	Queixal, queixais, molares	(Dente do) quexal,
Variantes em comum		
Variantes discordantes	Molares	(Dente do) quexal, dente de leite, dentes menores, macaca.
<b>Desdentado</b>		
Total de variantes	03	04
Variantes predominantes	Banquelo, desdentado, sem dente.	Banquelo, desdentado, sem dente.
Variantes em comum	Banquelo, desdentado, sem dente.	
Variantes discordantes		Boca-mole
<b>Fanhoso</b>		
Total de variantes	02	02
Variantes predominantes	Fanhoso, fom-fom	Fom-fom, fanhoso
Variantes em comum	Fanhoso, fom-fom	
Variantes discordantes		...

<b>Caolho</b>		
Total de variantes	09	06
Variantes predominantes	Cego, caolho, cego de (um lado/um olho)	Cego dum lado
Variantes em comum	Caolho, cego, cegueré	
Variantes discordantes		Vesgueta, vesgo, farta de vista
<b>Vesgo</b>		
Total de variantes	08	02
Variantes predominantes	Zanoio, vesgo, vesgueta	Vesgo
Variantes em comum	Vesgo	
Variantes discordantes		Caolho
<b>Terçol</b>		
Total de variantes	04	07
Variantes predominantes	Terçol, treçol, treiçol.	Treçol
Variantes em comum	Terçol, treçol, treiçol.	
Variantes discordantes		Treçor, estreçol
<b>Soluço</b>		
Total de variantes	02	03
Variantes predominantes	Soluço, saluço	Soluço
Variantes em comum	Soluço, saluço	
Variantes discordantes		Solucio
<b>Cataraca</b>		
Total de variantes	07	03
Variantes predominantes	Cataraca, bostela, meleca	Bostela
Variantes em comum	bostela, meleca	
Variantes discordantes		Sujura
<b>Perneta</b>		
Total de variantes	08	05
Variantes predominantes	Aleijado, perneta	Alejado
Variantes em comum	Só uma perna, deficiente	
Variantes discordantes		Alejado, sem-perna, maneta.

<b>Manco</b>		
Total de variantes	10	08
Variantes predominantes	Aleijado, coxo, coxó	Aleijado, paralítico, coxeta, deficiente
Variantes em comum	Coxo, manco, ale(i)jado	
Variantes discordantes		Maneta, deficiente, andamanco, coxeta paralítico.
<b>Cambota</b>		
Total de variantes	05	05
Variantes predominantes	Cambota, perna torta	Perna torta
Variantes em comum	Cambota, perna torta perna de alicate.	
Variantes discordantes		Perna de cuiapéua, perna de compasso
<b>Axila</b>		
Total de variantes	03	04
Variantes predominantes	Sovaco, axila.	Sovaco
Variantes em comum	Sovaco, axila.	
Variantes discordantes		...
<b>Cecê</b>		
Total de variantes	09	06
Variantes predominantes	Cecê, sovaquinho/sovacão, catinga	Catinga
Variantes em comum	Cecê, catinga, inhaca	
Variantes discordantes		Chero de porco, piché de porco
<b>Cunhantã</b>		
Total de variantes	06	05
Variantes predominantes	Garota, menina, cunhantã	Menina, cunhantãe
Variantes em comum	Garota, menina	
Variantes discordantes		Cunhantãe, cuiantãe, garotinha
<b>Curumim</b>		
Total de variantes	05	03

Variantes predominantes	Garoto, menino, curumim	Curumim, menino
Variantes em comum	Garoto, menino, curumim	
Variantes discordantes		mirrim
<b>Coruba</b>		
Total de variantes	04	08
Variantes predominantes	Coruba ferida/feridento/feridinha, pereba	
Variantes em comum	Coruba, ferida	
Variantes discordantes		Bortueja, impige, micose, lestimaniose, friera, catapora, alergia.
<b>Papeira</b>		
Total de variantes	04	07
Variantes predominantes	Papeira, caxumba	papera
Variantes em comum	Pape(i)ra, pape(i)ro.	
Variantes discordantes		Inchaço, glândula abscesso, dor de dente
<b>Mingau de caridade</b>		
Total de variantes	03	07
Variantes predominantes	(Mingau de) caridade, caribé	Caribé
Variantes em comum	(Mingau de) caridade, caribé	
Variantes discordantes		Carimã, seguro de vida, reforço, mingau de farinha.
<b>Mojica</b>		
Total de variantes	03	02
Variantes predominantes	Mojica, desfiado	
Variantes em comum	Mojica	
Variantes discordantes		Amassado
<b>Moquear/moqueado</b>		
Total de variantes		
Variantes predominantes	Mal assado, moqueado,	Chamusca(r), mal assado

	moquinhado.	
Variantes em comum	Mal assado, moqueado, (quase) cru	
Variantes discordantes		Sabrecá, muxira, mixira
<b>Pé-de-moleque</b>		
Total de variantes	04	07
Variantes predominantes	Pé-de-moleque, beiju na folha	Pé-de-moleque, (beju) lavado
Variantes em comum	Pé-de-moleque,	
Variantes discordantes		(beju) lavado, (cica), bjuzinho, embrulhado
<b>Bêbado</b>		
Total de variantes	08	06
Variantes predominantes	Beberrão, pé inchado, alcólatra	
Variantes em comum	Embriagado, bebo	
Variantes discordantes		Porre, bêbado
<b>Porronca/Cigarro de palha</b>		
Total de variantes	11	05
Variantes predominantes	Porronca, tabacão/tabaco/charlatão/charuto	Porronca, tabacão
Variantes em comum	Porronca, tabacão, tabaco, cigarro de palha	
Variantes discordantes		Tabaca, porroncão
<b>Bagana/Toco de cigarro</b>		
Total de variantes	06	02
Variantes predominantes	Bagana, ponta de cigarro	Bagana, ponta de cigarro
Variantes em comum	Bagana, ponta de cigarro	
Variantes discordantes		...
<b>Abano</b>		
Total de variantes	04	01
Variantes predominantes	Abano, leque, abanador	Abano
Variantes em comum	Abano	
Variantes discordantes		...

<b>Alguidar</b>		
Total de variantes	04	06
Variantes predominantes	Panela de barro, panela, alguidar	Panela de barro
Variantes em comum	Panela de barro, panela	
Variantes discordantes		Arguidau, alguidau, panela grossa.
<b>Rede</b>		
Total de variantes	03	03
Variantes predominantes	Rede	Rede.
Variantes em comum	Rede	
Variantes discordantes		Maquira, cacurá
<b>Candeeiro</b>		
Total de variantes	06	05
Variantes predominantes	Lamparina, candeeiro	Lamparina, candiero
Variantes em comum	Lamparina,	
Variantes discordantes		Candiero, poronga, (istarina, vela)
<b>Cumeeira</b>		
Total de variantes	10	03
Variantes predominantes	cumeeira	cumiera
Variantes em comum		
Variantes discordantes		Cumiera, cuminhera, linha
<b>Ferrolho</b>		
Total de variantes	05	06
Variantes predominantes	Fechadura, chave, ferrolho.	Fechadura, chave, ferrolho.
Variantes em comum	Fechadura, chave, ferrolho	
Variantes discordantes		Trinco, cadeado, pauzinho.
<b>Rodo/ Cuiapéua</b>		
Total de variantes	04	04
Variantes predominantes	Remo, rodo, tarubá	Taru, rodo, cuapéua

Variantes em comum	Rodo	
Variantes discordantes		Taru, cuiapéua, pazinha
<b>Flutuante</b>		
Total de variantes	04	
Variantes predominantes	Flutuante, balsa	Flutuante, frutuante
Variantes em comum	Flutuante	
Variantes discordantes		Frutuante
<b>Jirau</b>		
Total de variantes	04	02
Variantes predominantes	Jirau	Jirau
Variantes em comum	Jirau	
Variantes discordantes		Pia
<b>Privada</b>		
Total de variantes	11	04
Variantes predominantes	Vaso, vaso sanitário, sanitário	Sanitário, banheiro
Variantes em comum	Vaso, sanitário, sanitário, banhe(i)ro, privada	
Variantes discordantes		...
<b>Púcaro</b>		
Total de variantes	04	03
Variantes predominantes	Caneco, púcaro	Caneco, púcaro
Variantes em comum	Caneco, púcaro,	
Variantes discordantes		Concha
<b>Tapiri</b>		
Total de variantes	05	05
Variantes predominantes	Casa de palha, tapiri	Casa de palha, palhoça
Variantes em comum	Casa de palha, palhoça	
Variantes discordantes		Cozinha, casa empalhada, casa provisória
<b>Tupé</b>		
Total de variantes	04	04
Variantes predominantes	Tupé, este(i)ra, Tapete de palha	Tupé, este(i)ra.
Variantes em comum	Tupé, este(i)ra, Tapete de palha	
Variantes discordantes		Tapete

<b>Sutiã</b>		
Total de variantes	02	02
Variantes predominantes	Sutiã, corpete	Sutiã
Variantes em comum	Sutiã, corpete	
Variantes discordantes		...
<b>Tipos de indícios de mau presságio</b>		
Total de variantes	19	10
Variantes predominantes	Chinelo emborcado	Banco de perna para cima
Variantes em comum	Sandália emborcada	
Variantes discordantes		
<b>Tipos de indícios de que vai receber dinheiro</b>		
Total de variantes	09	03
Variantes predominantes	Coçar a mão, coceira na mão	Cocera na mão
Variantes em comum	Coce(i)ra na mão	
Variantes discordantes		
<b>Método caseiro para aliviar pessoa engasgada com espinha</b>		
Total de variantes	13	09
Variantes predominantes	Come banana, rezar	Benzê
Variantes em comum	Roda o prato, mete o dedo	
Variantes discordantes		
<b>Método caseiro para aliviar soluço das crianças</b>		
Total de variantes	17	12
Variantes predominantes	Beber água	Papel na testa
Variantes em comum	Papel na testa, Dar o peito	

Variantes discordantes		
<b>Mau olhado</b>		
Total de variantes	12	10
Variantes predominantes	Mau olhado invejoso(a), olho grande	Olho grande, mau olhado
Variantes em comum	Olho grande, mau olhado, olho gordo.	
Variantes discordantes		
<b>Diabo</b>		
Total de variantes	05	08
Variantes predominantes	Diabo, sataná, cão	Diabo, sataná, demônio
Variantes em comum	Diabo, sataná, demônio, capeta	
Variantes discordantes		Tibinga, bicho perigoso, encardido, Lúcifer
<b>Filho mais novo</b>		
Total de variantes	05	03
Variantes predominantes	Caçula, mais novo	O caçulo, o caçula.
Variantes em comum	Caçula	
Variantes discordantes		Caçulo, o mais criança.
<b>Prostituta</b>		
Total de variantes	05	04
Variantes predominantes	Prostituta, puta	Prostituta
Variantes em comum	Prostituta, puta, rapariga	
Variantes discordantes		Amiga do cara
<b>Xará</b>		
Total de variantes	07	03
Variantes predominantes	Xará, xarapim, xarapi	Xará, chero
Variantes em comum	Xará, (teu) cheiro	
Variantes discordantes		
<b>Camalhota</b>		
Total de variantes	11	03
Variantes predominantes	Carambola, calambota, cambalhota	Calambota, calambiota
Variantes em comum	Calambota	

Variantes discordantes		Calambiota
<b>Bolinha de gude</b>		
Total de variantes	02	02
Variantes predominantes	Peteca, bolinha	Bolinha, peteca
Variantes em comum	Peteca, bolinha	
Variantes discordantes		...
<b>Estilingue</b>		
Total de variantes	03	02
Variantes predominantes	Baladeira	Baladera
Variantes em comum	Baladeira	
Variantes discordantes		Baladera
<b>Cabra-cega</b>		
Total de variantes	05	02
Variantes predominantes	Pata-cega, caba/cabra cega	Pata-cega
Variantes em comum	Pata-cega	
Variantes discordantes		Cobra-cega
<b>Macaca/Amarelinha</b>		
Total de variantes	02	02
Variantes predominantes	Macaca	Macaca, amaralilha
Variantes em comum	Macaca	
Variantes discordantes		amarlinha
<b>Acesa</b>		
Total de variantes	13	13
Variantes predominantes	Danada, traquina	Perigosa/(a) sanhada.
Variantes em comum	Danada, traquina, perigosa, acesa, sapeca,	
Variantes discordantes		(a)/sanhada, puladera, piranha, cúira, mupira
<b>Avexado</b>		
Total de variantes	08	06
Variantes predominantes	Avexado(a)/vexada, apressado(a)	Apressado(a)
Variantes em comum	Avexado, apressado(a), rápido, aperreado, afobado	
Variantes discordantes		Com pressa, cúira.

<b>Prisão de ventre/Empachado</b>		
Total de variantes	12	04
Variante predominantes	Entupido, impedido	Intoxicado(a) (ch), empachado(a)
Variante em comum	Prisão de ventre, empachado(a)	
Variante discordantes		Intoxicado(a), enfeiteado
<b>Fuxiqueiro (a)</b>		
Total de variantes	09	05
Variante predominantes	Fofoqueiro, fuxiqueiro	Fofoqueiro(a), falador/faladera
Variante em comum	Fofoqueiro, fuxiqueiro, falade(i)ra.	
Variante discordantes		Mariquinha, enredero
<b>Gitinho(a)</b>		
Total de variantes	05	04
Variante predominantes	Pequeno/pequeninho, gitinho(a)/ gito, bem miúdo/miudinho.	Gitinho, gito.
Variante em comum	Pequeno/pequeninho, gitinho(a)/ gito,	
Variante discordantes		Pequenino, pequeninho
<b>Leso (a)</b>		
Total de variantes	06	08
Variante predominantes	Leso (a), abestado (a), abobado (a), bobo (a)	Boba
Variante em comum	bobo (a), besta,	
Variante discordantes		Burro, palesma, não sabe nada, para, falta de juízo.
<b>Tipos de tempero feito com mandioca mole/ Arubé</b>		
Total de variantes	05	06
Variante predominantes	Arubé, tucupi	Arubé
Variante em comum	Arubé, urubé	

Variantes discordantes		Urupé, marubé, caxiomba, pajiroba
<b>Beju-cica</b>		
Total de variantes	05	01
Variantes predominantes	Beju-cica (chica),	Beju-cica
Variantes em comum		
Variantes discordantes		Beju-cica
<b>Caçuá</b>		
Total de variantes	04	02
Variantes predominantes	Paneiro, aturá	panero
Variantes em comum		
Variantes discordantes		Panero, saca
<b>Casa-de-farinha</b>		
Total de variantes	05	03
Variantes predominantes	Casa-de-farinha, casa-de-forno	Cozinha
Variantes em comum	Casa de farinha, cozinha de farinha	
Variantes discordantes		cozinha
<b>Chibé</b>		
Total de variantes	06	02
Variantes predominantes	Chibé, jacuba, pirão	Chibé, pirão
Variantes em comum	Chibé, pirão	
Variantes discordantes		...
<b>Crueira</b>		
Total de variantes	04	01
Variantes predominantes	Crueira, carueira	Cruera
Variantes em comum		
Variantes discordantes		Cruera
<b>Farinha d'água</b>		
Total de variantes	03	05
Variantes predominantes	Farinha d'água, farinha de massa puba/pubá/apuba	Farinha de mandioca mole, farinha de mistura
Variantes em comum	Farinha d'água	
Variantes discordantes		Farinha de mandioca

		mole, farinha de mistura, farinha de toco-mole, farinha seca.
<b>Bebidas fermentadas à base de mandioca mole/Tarubá</b>		
Total de variantes	05	03
Variantes predominantes	Tarubá	Tarubá, caxiromba
Variantes em comum	Tarubá, pajiroba	
Variantes discordantes		...
<b>Bóia</b>		
Total de variantes	06	03
Variantes predominantes	Chumbo, chumbada, bóia	Bóia
Variantes em comum	chumbada, bóia	
Variantes discordantes		Entralho de cima
<b>Cacuri</b>		
Total de variantes	06	04
Variantes predominantes	Tapagem, cerca, curral	Batição
Variantes em comum	Tapage/(m), cerca	
Variantes discordantes		Batição
<b>Panema/Caipora</b>		
Total de variantes	08	01
Variantes predominantes	Panema	Panema
Variantes em comum	Panema	
Variantes discordantes		...
<b>Espinhel/Estiradeira</b>		
Total de variantes	04	03
Variantes predominantes	Espinhel, espinha, espinhelão	Espinhel
Variantes em comum	Espinhel	
Variantes discordantes		Espinher, estiradera
<b>Tipos de arpão usado para caçar tartaruga/Itapuá</b>		

Total de variantes		
Variantes predominantes	Jaticá, jatecá, jaqueta, tapuá	Tapuá
Variantes em comum		
Variantes discordantes		Tapuã
<b>Tipos de embarcação para transporte de mercadorias/ Batelão</b>		
Total de variantes	07	04
Variantes predominantes	Batelão, balsa	Balsa, batelão
Variantes em comum	Batelão, balsa	
Variantes discordantes		Jangada, motor
<b>Tipos de lança para captura de pescado/ Zagaia/Arpão</b>		
Total de variantes	07	04
Variantes predominantes	Zagaia, flecha, arpão	Zagaia, arpão
Variantes em comum	Zagaia, flecha, arpão,	
Variantes discordantes		hastea
<b>Temporal/Tromba d'água</b>		
Total de variantes	06	05
Variantes predominantes	Temporal, chuva grossa/forte/grande/pesada, (chuva) rápida/ ligeira/ passageira, Tempestade	Chuva grossa
Variantes em comum	Chuva grossa/forte, temporal	
Variantes discordantes		Chuva, bem grossa, chuva graúda
<b>Poente/Pôr-do-sol</b>		
Total de variantes	09	05
Variantes predominantes	Poente, anoitecendo/anoitecer da noite, escurecendo	...
Variantes em comum	pôr-do-sol	

Variantes discordantes		vai anoitecer (ta)anoitecendo raio-do-sol ja ta escuro sol sentando
<b>Correnteza</b>		
Total de variantes	04	03
Variantes predominantes	Correnteza, corredeira	Correnteza
Variantes em comum	Correnteza	
Variantes discordantes		Força-d'água, meio do rio.
<b>Tipos de canais naturais navegáveis/ Furo, varadouro</b>		
Total de variantes	11	11
Variantes predominantes	Furo, igarapé, varadouro	Furo,
Variantes em comum	Furo, atalho,	
Variantes discordantes		Passage, travessia, atalho, varador/varadô, igapó, estrada, passage, caminho.
<b>Coivara</b>		
Total de variantes	05	03
Variantes predominantes	Coivara, encoivaração, queimada/queimação	Coivara
Variantes em comum	Coivara	
Variantes discordantes		Desgalhá, desgalha
<b>Gramíneas mais frequentes em terrenos alagadiços</b>		
Total de variantes		
Variantes predominantes		
Variantes em comum		

Variantes discordantes		
<b>Tipos de estrelas e constelações</b>		
Total de variantes		
Variantes predominantes		
Variantes em comum		
Variantes discordantes		
<b>Peixes de couro da família das Pimelodidae</b>		
Total de variantes		
Variantes predominantes		
Variantes em comum		
Variantes discordantes		
<b>Peixes de escama da família Cichilidae</b>		
Total de variantes		
Variantes predominantes		
Variantes em comum		
Variantes discordantes		
<b>Quelônios aquáticos da família Pelomedisidae</b>		
Total de variantes		
Variantes predominantes		
Variantes em comum		
Variantes discordantes		
<b>Remédios caseiros para sarampo</b>		
Total de variantes	10	03
Variantes predominantes	Chá de sabugueiro	Sabugueiro (a)
Variantes em comum	Chá de sabugue(i)ro	
Variantes discordantes		Palha de milho, folha de

		sabugero
<b>Remédios caseiros para gripe</b>		
Total de variantes	16	16
Variantes predominantes	Chá de limão	Limão
Variantes em comum	Chá de limão	
Variantes discordantes		
<b>Remédios caseiros para coqueluche</b>		
Total de variantes	13	06
Variantes predominantes		
Variantes em comum		
Variantes discordantes		
<b>Formas usadas contra quebranto</b>		
Total de variantes	09	15
Variantes predominantes	Reza/ (Mandar) rezar, vassourinha.	Benzer, benzê
Variantes em comum	Benzer	
Variantes discordantes		
<b>Local onde se guardam as tartarugas</b>		
Total de variantes	08	
Variantes predominantes	Viveiro tabuleiro	
Variantes em comum		
Variantes discordantes		
<b>Cerca</b>		
Total de variantes		
Variantes predominantes		
Variantes em comum	Cative(i)ro, chocade(i)ra	
Variantes discordantes		Buraco cavado/na terra; boiador; cercado

<b>Dismintidura</b>	Desmentidura,desmentido, desmentiu	
Total de variantes	06	
Variante predominantes	Desmentidura desmentido desmentiu, deslocado.	Desmentido, Dismintidura,
Variante em comum	Desmentidura, desmentido, deslocado.	
Variante discordantes		

**ANEXO D**  
**Quadro com informações etimológicas**

LEXIAS/FORMAS DICIONARIZADAS	ETIMOLOGIA	REFERÊNCIA
	<b>MEIO FÍSICO</b>	
Igarapé	Tupi	Yaguarê/Houaiss (2007)
Encontro das águas	Latim	Ferreira (2004)
Remoinho	Latim	Latim (2004)
Banzeiro	Banto	Lopes (2006)
Beirada/Beira/Porto	Incerta/Latim	Ferreira (2004)
Correnteza	Latim	Ferreira (2004)
Ponte	Latim	Ferreira (2004)
Areia	Latim	Ferreira (2004)
Maresia	francês	Ferreira (2004)
Maré/Repique	Francês/...	Ferreira (2004)
Remanso	Latim	Ferreira (2004)
Seca	Latim	Ferreira (2004)
Tipitinga	Tupi	Ferreira (2004); Mello (1983)
Furo	Latim	Ferreira (2004)
Estreito	Latim	Ferreira (2004)
Igarapé P/G	Tupi	Mello (2003)
Roçado	Latim	Ferreira (2004)
Barranco	Pré-romana	Ferreira (2004)
Varja/Várzea	Latim	Ferreira (2004)
Cacaia	Banto/Nheengatu	Lopes (2006)/Yaguarê Yamã
Juquiri	Nheengatu	Yaguarê
Murizal	Tupi	Mello (2003)
Igapó	Tupi	Mello (1983)
Chavascal	incerta	
Aningal	tupi	Mello 1983
Aceiro	incerta	
Capim de arroz	árabe	Ferreira (2004)
Capinar	Tupi	Yaguarê/ Mello( 1983)
Enchente/Cheia Grande	Latim(implere)	Ferreira (2004)
Timbó	Tupi	Ferreira (2004)
Limpeza	latim	Ferreira (2004)
Coivara	tupi	Mello (1983)
Manicuja/cova	Tupi/latim	/Cunha (1986)
Desgalha/Coivara	Latim/tupi	Ferreira (2004)/Mello (1983)
Roça	Latim	Ferreira (2004)
Terra-Firme	latim	Ferreira (2004)
Furo	latim	Ferreira (2004)
Remoinho	latim	Ferreira (2004)
Relâmpago	latim	Ferreira (2004)
Raio/corisco	Latim	Bueno(1963)
Chuva-Grossa	latim	Ferreira (2004)
Chuvisco	latim	Ferreira (2004)
Arco-Íris	latim	Ferreira (2004)
Sereno	Espanhol	Ferreira (2004)
Orvalho	incerta	Ferreira (2004)
Estrela D'alva	latim	Ferreira (2004)
Lua	Latim	Ferreira (2004)
Ontem	latim	Ferreira (2004)

Anteontem	latim	Ferreira (2004)
	<b>MEIO BIÓTICO</b>	
Urubu	Tupi	Mello (1983)
Beija-Flor	latim	Ferreira (2004)
Pavão	latim	Ferreira (2004)
Galinha	latim	Ferreira (2004)
Picote	espanhol	Ferreira (2004)
Papagaio	Origem obscura	Ferreira (2004)
Arara	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Tucano	Tupi	Mello (1983)
Sunara	Tupi	Yaguarê, 2008
Pirarucu	Tupi	Silva (1945)
Jaraqui	Tupi	Ferreira (2004)
Surubim	Tupi	Ferreira (2004)
Curimatã	Tupi	Mello (2003)
Pacu	Tupi	Mello (2003)
Pirarara	Tupi	Ferreira (2004)
Boto Tucuxi	Banto +C aribe	Lopes (2006)/Ferreira (2004)
Boto Vermelho	Banto +Latim	Lopes (2006)/ Ferreira (2004)
Canduru	Tupi	
Piranha	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Piranha-Caju	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Piranha-Preta	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Tambaqui	Tupi	Ferreira (2004)
Pirapitinga	Tupi	Ferreira (2004)
Poraqué	Tupi	Mello (1983)
Tucunaré	Tupi	Mello (1983)
Tartaruga	italiano	Ferreira (2004)
Iaçá	Tupi	Silva (1945)
Cabeçudo	Latim	Ferreira (2004)
Capitari	Tupi	Mello (1983)
Tracajá/jabuti	Língua geral/tupi	Grenand; Ferreira (1989) mello (1983)
Jacaré	Tupi	Ferreira (2004)
Peixe-Boi	Latim	Ferreira (2004)
Praia	Latim tardio	Ferreira (2004)
Macaco	Banto	Lopes (2006)
Vitória-Régia	Latim	Ferreira (2004)
Cupu	Tupi	Mello (1983)
Tucumã	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Pupunha	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Seringa	Língua geral	Grenand; Ferreira(1989)
Castanheira	Latim	Ferreira (2004)
	<b>MEIO ANTRÓPICO</b>	
Pescoço/Cangote	Banto ou espanhol	Lopes (2006)
Gorongá/Gogó	Banto	Lopes (2006)
Moleira	Latim	Ferreira (2004)
Seio	latim	Dicionário etimológico on-line
Calcanhar	espanhol	Dicionário etimológico on-line
Pratinho	?	
Presa	?	

Dente-De-Leite	latim	Dicionário etimológico on-line
Dente Do Queixal	?	
Banguelo/Desdentado	Banto	Lopes (2006)
Fom-Fom/ <b>Fanhoso</b>	Regionalismo (Brasil e Portugal)	Ferreira (2004) e Houaiss (2007)
Cego Dum Lado	Latim	Cunha (1986)
Vesgo		
(Treçol) Terçol	Origem controversa	Ferreira (2004)
Soluço	Latim	Ferreira (2004)
Bostela	Latim	Houaiss (2001)
Canhoto		
Aleijado	Latim (hipoteticamente)	Ferreira (2004)
Aleijado		
<b>Perna-Torta</b>	latim	Ferreira (2004)
Sovaco/cutico	Origem desconhecida/Nheengatu	Yaguarê
Catinga/ Cecê/inhaca/Pixé	Banto/brasileirismo/tupi/tupi	Lopes(2006)//Mello (1983)/(Houaiss, 2007)
Cunhantãe/Menina	Tupi	Mello(1983)
Curumim	Tupi	Mello(1983)
Mana	Banto	Lopes (2006)
Mano	Banto	Lopes (2006)
Andiroba	Tupi	Mello (1983)
Copaíba	Tupi	Mello (1983)
Sabugueiro		
Benzer		
Coruba	Regionalismo: Brasil	Houaiss (2007)
Papeira	Regionalismo:Norte do Brasil	Houaiss (2007)
Caribé	nheengatu	Yaguarê
Chamuscar/Moquear/mi(u)xira	Latim/tupi/tupi	Ferreira (2004)/Mello (1983)
<b>Pé-de-moleque</b>	Banto	Lopes (2006)
Salgado		
Chibé/pirão	Regionalismo amazônico/Banto	Houaiss (2007)/Lopes (2006)
Tacacá	tupi	
Tucupi /Molho	Tupi	Mello (1983)
Porre	Castelhano	Cunha (1986)
Porronca	Regionalismo amazônico	
Bagana/Ponta De Cigarro	Obscura	Houaiss (2007)
Cachaça	Banto	Lopes (2006)
Abano	latim	
Panela-De-Barro	Latim vulgar	Houaiss (2007)
Rede	latim	Ferreira (2004)
Escápula		
Caibro		
Lamparina/poronga	Latim/Nheengatu ou banto	Ferreira (2004)/Yaguarê ou Lopes(2006)
Casa de barro		
Co(a)rador	Do latim	FERREIRA (2004)
Cuiapéua	Do tupi	

Cumeeira		
Esteio		
Fechadura/Ferrolho		
Tramela/ Tranca		
Fechadura		
Jirau	tupi	Mello (1983)
Pilão	Latim	Bueno (1963)
Pote		
Sanitário		
Caneco/Púcaro	Latim/dialecto moçárabe	Ferreira (2004)/Bueno (1963)
Casa De Palha/Palhoça		
Tupé/Esteira	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Cinza		
Sutiã	Francês	
Cueca	latim	Houiass (2007)
Calcinha	latim	Houiass (2007)
Ruge	Francês	
Secuiara		
Coceira na mão		
Matim	Tupi	Houiass (2007)
Olho Grande	latim	Houiass (2007)
Tananã	Tupi	Houiass (2007)
Varrer O Pé		
Benzedor	latim	Houiass (2007)
Curador	latim	Houiass (2007)
Satanás	latim	Ferreira (2004)
Menstruação		
Parteira	latim	Houaiss (2007)
Gêmeos	latim	Houaiss (2007)
Matar/Abortar		
Caçula	Banto	Lopes (2006)
Corno	latim	
Prostituta/puta/Rapariga	latim	
Finado		
Madrata		
Xará/Xero	Banto ou tupi	Lopes (2006)/Mello (2003)
Calambota(Cambalhota)		
Bolinha	latim <i>bùlla</i>	Houaiss (2007)
Baladeira		
Se Esconde		
Pata Cega		
Avião	francês	Houiass (2007)
Macaca	banto	Lopes (2006)
Festeiro	latim	Houiass (2007)
Perigosa/Assanhada		
Apressado	latim	Houiass (2007)
Chô		
Desmentidura		
Intoxicado/Empachado		
Fofoqueiro	Banto	Lopes (2006)
Gito		
Boba	latim	
Horrível/Feio		

Pitiú	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Derribar	LATIM	FERREIRA (2004)
Replanta/Renova		
Plantadeira	Incerta	
Queima	Latim	Dicionário etimológico on-line
Replanta		
Primeira Roça	Latim	Bueno (1963)
Puxirum	Tupi	Yaguarê
Arubé	latim	Mello (1983)
Maniva	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Piquiá		
<b>Beiju-Cica</b>	Tupi	Mello (1983)
<b>Beiju</b> Lavado	Tupi	Mello (1983)
Zulhudinha		
Paneiro	Castelhano	Cunha (1986)
Cozinha		
Chibé	tupi	Mello (1983)
Cruera	Tupi	Silva (1945)
Escaldar		
Espalhador/Espalhadeira		
Farinha de <b>Mandioca</b> mole /De Mistura	Tupi	
Fornada	Regionalismo: Brasil	
Forno	Latim e Regionalismo: Brasil	Houaiss (2007)
Garera	TUPI	FERREIRA (2004)
Tapioca	Tupi	Houaiss (2007)
macaxeira	Língua geral	Grenand; Ferreira (1989)
Manicuja	tupi	Houaiss (2007)
Peneira		
Prensa	latim	FERREIRA (2004)
Farinha De Tapioca		
Tipiti	Tupi	Mello (1983)
Tarubá	Tupi	Houaiss (2007)
Arpão	Francês	Ferreira (2004)
Anzol	latim	Houaiss (2007)
Pescador/Arpoador		
Arpoeira	Francês	Ferreira (2004)
Rede/Arrastão		
Bóia	francês	
Batidão/Tapage		
Panema	Tupi	Mello (2003)
Camuri	Tupi	Houaiss (2007)
Chumbada	Latim	Houaiss (2007)
Espinhel	Latim	FERREIRA (2004)
Itapuá	TUPI	FERREIRA (2004)
Retalhar/Ticar/Lanhar		
Malhadeira	francês	Houaiss (2007)
Canço		
Tarrafa	Árabe e Magreb (África)	Houaiss (2007)
Saco		
Ventrecha		

Balsa/Batelão	Regionalismo de Portugal	
Casco		
Pavês		
Bajara/Canoa Grande	?/espanhol derivada do aruaque	Houaiss (2007)
Rabeta	latim	Houaiss (2007)
Prancha	francês	Houaiss (2007)
Quilha	francês	Houaiss (2007)
Remo	latim	Houaiss (2007)
Tolda		
Zagaia	Linguajar amazônico	Yaguarê